



Número: **0803361-47.2016.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **07/04/2016**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA (AUTOR)		MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)		ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3417528	07/04/2016 11:38	Petição Inicial	Petição Inicial
3417545	07/04/2016 11:38	digitalizar0024	Documento de Comprovação
3417590	07/04/2016 11:38	Comunicações	Comunicações
3417610	07/04/2016 11:38	digitalizar0024	Documento de Comprovação
3452192	11/04/2016 17:17	Despacho	Despacho
4196683	27/06/2016 10:58	Petição	Petição
4196693	27/06/2016 10:58	digitalizar0013	Documento de Comprovação
5821688	22/11/2016 18:56	MULTIRAO DPVAT	Termo de Audiência
5939808	01/12/2016 15:08	Habilitação em processo	Petição de habilitação nos autos
5939817	01/12/2016 15:08	0403718-Habilitacao JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA	Outros Documentos
5939818	01/12/2016 15:08	0403718-CONTESTACAO JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA	Outros Documentos
5939829	01/12/2016 15:08	1 pdfsam SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL	Renúncia de Mandato
5939837	01/12/2016 15:08	17 pdfsam SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL	Substabelecimento
5939843	01/12/2016 15:08	33 pdfsam SEGURADORA LÍDER - KIT ATUAL	Substabelecimento
5939849	01/12/2016 15:08	MARISTELLA-2	Substabelecimento
5939857	01/12/2016 15:08	PROCURAÇÃO - TODAS AS SEGURADORAS-email	Substabelecimento
5939859	01/12/2016 15:08	SUBSTALECIMENTO LIDER - RUEDA	Substabelecimento
5583315	02/12/2016 11:46	Despacho	Despacho

61851 77	06/01/2017 17:17	Petição	Petição
61851 82	06/01/2017 17:17	2244862-PETIÇÃO	Outros Documentos
61851 84	06/01/2017 17:17	2244862-XOMP	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
10381 127	24/10/2017 17:15	Expediente	Expediente
12667 031	21/02/2018 11:59	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
13495 042	09/04/2018 18:33	Petição	Petição
13495 045	09/04/2018 18:33	2244862 PETIÇÃO - REQUERENDO ENVIO DOS AUTOS A CONTADORIA - EMISSAO DE CUSTAS	Outros Documentos
13750 546	18/04/2018 17:15	Despacho	Despacho
14439 220	23/05/2018 09:38	Petição	Petição
14439 247	23/05/2018 09:38	2244862 PETIÇÃO JUNTADA TERMO DO ACORDO.	Outros Documentos
15893 877	13/08/2018 10:34	Petição Juntada Comprovante Custas Finais	Petição
15893 886	13/08/2018 10:34	PETIÇÃO JUNTADA CUSTAS FINAIS	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
16051 697	20/08/2018 15:51	Certidão	Certidão
16051 914	20/08/2018 15:55	Expediente	Expediente
17795 769	14/11/2018 16:32	Certidão de Decurso de prazo	Certidão de Decurso de prazo
18202 495	17/12/2018 16:34	Despacho	Despacho
19624 696	07/03/2019 13:52	Petição	Petição
21190 557	17/05/2019 10:49	Despacho	Despacho

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO (A) ____ VARA REGIONAL DE MANGABEIRA.

JUSTIÇA GRATUITA

RITO ORDINÁRIO

JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA, brasileiro, solteiro, vendedor, inscrito no RG de n.º 39428096-9 SSP/SP e CPF de n.º 35811680813, residente e domiciliado a Rua Elias Pereira de Araújo, n.º 625, Mangabeira I, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço á Avenida João Machado 399, sala 101, Centro, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, n.º. 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro, CEP 2003120, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:



PRELIMINARMENTE - DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA:

Importante frisar que o Autor **JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA**, antes de ingressar com a presente ação judicial tentou receber o seguro DPVAT através da seguradora Líder dos consórcios de seguro DPVAT. (DOC EM ANEXO).

Ingressou com o processo administrativo, gerando o sinistro de nº 3160/027103 acontece que é uma prática da seguradora obstaculizar de todas as formas o recebimento do prêmio, deprecando vasta documentação diversa daquela exigida pela lei.

Informamos que o processo administrativo, assim como o judicial foi instruído com os seguintes documentos: procuração, Certidão de Atendimento do Hospital comprovando o nexo de causalidade, Boletim de Ocorrência Policial, demais laudos referentes ao acidente, além de toda documentação pessoal.

Desta forma, resta claro que o processo administrativo foi letrado com todos os documentos exigidos pela lei 6194/74 para recebimento de seguro DPVAT:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

...

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;



§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

...

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

O intuito do Autor era de resolver o processo em sede administrativa, mas infelizmente a parte ré alegou que havia documentação pendente e não deu prosseguimento ao pagamento do seguro DPVAT que tem direito toda vítima de acidente de trânsito que tenha suportado debilidade e consequente invalidez permanente. (Comprovação em anexo)

Não cabe qualquer alegação por parte da seguradora de falta de submissão a instância administrativa, haja vista, ter sido esgotado todos os caminhos pela esfera administrativa, no caso em tela o Autor foi obrigado a ingressar com ação judicial para poder receber o seguro ao qual tem direito.

Dito, não cabe no presente processo qualquer tipo de extinção por falta de submissão a instância administrativa.

DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, vem à presença de Vossa Excelência, requerer os benefícios da justiça gratuita, até decisão final do feito, diante do que aduz o art. 4º da referida Lei:



“A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família”.

2 - DOS FATOS

O Promovente é vítima de acidente de Trânsito ocorrido, em **13/08/2015**, tudo conforme se depreendem da cópia do Registro de Ocorrência Policial anexada a peça inicial e documentos do Hospital de Traumas.

Por ocasião do acidente, a Autora foi diagnosticado com fratura no ombro e punho esquerdo, que em virtude desses traumas a deixou com debilidade permanente, motivo pelo qual recorre ao judiciário.

Ocorre que, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Diante desses fatos, resta ao requerente ingressar na justiça para fazer valer o seu direito.

3 - DO DIREITO

3.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS S.A**



Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2- AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Não a cadencia no que tange a ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexistência de exaurimento das vias administrativas, sem ensejar carência de ação, para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL



No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico especialista, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. (grifo nosso)

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).



Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 - DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)



Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4 - DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

1. Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
1. Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de acordo com o artigo 5º, §1º, da lei nº. 6.194/74, devidamente alterado pela lei nº 11.482, acrescidos de juros e correção monetária;
1. Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;
1. Que seja designado audiência de conciliação;
1. Que seja designado perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
1. Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20 (vinte) %, sobre o valor da causa, em caso de recurso.
1. Por fim requer que todas as citações e intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** ao Doutor, JOSÉ EDUARDO DA SILVA, OAB/PB 12.578 sob pena de nulidade.



Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 3.375,00.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 07 de abril de 2016.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA

OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE

OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA

OAB/PB 17.295



QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?



5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental 100

alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)

comprometimento de função vital ou autonômica

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,

pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis

de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de

qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais
--	-------------



Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou	
de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo	
polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da	
mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

das Perdas

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou	50
da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



**SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOCACIA & CONSULTORIA**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.
07328361/30002858/08812056/342170/8972268/35126361-

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

NOME Jose Antonio Alves do Nascimento
CPF 358.116.808-13 RG 39.428.096-9
ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Vendedor de Doça
ENDEREÇO R. Elias Pereira de Azevedo Nº 625 - Mang. Z. fl
TELEFONE 8824-0398/-2156-4020/8776-9966/-8869

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, JOSE EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB sob o n. 14.438, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295, com escritório profissional sito em Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoas jurídicas de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa-PB, 12 de 06 de 2015

X Jose Antonio Alves do Nascimento
OUTORGANTE



Num. 3417545 - Pág. 2



CAGEPA

Rua Feliciano Filho, 98 - Jangadeiro - João Pinheiro - PR
CEP: 80215-070 - CNPJ: 08.123.000/0001-01

FORMA CERTIFICADA DE CANCELAMENTO
DE DÉBITO AUTOMÁTICO

DATA: 07/04/2016

001582

ESTIPENDIÁRIO

0015/2015

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA / ESGOTO E SERVIÇOS

MARIA JOSE MONTEIRO

END: 01 RUA PRIMEIRA DE ABRIL 525

BARROSA JARDIM

84050-010

2016-01-01

Instalação	SAN	Características da Instalação				Responsável
01 - 01-005-0000	010	1	0	0	0	0000000

Medição	Local de Medição	Localização	Medição Água	Medição Esgoto
01-005-0000	01-005-0000	01-005-0000	01-005-0000	01-005-0000

RESUMO DE CONTAS DE CONSUMO (M3) - Mês: 04/2015 - PROXIMA LEITURA: 01/05/2015

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3

MÊS: 04/2015 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3 - VALOR: 0,00 M3





18. von S. gestrichen: Gleiches



Principal Estudios de Emergencia e Tránsito
Sociedad Humberto Linares

ACOLHIMENTO, 0 - - CNES: 323312 - Tel:

Boletim de Atendimento: 858465

GOVERNO
DA PARAÍBA

Identificação do paciente

[illegible]

AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM

B.E./PRONTUÁRIO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

DATA:

PROCEDÊNCIA:

☐ Domicílio ☐ Ambulatório de referência ☒ Ambulatório SAMU ☐ Policlínica

TIPO DE ACIDENTE:

☒ Moto ☒ Automóvel ☐ Ônibus ☐ Bicicleta ☐ Atropelamento
☐ Enforcamento ☐ Incêndio ☐ Desaparecimento ☐ Arma de Fogo ☐ Arma branca ☐ Outros

TIPO DE LESÃO:

☐ Prontidão fechada ☐ Ferimento aberto ☐ Escoramento ☐ Laceração ☐ Queimadura
☐ Mordedura ☐ Objeto encastrado ☐ Ferimento contuso ☐ Amputação membro ☐ Outros

LOCAL DA LESÃO:

☐ Membros sup. ☐ Membros inf. ☐ Tronco ☐ Cabeça e pescoço ☐ Outros

DADOS CLÍNICOS (sintomas)

DATA DE INÍCIO DOS SINTOMAS:

EXAME FÍSICO

P.A.:

mmHg

P:

bpm

SpO2:

Tax:

Sistema Neurológico:

Nível de Consciência:

Avaliação das pupilas:

☒ Consciente ☐ Inconsciente ☒ Deserto ☐ Desorientado
Simetria: ☐ Isocóricas ☒ Anisocóricas ☐ Mioticas ☐ Mióticas

Sistema Respiratório:

☐ Ventilação invasiva ☒ Ventilação espontânea ☐ Vias aéreas permeáveis
☐ Traqueostomia ☐ Respiração rápida ☐ Obstrução parcial das vias aéreas
☐ Respiração ruidosa ☐ Suporte ventilatório não invasivo ☐ Obstrução total das vias aéreas

Sistema Circulatório:

☐ Pulso ausente ☐ Pulso fino e rápido ☒ Perfusiones tissulares satisfatórias
☐ Taquicardia ☐ Bradicardia ☐ Perfusiones tissulares comprometidas
☐ Falta de ☐ Outros

Sistema Digestório:

☐ JIDA ☐ Uso de SNG ☐ Vômitos ☐ Dor à palpação superficial
☐ JDB ☐ Corpo estranho ☐ Dor à palpação profunda
Outros: ☐ Rigidez abdominal ☐ Distensão abdominal

Sistema Genito-urinário:

☐ Dor ☐ Hematúria ☐ Oligúria ☐ Poliúria ☐ SVD ☐ Outros

HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO:

☐ Hipertensão ☐ Diabetes ☐ Câncer ☐ Alergias ☐ Cirurgias

USO DE MEDICAÇÃO?

☐ Sim ☐ Não ☐ Especificar:

HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO:

IMUNIZADO CONTRA O TÉTANO?

☐ Sim ☐ Não

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

*Acidente com moto e bicicleta, sem
uso de capacete e cinto de segurança.
Lesões em membros superiores e inferiores.*

Maria Carla G. Andrade
Enfermeira
COREN-SP 474.661

DESTINO:

ENFERMEIRO:

COREN:

F(N3) ENF 022-1



EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☒ Não ☐ Sim

MEDICAMENTOS: ☒ Não ☐ Sim

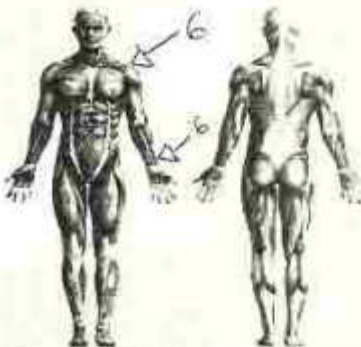
IMUNIZAÇÃO: ☒ Não ☐ Sim

PATOLOGIA: ☒ Não ☐ Sim

ALIMENTOS INGERIDOS: ☒ Não ☐ Sim

LOCAL DA LESÃO

identifique o local com o número correspondente ao texto



- | | |
|------------------------|---------------------------------|
| 1 Abrisão | 19 Fratura Óssea Fechada |
| 2 Amputação | 20 Fratura Óssea Aberta |
| 3 Avulsão | 21 Hematoma |
| 4 Contusão | 22 Injúria Nervosa |
| 5 Crepitação | 23 Laceração |
| 6 Dor | 24 Lesão Tendinea |
| 7 Edema | 25 Luxação |
| 8 Empuxamento | 26 Mordedura |
| 9 Erisema subcutâneo | 27 Movimento torácico paradoxal |
| 10 Esmagamento | 28 Objeto Encaixado |
| 11 Equimose | 29 Otorragia |
| 12 F. Arma Branca | 30 Paralisia |
| 13 F. Arma de Fogo | 31 Parese |
| 14 F. Contuso | 32 Pericostais |
| 15 F. Cortante | 33 Queimadura |
| 16 F. Corto-Contuso | 34 Rinite Aguda |
| 17 F. Perfuro-Contuso | 35 Sinais de Isquemia |
| 18 F. Perfuro-Cortante | 36 |

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma): _____ % Grau de queimadura ☐ 1º grau ☐ 2º grau ☐ 3º grau

EXAMES SOLICITADOS

☒ Radiografias *axila, tórax e ombros* ☐ Lavado peritoneal

☐ Ultrassonografia (FAST) ☐ Gasometria arterial

☐ Tomografia computadorizada ☐ Tipagem sanguínea

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

CONDUTAS E PROCEDIMENTOS	CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO
1 <i>Exame físico</i>		
2 <i>ST (exame físico)</i>		
3 <i>Exame físico</i>		
4 <i>Exame físico</i>		
5 <i>Exame físico</i>		
6 <i>Exame físico</i>		
7 <i>Exame físico</i>		
8 <i>Exame físico</i>		
9 <i>Exame físico</i>		
10 <i>Exame físico</i>		

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicitado parecer da *Dr. Maria* ☐ *Dr. Roberto* ☐ *Dr. Carlos* ☐ *Dr. João* ☐ *Dr. Paulo* ☐ *Dr. Pedro* ☐ *Dr. Henrique* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel* ☐ *Dr. Gabriel* ☐ *Dr. Samuel* ☐ *Dr. Ricardo* ☐ *Dr. Alexandre* ☐ *Dr. Lucas* ☐ *Dr. Daniel*



Primeiro Atendimento Médico

19/04/2016

PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

B.E.

NOME DO PACIENTE

IDADE

DATA

DADOS CLÍNICOS - MECANISMOS DO TRAUMA

Paciente vítima de acidente de trânsito, motorista de veículo, colisão com poste de iluminação pública, no trajeto para o trabalho. Lesões em membros superiores e inferiores, com dor e inchaço. Não há perda de consciência ou alteração do nível de consciência. Não há ferimentos externos visíveis. Paciente está em boas condições gerais, com sinais vitais estáveis.

EXAME PRIMÁRIO

VIAS

VIAS ☒ Permeáveis ☐ Obstruídas

AÉREAS

CERVICAL IMOBILIZADA: ☐ Sim ☒ Não

VENTILAÇÃO

TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA: ☒ Sim ☐ Não

RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA: ☐ Sem dificuldade

☐ Com dificuldade

☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA

☐ APNÉIA

AUSCULTA PULMONAR

1- MURMÚRIO VESICULAR

HTD: ☐ Presente e normal

☐ Ruído

☐ Diminuído

☐ Ausente

HTE: ☐ Presente e normal

☐ Ruído

☐ Diminuído

☐ Ausente

2- RUÍDOS

HTD: ☐ Sibilos

☐ Estertores

☒ Não

HTE: ☐ Sibilos

☐ Estertores

SpO₂

mmHg

SaO₂

%

CIRCULAÇÃO

COR DA PELE

☒ Normal ☐ Palida ☐ Cianótica

☐ Pré-torácica ☐ Ictérica

TEMPERATURA DA PELE: ☒ Normal ☐ Quente ☐ Fria

PULSO: ☐ Normal ☐ Aumentado

☐ Fim ☐ Ausente

AUSCULTA CARDÍACA

RÍTIMO

☒ Regular ☐ Irregular ☐ Ausente

BULHAS

☒ Normofonéticas ☐ Hipofonéticas

☐ Hipofonéticas ☐ Ausente

SOPRO: ☐ Presente ☐ Ausente

BE OU BA: ☐ Sim ☐ Não

FC: 63 bpm PA: X mmHg T: °C

ECG

ABDOMEN

sem VNG

DEFIET NEUROLÓGICO

Pupílas: ☐ Fotomíditas

☐ Parálisadas

☐ Isocóricas

☐ Anisocóricas

(diferença = _____ min)

Escala de Glasgow

ABERTURA OCULAR	MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<4 anos)	MELHOR RESPOSTA MOTORA
Abertura espontânea	5	Obedece aos comandos
Resposta verbal	3	Localiza dor
Resposta motora	2	Retira o membro
Resposta	1	Flexão anormal (decorticação)
Resposta	1	Extensão anormal (decorticação)



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE

Nº BAT 0543 - 2015	Responsável pelo Levantamento do Acidente: Rosinaldo Oliveira de Souza	Posto/Graduação: 3º SGT/PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Rua Gov. Antônio da Silva Mariz	Hora 16:40	Bairro Altiplano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data/Ocorrência 13/08/2015	Dia da Semana Quinta-Feira	C/S Vítima (QT) Com
Natureza do Acidente Abalroamento	Tipo de pavimento Asfalto	Condições/Via Seca
Tempo Bom		

Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego no local Via de Sentido Único
---	---

CONDUTOR 01

Nome: Hallysson Lima Mendes	Sexo Masculino	Nascimento 16/09/1975	RG 97029130401
Endereço: Rua Cantora Maria da Glória de Vasconcelos, 87, Jardim, João Pessoa PB - Tel.(083)98601-9097			
1ª Habilitação 08/06/1995	Categoria B	Registro CNH N.º 01303941390	U.F. CE
Ex.méd./Dia Sim	Data Vencimento 29/10/2015	Usava cinto Sim	Usava Capacete
Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Comportamento do Condutor Permaneceu no Local		

VEÍCULO 01

Marca GM / Prisma	Espécie Automóvel	Placa QFQ-5240	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
Nome do Proprietário Hallysson Lima Mendes					
Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 011803925382	Renavan Nº 0103284863-1	Data da Emissão 30/12/2014		
Defeitos Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: Trafegava na via "A", na faixa da esquerda, no sentido Paço dos Leões / Quadramares, quando de repente deparou-se com o V2 que ao mudar de faixa atingiu na sua lateral perdendo o controle e vindo ao solo, onde após o impacto o mesmo estacionou seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome: Jose Antonio Alves da Nobrega	Sexo Masculino	Nascimento 19/12/1985	RG
Endereço: Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB - Tel.(083)98824-0398			
1ª Habilitação	Categoria	Registro CNH N.º	U.F.
Ex.méd./Dia	Data Vencimento	Usava cinto	Usava Capacete
Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Comportamento do Condutor Socorrido ao Hospital		

VEÍCULO 02

Marca Suzuki	Espécie Ciclomotor	Placa	Categoria	Município	U.F.
Nome do Proprietário Windsor Souza dos Santos					
Seguradora DPVAT	Chassi LTENCBLBIC3630	Renavan Nº	Data da Emissão		
Defeitos Nada constatado					

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor entregou declaração no dia 19/08/2015 onde o mesmo informou que: Trafegava na faixa da direita e o V1 vinha em alta velocidade e afirmou que estava atrasado para uma audiência, só parou pois passou uma viatura no momento.

ASSINATURA



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

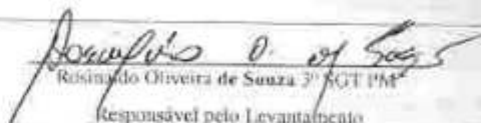
VÍTIMA 01

Nome	Jose Antonio Alves da Nobrega		Sexo	Masculino
Endereço	Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB			
Ferimentos	Viajava no Veículo Nº		Usava Cinto	
	02			
Condição da Vítima	Conduzida Para			
Condutor	Hospital			

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: A via "A" é de 40 km com faixa vermelho para bicicleta. O C2 foi conduzido pelo SAMU para o Trauma com ferimentos no ombro. O V2 foi removido para o pátio do BPTRAN para complemento de boletim. Foi constatado um arrastamento de 16,40 metros na via sendo da faixa da esquerda para a direita. O sítio do acidente ficou localizado na faixa da esquerda. Avarias: Arranhão do guidom nas duas portas do V1, sendo de frente para trás, e caixa de ar do V1; Guidom esquerdo e arrastamento do lado esquerdo do V2.

João Pessoa - PB, 25 de Agosto de 2015.


Rosângelo Oliveira de Souza 3º SGT PM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0543/ 2015

AMARRAÇÕES

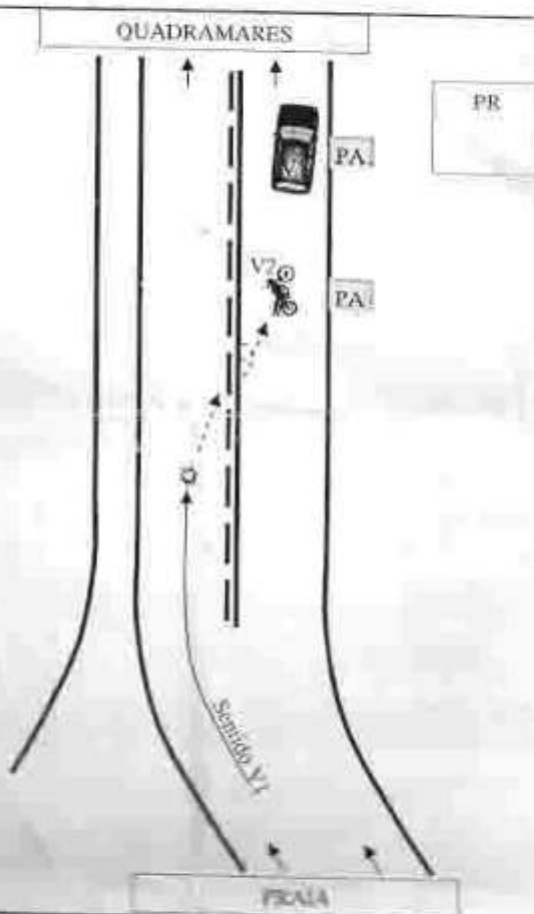
VIA "A" - Avenida Antônio da Silva Mariz 07,00 metros

PR (Ponto de Referência) Max Turismo

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 00,80 e Traseiro Direito 00,50 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 01,90 e Traseiro Direito 01,70 metros para (PA)



AVARIAS



V1



V2

Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 07/04/2016 11:34:52

04 09 15

Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 07/04/2016 11:34:52
Responsável pelo Levantamento



doc seguradora



**SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOCACIA & CONSULTORIA**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.
07328361/30002858/08812056/342170/8972268/35126361-

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

NOME Jose Antonio Alves do Nascimento
CPF 358.116.808-13 RG 39.428.096-9
ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Vendedor de Doça
ENDEREÇO R. Elias Pereira de Albuquerque Nº 625 - Mang. Z. fl
TELEFONE 8824-0398 / -2156-4020 / 8776-9966 / 8869

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, JOSE EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB sob o n. 14.438, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295, com escritório profissional sito em Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa-PB, 12 de 06 de 2015

X Jose Antonio Alves do Nascimento
OUTORGANTE



Num. 3417610 - Pág. 2



Secretaria de Saúde



Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Secretaria Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

ACOLHIMENTO, 0 - - CNES: 123312 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 858465



Identificação do paciente

IC	Nome			Sexo
510671	JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA			Masculino
Data de nascimento	Idade	Estado civil	Religião	Potencial
19/12/1980	29 anos 7 meses 27 dias			
Mãe			Pai	
MARILUCE ALVES DA NOBREGA			ELIAS PEREIRA DE ARAUJO	
Responsável (Parentesco)			N INFORMADO	
CCD Morte	Fone Morte	DTID Morte		
		Pode Fato		
Tip documento	Número documento	Nº Ceg		
		Tipo		
Local de residência		BAIRRO		
MANAÉRA		UF		
		PB		
Cidade	Nacionalidade	CBO/R		
	JOAO PESSOA			

Endereço

CEP	Município da residência	UF	Logradouro
510671	JOAO PESSOA	PB	Josefa Taveira
Número	Complemento	Bairro	
		Mangabeira	

Admissão

Data e Hora de Entrada	Número da carteira	Convênio
08/03/15 13:10:07	351876	SUS
Exatidão	Clinica	
CLINICA GERAL	CLINICA TRAUMA E GERAL	
Classificação de risco	Origem do paciente	
RESIDENCIA	RESIDENCIA	
Classificação de risco	Detalhes do acidente	
RESIDENCIA	ACIDENTE DE MOTOCICLETA	

Indicações e Transporte

Classificação	Plano de saúde	Via de ambulância	Trauma
Não	Não	Não	Não
Classificação	Quem transportou		
Não	N INFORMADO		
Estado vital			

Exames complementares

Raio X	Sangue	Urina	TC	Liquor	ECG	Ultrassonografia
CID						
Tempo						
06min 35seg						



AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM

B.E./PRONTUÁRIO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

DATA:

PROCEDÊNCIA:

☐ Domicílio ☐ Ambulatório de referência ☒ Ambulatório SAMU ☐ Policlínica

TIPO DE ACIDENTE:

☒ Moto ☒ Automóvel ☐ Ônibus ☐ Bicicleta ☐ Atropelamento
☐ Enforcamento ☐ Incêndio ☐ Explosão ☐ Arma de Fogo ☐ Arma branca ☐ Outros

TIPO DE LESÃO:

☐ Prontuário fechado ☐ Ferimento aberto ☐ Escoramento ☐ Laceração ☐ Queimadura
☐ Mordedura ☐ Objeto encravado ☐ Ferimento contuso ☐ Amputação membro ☐ Outros

LOCAL DA LESÃO:

☐ Membros sup. ☐ Membros inf. ☐ Tronco ☐ Cabeça e pescoço ☐ Outros

DADOS CLÍNICOS (sintomas)

DATA DE INÍCIO DOS SINTOMAS:

EXAME FÍSICO

P.A.:

mmHg

P.

bpm

SpO2:

tax.

Sistema Neurológico:

Nível de Consciência:

Avaliação das pupilas:

☒ Consciente ☐ Inconsciente ☒ Deserto ☐ Desorientado
Simetria: ☐ Isocóricas ☒ Anisocóricas ☐ Mioticas ☐ Mióticas

Sistema Respiratório:

☐ Ventilação invasiva ☒ Ventilação espontânea ☐ Vias aéreas permeáveis
☐ Traqueostomia ☐ Respiração rápida ☐ Obstrução parcial das vias aéreas
☐ Respiração ruidosa ☐ Suporte ventilatório não invasivo ☐ Obstrução total das vias aéreas

Sistema Circulatório:

☐ Pulso ausente ☐ Pulso fino e rápido ☒ Perifusão radial satisfatória
☐ Taquicardia ☐ Bradicardia ☐ Perifusão tibial comprometida
☐ Faltoso ☐ Outros

Sistema Digestório:

☐ JIDA ☐ Uso de SNG ☐ Vômitos ☐ Dor à palpação superficial
☐ JDB ☐ Corpo estranho ☐ Dor à palpação profunda
Outros: ☐ Rigidez abdominal ☐ Distensão abdominal

Sistema Genito-urinário:

☐ Dor ☐ Hematúria ☐ Oligúria ☐ Poliúria ☐ SVD ☐ Outros

HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO:

☐ Hipertensão ☐ Diabetes ☐ Câncer ☐ Alergias ☐ Cirurgias

USO DE MEDICAÇÃO?

☐ Sim ☐ Não ☐ Especificar:

HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO:

IMUNIZADO CONTRA O TÉTANO?

☐ Sim ☐ Não

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

*Acidente com moto e bicicleta, sem
uso de capacete e cinto de segurança.
Lesões em membros superiores e inferiores.
Lesões em membros superiores e inferiores.*

Maria Carla G. Andrade
Enfermeira
COREN-SP 474.661

DESTINO:

ENFERMEIRO:

COREN:

F(N3) ENF 022-1







POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE

Nº BAT 0543 - 2015	Responsável pelo Levantamento do Acidente: Rosinaldo Oliveira de Souza	Posto/Graduação: 3º SGT/PM
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Rua Gov. Antônio da Silva Mariz	Hora 16:40	Bairro Altiplano
Município: João Pessoa	UF PB	
Data/Ocorrência 13/08/2015	Dia da Semana Quinta-Feira	C/S Vítima (QT) Com
Natureza do Acidente Abalroamento	Tipo de pavimento Asfalto	Condições/Via Seca
Tempo Bom		

Envolvidos no acidente (Quantidade) 02 veículos	Controle do tráfego no local Via de Sentido Único
---	---

CONDUTOR 01

Nome: Hallysson Lima Mendes	Sexo Masculino	Nascimento 16/09/1975	RG 97029130401
---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------	--------------------------

Endereço:
Rua Cantora Maria da Glória de Vasconcelos, 87, Jardim, João Pessoa PB - Tel.(083)98601-9097

1ª Habilitação 08/06/1995	Categoria B	Registro CNH N.º 01303941390	U.F. CE	Ex.med./Dia Sim	Data Vencimento 29/10/2015	Usava cinto Sim	Usava Capacete
-------------------------------------	-----------------------	--	-------------------	---------------------------	--------------------------------------	---------------------------	----------------

Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Comportamento do Condutor Permaneceu no Local
---	---

VEÍCULO 01

Marca GM / Prisma	Espécie Automóvel	Placa QFQ-5240	Categoria Particular	Município João Pessoa	U.F. PB
-----------------------------	-----------------------------	--------------------------	--------------------------------	---------------------------------	-------------------

Nome do Proprietário:
Hallysson Lima Mendes

Seguradora DPVAT	Bilhete Nº 011803925382	Renavan Nº 0103284863-1	Data da Emissão 30/12/2014
----------------------------	-----------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------------

Defeitos:
Nada constatado

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: Trafegava na via "A", na faixa da esquerda, no sentido Paço dos Leões / Quadramares, quando de repente deparou-se com o V2 que ao mudar de faixa atingiu na sua lateral perdendo o controle e vindo ao solo, onde após o impacto o mesmo estacionou seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome: Jose Antonio Alves da Nobrega	Sexo Masculino	Nascimento 19/12/1985	RG
---	--------------------------	---------------------------------	----

Endereço:
Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB - Tel.(083)98824-0398

1ª Habilitação	Categoria	Registro CNH N.º	U.F.	Ex.med./Dia	Data Vencimento	Usava cinto	Usava Capacete
----------------	-----------	------------------	------	-------------	-----------------	-------------	----------------

Exame de Embriaguez Alcoólica Não	Comportamento do Condutor Socorrido ao Hospital
---	---

VEÍCULO 02

Marca Suzuki	Espécie Ciclomotor	Placa	Categoria	Município	U.F.
------------------------	------------------------------	-------	-----------	-----------	------

Nome do Proprietário:
Windsor Souza dos Santos

Seguradora DPVAT	Chassi LTENCBLBIC3630	Renavan Nº	Data da Emissão
----------------------------	---------------------------------	------------	-----------------

Defeitos:
Nada constatado

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor entregou declaração no dia 19/08/2015 onde o mesmo informou que: Trafegava na faixa da direita e o V1 vinha em alta velocidade e afirmou que estava atrasado para uma audiência, só parou pois passou uma viatura no momento.

ASSINATURA



CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

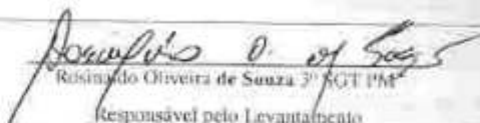
VÍTIMA 01

Nome	Jose Antonio Alves da Nobrega		Sexo	Masculino
Endereço	Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB			
Ferimentos	Viajava no Veículo Nº		Usava Cinto	
	02			
Condição da Vítima	Conduzida Para			
Condutor	Hospital			

CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: A via "A" é de 40 km com faixa vermelho para bicicleta. O C2 foi conduzido pelo SAMU para o Trauma com ferimentos no ombro. O V2 foi removido para o pátio do BPTRAN para complemento de boletim. Foi constatado um arrastamento de 16,40 metros na via sendo da faixa da esquerda para a direita. O sítio do acidente ficou localizado na faixa da esquerda. Avarias: Arranhão do guidom nas duas portas do V1, sendo de frente para trás, e caixa de ar do V1; Guidom esquerdo e arrastamento do lado esquerdo do V2.

João Pessoa - PB, 25 de Agosto de 2015.


Rosângelo Oliveira de Souza 3º SGT PM
Responsável pelo Levantamento





POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0543/ 2015

AMARRAÇÕES

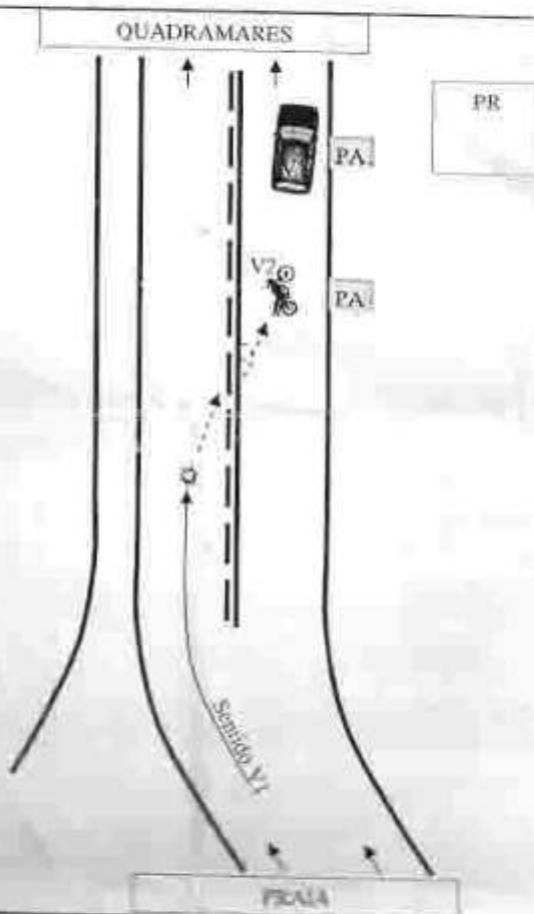
VIA "A" - Avenida Antônio da Silva Mariz 07,00 metros

PR (Ponto de Referência) Max Turismo

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 00,80 e Traseiro Direito 00,50 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 01,90 e Traseiro Direito 01,70 metros para (PA)



AVARIAS



V1



V2

Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 07/04/2016 11:38:20

04 09 15

Assinado eletronicamente por: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - 07/04/2016 11:38:20
Responsável pelo Levantamento





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) 0803361-47.2016.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

Compulsando os autos verifico que não consta no processo, requerimento administrativo formulado ao Seguro DPVAT, condição que entendo necessária à demonstração do interesse de agir da parte autora, uma vez que, a princípio, não vislumbro pretensão resistida da Ré. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 839.353/MA, de relatoria do Ministro Luiz Fux, firmou o entendimento, no sentido de que é necessário o prévio requerimento administrativo do Seguro DPVAT, como condição para o estabelecimento do exercício do direito de ação, compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da CF, *in verbis*:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Extraordinário 839.353 - Maranhão. Relator Min. Luiz Fux. Publicado no DJE nº 26, divulgado em 06/02/2015).

Desse modo, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, apresentando a prova da negativa do pedido administrativo de DPVAT feito à seguradora, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

P. I. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 11 de abril de 2016.

Juiz(a) de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VAF REGIONAL DE MANGABEIRA.

JUSTIÇA GRATUITA

JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA, já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar sua EMENDA À PETIÇÃO INICIAL, atendendo à determinação deste douto Juízo, nos termos do art. 321 do Novo Código de Processo Civil, requerer a juntada do processo administrativo, onde exigiu diversos documentos mesmo após o autor ter passado por perícia médica.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 27 de junho de 2016.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA

OAB-PB 12578



[Início \(/\)](#) » Processos

Filtro

[Cadastrar Novo Processo \(/Processos/ProcessosCadastro/Inicio\)](#)

Código

CPF Vítima

Vítima

Parceiro

antonio

Informe um Parceiro

Sinistro

ASL

Situação

Data Cadastro
InicialData Cadastro
Final

Todos

Pendências do Processo - 144220

Informe uma Notificação

Seguradora de Recepção

Seguradora de Regulação

Pendências Cadastradas

Informe uma Seguradora

Semáforo:

Código	Tipo	Aberta para	Descrição	Parceiro	Seguradora
166900	Alta Médica		Vítima em tratamento? Favor providenciar a alta médica.		
173728	Alta Médica	JOSE ANTONIO	DOCUMENTAÇÃO MÉDICA	ALEXANDRA CESAR	ARUANA SEGUROS

9 Pago Líder 2 Pendente

[Código \(/Processos/ProcessosPesquisa\)](#)

Vítima=antonio&SearchButton=Pesquisar&sortColumn=Codigo&sortOrder=True) Situação (/Processos/Processos

144220

142832

137563



SEGUE TERMO DE AUDIENCIA



Contestação.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA
REGIONAL DA COMARCA DE MANGABEIRA/PB**

PROCESSO Nº 0803361-47.2016.8.15.2003

PARTE AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

**PARTE RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT
S/A**

ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro,
casado, advogado inscrito na **OAB/PB nº 20.282-A**, vem, perante Vossa Excelência
requerer a competente **HABILITAÇÃO** nos autos da ação em epígrafe, mediante
juntada dos documentos em anexo.

**Na oportunidade, requer a V. Exa. que todas as intimações
e/ou publicações sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do
Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PB nº 20.282-
A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade das
mesmas.**

Pede Deferimento.

De Recife/PE para Mangabeira/PB, 30 de novembro de 2016.



ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
OAB/PB 20.282-A

RENATO BRAGA TAVARES
OAB/PB 20.539



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DA
COMARCA DE MANGABEIRA/PB**

PROCESSO Nº 0803361-47.2016.8.15.2003 (Processo Eletrônico)

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT

S/A, empresa seguradora com sede à Rua Senador Dantas n.º 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 09.248.608/0001-04, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA**, vêm, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência apresentar sua **CONTESTAÇÃO**, com arrimo no art. 335 e seguintes do NCPC, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas, esclarecendo, nos termos e para os fins do art. 334 do novo Código que, **antes da conclusão da prova pericial, não** tem interesse na composição consensual da lide.

Outrossim, requer a V. Exa., com espeque no art. 272, §§ 1º e 2º, do NCPC, que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas exclusivamente em nome do Advogado **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PB nº 20.282-A**, com escritório no endereço—na Rua Condado, 77, bairro de Parnamirim, Município do Recife, Estado de Pernambuco, CEP Nº 52.060-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.829.483/0001-95 e devidamente registrada perante a OAB-PE sob o nº 1205.

I| DAS ALEGAÇÕES AUTORAIS

Alega a parte autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente de trânsito em **13/08/2015**, restando invalido permanentemente em virtude de lesão em membro.

A parte autora requereu administrativamente, todavia o pleito foi negado, uma vez que restou constatada a ausência de invalidez.

11



II| DA REALIDADE DOS FATOS

Impende destacar que de acordo com a documentação carreada aos autos, não se pode concluir pela ocorrência de invalidez, incapacidade ou debilidade a ser suportada pelo Demandante.

Vale ressaltar que a parte autora não logrou êxito em seu pleito administrativo ante a ausência de lesões indenizáveis, conforme processo administrativo em anexo, uma vez que foi atestado que a mesma NÃO POSSUI SEQUELAS PERMANENTES, não havendo que se falar em debilidade, conforme telas abaixo:

SINISTRO 3160027103 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
COBERTURA Invalidez
SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A
BENEFICIÁRIO JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
CPF/CNPJ: 35811680813

Posição em 30-11-2016 15:47:12

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.

Vale ressaltar que a parte autora não logrou êxito em seu pleito administrativo, tendo sido o mesmo cancelado face a ausência de sequela indenizável.

Em conformidade com a **Resolução CNSP nº 273/2012**, que consolida as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não – Seguro DPVAT, Art. 15, inciso II, que determina as vítimas passíveis de indenização pelo seguro,



esclarecendo que o **caráter da invalidez deverá ser PERMANENTE E DEFINITIVO, senão vejamos:**

Seção III – Do Pagamento das Indenizações

Art. 15 A sociedade seguradora efetuará o pagamento das indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada:

I - em caso de morte, a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data da ocorrência do sinistro;

II - em caso de invalidez permanente, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data da ocorrência do sinistro; e

Ora, não há nos autos quaisquer documentos hábeis a comprovar que a parte autora possui DEBILIDADE em decorrência do sinistro.

Assim, como não restou comprovada a DEBILIDADE permanente, mas apenas uma mera deformidade em decorrência de escoriações, a parte autora não faz jus a indenização pleiteada.

Vejamos jurisprudência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO:

Apelação (0259516-8) (...) In casu, verifico que o aos laudos médicos acostados pelo próprio autor demonstram que este não sofreu invalidez permanente, mas sim, deformidade permanente que se exprime no abaulamento na clavícula direita (conforme laudo às fls. 14). Em verdade, vislumbra-se que o autor não faz jus ao recebimento de indenização do seguro DPVAT, haja vista o seguro em tela não cobrir eventos de deformidade permanente. Inclusive, oportuno destacar que o referido laudo conclui taxativamente que o autor não possui déficit de função e que se encontra restabelecido do ponto de vista médico legal. Nesse contexto, constata-se que a deformidade permanente apresentada pelo recorrido não tem o condão de comprovar a alegada invalidez. É cediço que a indenização securitária de até 40 (quarenta) salários mínimos, nos casos de invalidez permanente, tem por escopo equiparar aquele que ficou permanentemente inválido àquele que veio a falecer, ou seja, em ambos os casos a vítima não terá condições laborais. No caso sub examine, vislumbra-se que o autor não logrou em comprovar que a deformidade permanente sofrida importou na redução de sua capacidade de trabalho ou na

3|



impossibilidade deste em exercer suas regulares funções laborativas. (...) Ante o exposto, conclui-se que as seqüelas advindas do sinistro narrado nos autos não resultaram na invalidez permanente do autor, fato que de per si impõe a reforma da sentença no sentido de julgar improcedentes os pedidos inaugurais. Isto posto, com fulcro no artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO a presente apelação, de forma monocrática, para reformar a r. sentença, para julgar improcedentes os pedidos formulados na exordial. Por fim, inverte os ônus sucumbenciais, e condeno o autor ao pagamento das custas processuais, contudo, a referida cobrança fica suspensa, por estar litigando sob o pálio da justiça gratuita, nos termos do art. 12 da Lei n.º 1.060/50. Intimem-se. Publique-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem. Recife, 08/3/12 Tenório dos Santos Des. Relator (grifo nosso)

Infere-se do acima exposto, que no presente caso, não há cobertura securitária, haja vista que a parte autora não possui DEBILIDADE, nem sequer SEQUELAS, ou seja, não há o que falar em lesão que gera qualquer tipo de DANO ANATÔMICO OU FUNCIONAL.

Assim, impor à Seguradora a cobertura além da legalmente prevista em lei, implicaria em uma ofensa ao Princípio da Legalidade, estabelecido pela Carta Magna. Nestes termos, não merece prosperar o pleito autoral, julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I do Novo Código Cível de 2015.

III| PRELIMINARMENTE

III.1| DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - LAUDO DO IML

Ao analisar os fatos trazidos na peça vestibular constata-se que a parte autora alega ter sofrido acidente automobilístico, o qual restou inválido permanentemente, pretendendo assim o recebimento da indenização do seguro DPVAT.

Pois bem. Conforme o disposto no art. 5º, § 5º da lei nº 6.194/74, com a alteração imposta pela medida Provisória nº 451/08, cabe à parte autora instruir a inicial



com o documento médico quantificando as lesões, apontando o percentual a ser aplicado ao valor da cobertura. Senão vejamos:

§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."

Nesse sentido é o entendimento dos nossos Tribunais:

A Lei nº 11.945/2009, que alterou o art. 3º da Lei nº 6.194/74, exige a instrução da inicial de cobrança do seguro obrigatório com laudo do IML, para comprovar o grau de incapacidade da vítima (Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Apelação Cível nº 1.0433.11.024892-2/001. Relatora. Evangelina Castilho Duarte).

PROCESSO CIVIL.DPVAT. IMPOSSIBILIDADE DE DECIDIR A DEMANDA SEM O GRAU DE INVALIDEZ. LAUDO MEDICO PARTICULAR. PROVA UNILATERAL INVALIDA. **NECESSIDADE DE LAUDO DO IML.** APELAÇÃO IMPROVIDA. 1.Impossibilidade de decidir a causa sem a quantificação das lesões com o laudo do IML, no presente caso, o apelante não fez requisição para perícia médica. 2. Laudo médico particular que não constituiu o grau de lesões sofridas pelo autor, além disso, trata-se de prova unilateral, elaborada sem o crivo do contraditório, não podendo ser considerada. Precedentes STJ. 3.Aplicação da súmula 474 do STJ, necessidade de quantificação do grau da lesão. 4.Apelação improvida. 5.Decisão Unânime. (TJ-PE - APL: 496813920108170001 PE 0049681-39.2010.8.17.0001, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 12/12/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 233)

É sabido que o pagamento do seguro obrigatório DPVAT é vinculado ao grau da invalidez permanente, inclusive fixado por Resolução do Conselho Nacional de



Seguros Privados - CNSP, com fundamento no caput do artigo 12 da Lei nº 6.194/74 que normatiza, razão pela qual torna-se imprescindível a comprovação da quantificação da lesão sofrida no acidente automobilístico para fins de gradação ao valor indenizatório.

Desta feita, analisando atentamente os presentes autos, constata-se que **não fora juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal** certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que porventura atingiu a mesma, elementos imprescindíveis para que se possa fixar, de maneira correta, a indenização devida, de acordo com tabela específica, como previsto em lei e normas disciplinadoras.

Assim, tendo em vista que a parte autora declina a apresentar documento imprescindível para a propositura da demanda, comprovando devidamente a alegada invalidez, bem como o grau da lesão para fins de apuração do quantum devido, roga a esse MM Juízo pela extinção do feito, inclusive em conformidade ainda ao **artigo 319, inciso VI e 320, do Novo Código de Processo Civil** em que determina que compete à parte autora instruir a petição inicial, com provas indispensáveis para comprovar suas alegações.

Caso não haja cumprimento pela parte autora, de rigor a aplicação do parágrafo único do **art. 321** e, por conseguinte, a rejeição da pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do **art. 485, inciso I e IV**, todos da Lei Adjetiva Civil.

IV| DO MÉRITO

Afora as questões processuais acima declinas, outras, de mérito, impõem a improcedência dos pedidos formulados pela PARTE AUTORA.

Nos itens seguintes, esta SEGURADORA RÉ procederá com o combate dos itens de defesa alegados pela PARTE AUTORA em sua Exordial, comprovando a inconsistência de seus argumentos e a necessidade de reconhecimento da improcedência total da ação promovida perante este MM. Juízo:



IV.1 | DA AUSENCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Impende destacar que de acordo com a documentação carreada aos autos, não se pode concluir pela ocorrência de invalidez, incapacidade ou debilidade a ser suportada pelo Demandante.

Vale ressaltar que a parte autora não logrou êxito em seu pleito administrativo, tendo sido o mesmo cancelado face a ausência de sequela indenizável.

Ora, não há nos autos quaisquer documentos hábeis a comprovar que a parte autora possui DEBILIDADE em decorrência do sinistro.

Assim, como não restou comprovada a DEBILIDADE permanente, a parte autora não faz jus a indenização pleiteada.

Vejamos jurisprudência do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO:

Apelação (0259516-8) (...) In casu, verifico que o aos laudos médicos acostados pelo próprio autor demonstram que este não sofreu invalidez permanente, mas sim, deformidade permanente que se exprime no abaulamento na clavícula direita (conforme laudo às fls. 14). Em verdade, vislumbra-se que o autor não faz jus ao recebimento de indenização do seguro DPVAT, haja vista o seguro em tela não cobrir eventos de deformidade permanente. Inclusive, oportuno destacar que o referido laudo conclui taxativamente que o autor não possui déficit de função e que se encontra restabelecido do ponto de vista médico legal. Nesse contexto, constata-se que a deformidade permanente apresentada pelo recorrido não tem o condão de comprovar a alegada invalidez. É cediço que a indenização securitária de até 40 (quarenta) salários mínimos, nos casos de invalidez permanente, tem por escopo equiparar

71



*aquele que ficou permanentemente inválido àquele que veio a falecer, ou seja, em ambos os casos a vítima não terá condições laborais. No caso sub examine, vislumbra-se que o autor não logrou em comprovar que a deformidade permanente sofrida importou na redução de sua capacidade de trabalho ou na impossibilidade deste em exercer suas regulares funções laborativas. (...) Ante o exposto, conclui-se que as seqüelas advindas do sinistro narrado nos autos não resultaram na invalidez permanente do autor, fato que de per si impõe a reforma da sentença no sentido de julgar improcedentes os pedidos inaugurais. Isto posto, com fulcro no artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO a presente apelação, de forma monocrática, para reformar a r. sentença, para julgar improcedentes os pedidos formulados na exordial. Por fim, inverte os ônus sucumbenciais, e condeno o autor ao pagamento das custas processuais, contudo, a referida cobrança fica suspensa, por estar litigando sob o pálio da justiça gratuita, nos termos do art. 12 da Lei n.º 1.060/50. Intimem-se. Publique-se. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem. Recife, 08/3/12 Tenório dos Santos Des. Relator **(grifo nosso)***

Infere-se do acima exposto, que no presente caso, não há cobertura securitária, haja vista que a parte autora não possui DEBILIDADE.

Assim, impor à Seguradora a cobertura além da legalmente prevista em lei, implicaria em uma ofensa ao Princípio da Legalidade, estabelecido pela Carta Magna. Nestes termos, não merece prosperar o pleito autoral.



IV.2| DA APLICABILIDADE DAS SÚMULAS 474 E 544 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL – NECESSIDADE DE GRADUAÇÃO DA LESÃO

A presente demanda tem por objeto a cobrança de indenização securitária decorrente de acidente de trânsito coberto pelo Seguro Obrigatório DPVAT, sob a alegação de suposta invalidez permanente.

É certo que nos casos de invalidez permanente há que se apurar o grau da lesão suportada pela vítima, mediante laudo médico pericial exarado pelo IML, podendo ser total ou parcial e, se parcial, completa ou incompleta.

Mesmo antes da edição da Lei 11.945/09, que instituiu a tabela de graduação da invalidez, a Lei 6.194/74 já havia previsto o critério da proporcionalidade em seu art. 3º, “b”, e art. 5º, §5º, para quantificar as lesões.

Ademais, a tese da proporcionalidade teve como *leading case* no STJ o Resp. 1119614/RS, 4ª Turma, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, lecionando o seguinte:

“(...) I – Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade (...)”.

Corroborando com a decisão supra, o STJ pacificou o entendimento de que as indenizações securitárias pagas a título de seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente parcial, devem ser verificadas de acordo com a proporcionalidade do grau de invalidez, de acordo com a **Súmula 474**:

“A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez.”

Para se apurar o grau de invalidez e adequar a lesão ao pagamento da indenização devida, criou-se a tabela de quantificação do dano que passou a vigorar por meio da edição da Lei 11.945/09.



Para embasar seu pedido a parte autora sustenta que sua pretensão encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74, a qual prevê a indenização no valor de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para os casos de invalidez permanente, devendo-se observar que a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, sendo esta última subdividida em completa (100%) e incompleta (10, 25, 50 e 75%).

É o que se ver:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

*§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75%

10|



(setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com a lesão suportada pelo autor, bem como o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

Assim, vale ressaltar que a parte autora não faz jus a verba indenizatória integral, referente à indenização de seguro DPVAT, visto tratar-se o caso em questão de **invalidez parcial**, acrescentando a ré que o entendimento do Superior Tribunal de Justiça está em consonância com o art. 5º, §5º da lei 6.194/74, onde se depreende que o laudo pericial, exarado pelo IML, deverá ser apresentado com a indicação do grau e percentual da invalidez para fins de indenização.

Inconteste a relevância da supracitada tabela para a realização do cálculo das indenizações do seguro obrigatório DPVAT, conforme corroborado com a recente **Súmula 544** publicada pelo **STJ** em 31/08/2015, que ressalta a validade da aplicação da tabela do CNSP inclusive na hipótese de sinistros anteriores a publicação da MP 451/2008, senão vejamos:

"Súmula 544 - É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008."

Certo de que o autor não juntou à exordial documento hábil a comprovar a extensão do dano sofrido, tem-se pela total improcedência do pleito autoral, visto que o pagamento da indenização securitária em sua integralidade é devido apenas nos casos em que constatada a invalidez permanente total.



Dessa forma, dever-se-ia a parte autora comprovar a proporcionalidade do grau de invalidez suportado, o que não restou evidenciado nos autos, fulminando, assim, com toda e qualquer pretensão a uma indenização integral.

Posto isto, requer-se, acaso verificada a existência de invalidez, seja observado o disposto na Súmula acima citada, devendo-se levar em consideração a graduação da lesão da parte demandante para fins de liquidação da indenização securitária.

IV.3| DO INTERESSE NA PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL E DA GARANTIA DO DIREITO DE DEFESA:

Como se sabe, a indenização do Seguro DPVAT, em casos de invalidez permanente, deve ser paga em conformidade com o alegado através de perícia médica. Certo é que, todos os casos de indenização por invalidez, deverão passar por rigorosa perícia médica, para que seja verificado o GRAU de debilidade do membro afetado, em absoluta consonância com a Lei, que estipula o percentual máximo para cada caso.

Excelência, é de total interesse desta Seguradora, ora ré, a produção de prova pericial, pois estamos diante de uma divergência que somente poderá ser dirimida com a realização de tal exame.

Ocorre que, a parte autora jamais poderia afirmar estar inválida totalmente, sendo que este fato só poderá ser comprovado com o Laudo de Exame Pericial, eis que urge a imperiosa necessidade da realização de prova pericial.

Desta feita, a parte Ré informa que tem total interesse na realização da prova pericial, dirimindo assim as dúvidas que pairam sobre o direito autoral.

IV.4| DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Com relação aos juros de mora, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, o que definitivamente não espera, é imprescindível que seja analisada a questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

12|



Conforme o disposto no artigo 240 da Nova Lei Processual Civil vigente de 2015, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Seguradora, ora ré, que o marco inicial para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil. Vejamos:

"Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

Na mesma esteira, pacificou o STJ, vejamos:

"Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação."

Com relação à correção monetária, é crucial que seja analisada a questão com base na Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

"art. 1º . (...)"

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."

Neste ponto, não se pode perder de vista que a relação existente entre as seguradoras e os possíveis beneficiários do seguro em questão são derivadas de um contrato de natureza estritamente social, motivo pelo qual se impõe a aplicação das regras estabelecidas na respectiva Lei Federal.

Vejamos jurisprudência do TJPE:

"DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL COMPLETA DOS MEMBROS INFERIORES. PROPORCIONALIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO AJUIZAMENTO E DATA DA CITAÇÃO RESPECTIVAMENTE. [...] 2. O termo inicial de incidência da correção monetária e dos juros de mora deve ser, respectivamente, a data do ajuizamento da

13|



demanda e a data da citação (Súmula 426, do STJ). **(TJ-PE - APL: 3756367 PE, Relator: Fábio Eugênio Dantas de Oliveira Lima, Data de Julgamento: 10/06/2015, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 08/07/2015)**

Portanto, na hipótese de condenação da Ré, o que verdadeiramente não acredita, requer que os juros moratórios sejam contados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente contestação.

IV.5| DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Resta claro ainda que sob nenhum aspecto cabe o pedido da parte autora no sentido de pleitear a descabida monta de 20% de honorários nesta demanda, haja vista que desta forma pretende violar dispositivo de lei.

Assim, diante do disposto no art. 85, § 2º do Novo Código de Processo Civil de 2015, observa-se que o percentual máximo permitido, nos casos previstos nos incisos do parágrafo 2, tendo em vista os parâmetros objetivos ligados a complexidade da causa, é de 20% (vinte por cento):

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

[...]

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

IV - o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço.

14|



Ora, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, tornando-se assim, injustificável o pedido de honorários no patamar de 20% (vinte por cento), o que ora se requer seja julgado totalmente improcedente.

Não fosse isso o bastante, tal pleito se faz demasiadamente severo, tendo em vista que restou comprovado que a Seguradora em momento algum agiu com intuito protelatório, muito menos de má-fé, agiu apenas em consonância com a determinação do órgão que regula o convênio DPVAT.

Ressalte-se por fim que, em caso de eventual condenação, seja verificada o teor do artigo 86, caput do NCPC/2015, se ambas as partes forem vencedor e vencido nos pedidos do processo, o ônus de sucumbência dos honorários será proporcionalmente distribuídos entre autor e réu, senão vejamos:

“Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídos entre eles as despesas”.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, o que não acredita, requer que o pagamento dos honorários advocatícios sejam proporcionalmente distribuído, conforme supracitado.

VI| REQUERIMENTOS FINAIS

Ante o exposto, é a presente para requerer de V. Exa, preliminarmente:

- a) Seja acolhida a preliminar de extinção de feito sem resolução de mérito, face a ausência de juntada de documento indispensável a propositura da ação – Perícia do IML;

Caso ultrapassadas as preliminares, requer seja no mérito reconhecida a total improcedência do pleito autoral para:



- a) Acolher a **incidência da Lei 6.194/74**, com todas as suas alterações, bem como a **Resolução CNSP nº 273/2012, considerando que a avaliação realizada demonstra a AUSENCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE, não fazendo jus ao pagamento de qualquer indenização**
- b) Reconhecer a constitucionalidade da Lei 11.945/2009, que fixa o teto de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez permanente, desde que comprovado o seu grau máximo, o que igualmente não restou demonstrado nos autos, e ainda da Lei 11.482/2007, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça;
- c) Determinar a produção de prova pericial, se assim entender, ressaltando que a SEGURADORA RÉ não pode ser responsabilizada pelo seu custeio, já que se trata de prova constitutiva do direito da PARTE AUTORA, cabendo a esta arcar com sua produção e, caso assim não entenda, determinar a produção da prova pericial pelo Instituto de Medicina Legal;
- d) Em caso de eventual condenação, o que definitivamente não se acredita que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pela PARTE AUTORA, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, e que seja levada em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
- e) Ainda em caso de eventual condenação, o que se cogita por mero amor ao debate, que os juros apenas incidam a partir da data de citação, e a correção monetária a partir da distribuição da ação;
- f) Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, que seja considerado o teor do Art. 86, caput do CPC, devendo os honorários serem proporcionalmente distribuídos



Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos, em especial, a produção de prova pericial, a juntada de documentos, a ouvida de testemunhas e o depoimento pessoal da PARTE AUTORA, sob pena de confesso.

Por fim, os patronos subscritores da presente peça dão por autênticos os documentos acostados aos autos pela Ré, nos termos do artigo 425, inciso VI do Novo Código de Processo Civil de 2015.

Ao final, a condenação da PARTE AUTORA nas custas e em honorários advocatícios em favor da Seguradora Ré nos termos do art. 85, § 2º c/c art. 86 do NCPC/2015.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

De Recife para Mangabeira/PB, 30 de novembro de 2016


ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
OAB/PB 20.282-A

RENATO BRAGA TAVARES

OAB/PB 20.539



ROL DE QUESITOS (ANEXO I)

1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pelo Autor e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para o Autor e, em caso positivo, qual o seu
3. respectivo grau de extensão, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
4. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
5. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa.
6. A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
7. Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
8. Restando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
9. Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, é completa ou incompleta? Qual o grau apresentado?



ANEXO II

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).
(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés						
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar						
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						





PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, é por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, **Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 62420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30, TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 14º andar – Centro – RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro



MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-5600
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MARCIO BARBOSA NORTON (X000000A71AB)
Rio de Janeiro, 10 de junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade.

Serventia	: 8,40
36% I.F.FUNDOS	: 3,36
Total	: 11,76

Bruno Rodrigo Helen Gaspar - Aut.

EAGM-29273 BNV, EAGM-29274 GUP	
--------------------------------	--

Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

ANTONIO DO
Bruno Rodrigo
Brazem Gaspar
Escritor
CDDC n.º 94.04781
14.2012.1.1a.8.8358
CÓDIGO DE NOTAS - F



170 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto de Almeida
Rua do Carmo, 43 - Centro - Rio de Janeiro RJ, Brasil
CNPJ nº 06.908.111/0001-01
Insc. Est. nº 15.015.000-01
Insc. Prof. nº 15.015.000-01
Firmo: [Assinatura]
Tel.: 2507-9300
Fax: 2507-9300
E-mail: carlos@carlosalmeida.com.br
Certifico e dou fé que a presente cópia é fiel reprodução
original que foi apresentado. Cod: X0000010344. Conf. por:
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2014.
Geovani Alves Cunha - Aut.
EALF-09435 ENT Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Preocupado com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





Seguradora Líder - DPVAT

SUBSTABELECIMENTO

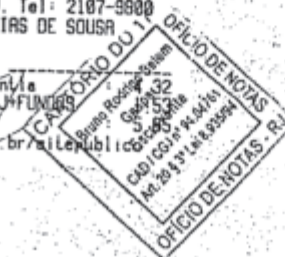
Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos limites da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

Valdir Dias de Sousa Júnior

Valdir Junior
Gerente Jurídico Contencioso

17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira
Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-9800
Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de: VALDIR DIAS DE SOUSA
JUNIOR (X00002085A3E)
Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2014. Conf. por:
Em testemunho da verdade. Servantia
38% TJ-FUNJUS
Total
Bruno Rodrigo Balem Gaspar - Aut.
EABH-18450 UPU Consulta em <https://www3.tjrj.jus.br/ilepublico>



**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6

CNPJ/ME nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2015, às 16hs, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de março de 2015.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Bernardo Dieckmann, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, João Gilberto Possiede, Jorge de Souza Andrade, Marcelo Goldman, Múcio Novais de Albuquerque Cavalcanti, Ricardo José Iglesias Teixeira, Rosana Techina Salsano e Wady José Mourão Cury. Presente ainda o conselheiro suplente Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença do respectivo conselheiro titular, atendeu à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição de novo membro da Diretoria Executiva da Companhia; (ii) Designação dos diretores responsáveis perante a SUSEP; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, tendo em vista que o atual diretor José Márcio Barbosa Norton atingiu a idade máxima de 66 (sessenta e seis) anos estabelecida por este Conselho como limite para o exercício do cargo de diretor da Companhia, eleger Carlos André Guerra Barreiros, brasileiro, casado, secretário, titular do documento de identidade nº 55.625.648-7, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 832.349.387-91, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como Diretor sem designação específica da Companhia, para o cargo atualmente ocupado pelo diretor José Márcio Barbosa Norton, que continuará exercendo o cargo de diretor e a função de diretor responsável pelas relações com a SUSEP até a posse do diretor ora eleito, que dar-se-á somente quando da homologação junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e assinatura do respectivo termo de posse no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. O Diretor eleito terá mandato de 1 (um) ano, desta data até 25 de março de 2016, permanecendo no cargo até a investidura de novo administrador. O Diretor ora eleito declara que não está incurso em nenhum crime que o impeça de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estar inabilitado para tanto, nos termos da lei. O Diretor eleito declara, por fim, preencher os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes da Resolução 136/2005 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 25 de março de 2015; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Catão de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 16hs

Página 1 de 3




contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelas relações com a SUSEP (até a posse do diretor Carlos André Guerra Barreiros, ocasião em que passará a ser exercida pelo mesmo); (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 311/14) e diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. Os membros do Conselho de Administração não atribuirão a responsabilidade pelo cumprimento das obrigações da Resolução CNSP nº 143/05, uma vez que a Companhia não emite apólices, endossos e/ou realiza operações de resseguro. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:


Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2015.


MESA DE TRABALHO:



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente



Bernardo Dieckmann
Conselheiro



Jabis de Mendonça Alexandre
Conselheiro



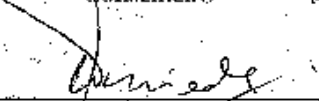
Jorge de Souza Andrade
Conselheiro



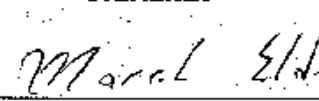
André Leal Faoro
Secretário



Celso Damadi
Conselheiro



João Gilberto Possiede
Conselheiro




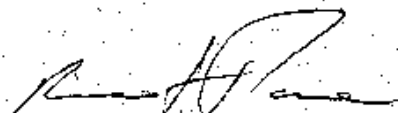
Marcelo Goldman
Conselheiro

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do
Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de março de 2015 às 15hs.

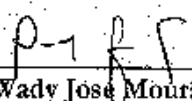
Página 2 de 3




Múcio Novaes de Albuquerque
Cavalcanti
Conselheiro


Ricardo José Iglesias Teixeira
Conselheiro


Rosana Techima Salsano
Conselheira


Wady José Mourão Cury
Conselheiro



[illegible]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 6 DE JANEIRO DE 2012, LAURADA NA FORMA DE SUPLENTO. Carilão, Aranjado na JUCELIA em 08.01.12 sob o nº 3272074. Sábulo C.M. Sere. Sábulo C.M. Sere.

COMPANHIA FECHADA
ATA DA ASSSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
DE 1994

2011, de 11 horas. **ACIONISTAS:** Presença de acadêmicos como: **SILVIA**

GRUP S.A., meðan aðrir samantektir þess eru: Carmine, Dr. Leticia, Fátima, Santa e São, Maria Aldeia, Lima, Piauí, representando a indústria do Capiot Sock, todos pelo qual há diplomacia e Cress.

JOÃO, MILEA, Paulo Celso Alves Filho - Presidente e Fernando Otonário de Araújo Sales - Secretário. **INTEM DO DIA:** O Trabalho do novo Presidente, em substituição ao Sr. Domingos Leão, **SECRETARIA**

CAD: Per informazioni, la scrivete a: **maglier da fr. Andrea Martini**, Edizione, ufficio, scrivania, giornalismo, posta Cultura, e Via Garibaldi, 100, 10121 Roma, Italia.

data: 07.08.17. **1^o Edital** Convênio particular de compra de materiais de escritório nº 0170020-1, inscritos no 0006/2006, através do CPM nº 001 de nº 213.300.000-00, para o grupo de Polímeros, no

Matrícula no 22. Onda João Lato, delegado do trabalho no campo da Companhia Saneamento. Encontra-se aqui o marceneiro do Sr. Augusto. Muitos trabalhos de construção, como os do Sr. Augusto, KACERNA.

[illegible]

Secretariat de Travaux: Mlle. Marie-Claude Agnès-Félix - Présidente -
Fédération Française des Amateurs de Tennis - Secrétariat: Jacqueline BOUZA
CHU2 S.A. n'est pas représentée par Louis Chénouet Sr. (nouveau)

Fernando Sanches e São Maria Alzira Lima Figueiredo, Curitiba: Curitiba que está crescendo! Na gradeira da ARDENIA um a cada 20 minutos, um 1800 parte para o trabalho. M. Basso - Secretaria Geral

© 1997 John Wiley & Sons, Inc. CCC 0890-6897/97/010000-01

SEGURODHA LIDER DOS CONSUMIDORES
DO SEGURO DPVAT S.A.
COPASA - COOP. DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO P. DO S. DE CARVALHO

ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EX

TRAQUIDINARIA REALIZADAS EM 23 DE MARÇO DE 2011. Data Hora e Local: Avs 23 (MTE e VRS) dias 26 entre as manhãs de 2011 de 11:05 horas, via sendo todas da Companhia. Inicializado A Nova Co

Endereço: Rua do Comércio, 100, Centro, Curitiba, Paraná, CEP: 80010-000. Telefone: (41) 324-1111. E-mail: info@faptec.com.br

Estado de Pernambuco, no publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, nos dias 05, 11 e 14 de março de 2011. Parte V, nos páginas 34, 16 e 14, respectivamente, e no 'Jornal Voz'.

Copyright, nos artigos dos dias 10, 11 e 14 de março de 2011, nas páginas 613, 614 e 617, respectivamente. Petrópolis, Própria: O Instituto de Arqueologia do Departamento Geológico, 2011.

relatado no *Memórias do Rio de Janeiro*, o primeiro a ser publicado, relatando que garçons dos salões europeus, de Claudio F. e de do Centro de Ajudas, estavam se exercitando com os 31

En dezembro de 2010, foram adicionados ao site os links de três sites de referência em 2011 no gênero 'Cursos Oficiais do Estado de São Paulo', com páginas 25, 26, 27 e 28 e um 'Jornal Vozes Esportivas', com pa-

grupos B5, B6 e B7), tudo via Termo de Lei nº 8.047/90 e demais procedimentos da Superintendência de Seguros Privados. Pretende-se, assim, dar um tratamento diferenciado entre os 55 planos, de acordo com o

de la Academia Española, el 23 de mayo de 1990, en la ciudad de Córdoba, conforme a los estatutos constitucionales de la Ley de Reglas de Procedimiento del Asiento de Córdoba. Por lo tanto, se le

ACÓES A PEDIDO

ANEXOS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL.

NORMAL	R\$ 284,00
E ESTAGIARDE	R\$ 150,00 (*)

ICOS (Fóret, Enduraf, Munkaf)	RS 100,00 (*)
OS PÚBLICOS (Fóret, Enduraf, Munkaf)	RS 130,00 (*)

PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E INTERIO:
 Aluga-se com decoreza sumptuosa salas nobres para o funcionamento

ist die Größe des Risikos des Scheiterns des Projekts aufzufassen, das die gesamte Unternehmensleistung ausmacht. Dieses wiederum steht in einem Zusammenhang mit der Bewertung des gesamten Unternehmens.

Dr. Cristian Căminaru este medic primar în Neurologie la Spitalul Județean de Psihiatrie din Iași, România. Este autor al cărții *Tratamentul depresiei* (Editura Psihica, 2010).

Fonte: IBGE, Censo 2000. Dados em milhares de habitantes.

800-762-7269 • FAX 201-438-2202

www.imprensaoficial.rj.gov.br

de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h

100

6 15:08:22
0000000005000770

33000000005832776

Número do documento: 16120115081623300000005832776

[illegible]

[illegible]

1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671, 2672, 2673, 2674, 2675, 2676, 2677, 2678,

IDA MENTAL E DEPENDENCIA QUÍMICA. ATENDIMENTO PROLONGADO DE PESSOAS COM DISTÚRBIO DE IDIOMA MENTAL. DISTÚRBIO PSÍQUICO E FÍSICO. FARMACOS CAUSADOS PELO USO DE DROGAS. ALÉM DE INFRA-ESTRUTURA OFERECIDA NO LOCO DA REINTEGRAÇÃO, INCLUSIVE ALIMENTAÇÃO SUPERVISADA, ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E CURSOS MÉDICOS PARA REABILITAÇÃO SOCIAL, REABILITAÇÃO FÍSICA, E CUIDADOS COM A SAÚDE. ESTADIA UNICO E INDIVIDUAL, EM 250 POSSE: PETROLÓPOLIS - RJ - CEP: 21270-000. Telefone: 02122911

HYDRATEC CONCRETO E TECNOLOGIA LTDA. EPP

[illegible]

1991-1992

CASTELLI INDUSTRIA E COMMERCIO S.p.A.

[illegible]

0000-0001-9340-4000



Copyright © 2006
0950-0804/06/0000-0000\$05.00/0

PAPO RELIGIOSO: Il Vaticano ha deciso di non mandare più i suoi missionari in Afghanistan. Il papa ha deciso di non mandare più i suoi missionari in Afghanistan. Il papa ha deciso di non mandare più i suoi missionari in Afghanistan.

doi:10.1017/S0022292412001901

RETENTIONAL TRANSPORT VIA TRANSPORT

02.709.6430051-08

[illegible]

© 1999 Blackwell Science Ltd

PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

[illegible]

0000-0000-0000-0000

CAPTAÇÃO: Imagem: [COMPEN](#); Cópia: [sistema](#); [Nas](#) [Cenas](#)[illegible]

CAPITULO III -

100-000000



Comparative Effects

CNP, INC. # 3310011270001-31
ISSN # 1170011001

SEVERAL ARE CONSIDERABLE

© Consiglio di Amministrazione della Fintec-Banca S.A. - Firenze

0000-0000-0000-0000

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Firmas

NOTIANDO TAMBÉM EM CONSTRUÇÃO

REVISTA "IN-HATE SOCIAL" SOCIOB. JOÃO GUILHERME FUSCA RODRIGUES ESTRELLA (CNP. 754.751.987.72). FÁBIO SOUZA BRANCO (CNP. 594.935.917-38). JOÃO PAULO LYRA (DA SILVA) (CNP. 544.125.977-48) E FLAVIO GOMES FALCO (CNP. 487.768.871-87). CRISTIAN, AUTÓGRAFOS DE APOIO À PRODUÇÃO, E A SAÚDE E PORTADORES DE DISTÚRBIO PSÍQUICO, DEFENDIDOS





**SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jabis de Mendonça Alexandre, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Medeiros, Rosana Techima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Sentoma, que, como os presentes respectivos conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLAUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-3, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. A remuneração do

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 1 de 2





diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cataldo de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

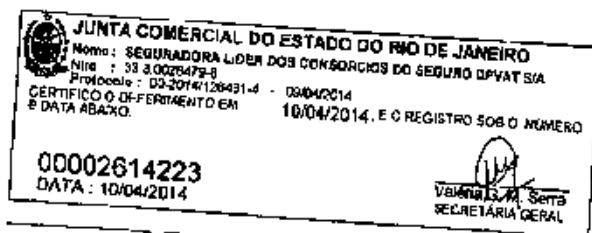
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Techima Salsano - Conselheira; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faoro
Secretário



Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013

Página 2 de 2



03
891

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.

NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

PRESENÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germano Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiede, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Juvêncio Cavalcante Braga, Sidney Maury Sentoma, Marcelo Goldman e Marcus Vinícius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcantara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constantes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Barbosa Norton, Cláudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (i) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (ii) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (iii) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (i) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como **Diretor-Presidente da Companhia**; **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01984230-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; **CLÁUDIO MENDES LADEIRA**, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e **MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE**, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios da Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012

Página 1 de 2



1

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pelo cumprimento da lei nº 9.613/98 e diretor designado responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor designado responsável técnico e diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram a título de assuntos gerais.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações havidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalho - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Goldman - Conselheiro; (ass.) Marcus Vinicius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Acatuassú Xavier - Diretor Presidente reeleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor reeleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor reeleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor reeleito; (ass.) Marcus Vinicius Cataldo de Felipe - Diretor reeleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 26 de setembro de 2012
Página 2 de 2



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Abreu Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lauro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Nomesso, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembléia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. **RICARDO DE SÁ ACATAUASSÚ XAVIER**, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/IFP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e **REGINA MARIA RANGEL FARIAS**, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembléia geral extraordinária, caso



exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembléia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP de sua eleição na Assembléia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

6. ENCERRAMENTO:


Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.


Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007



Luiz Tavares Pereira Filho
Presidente do Conselho


André Leal Faoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez


Gilberto Duarte de Abreu Filho


Idacelmo Mendes Vieira


Juvêncio Cavalcante Braga


Lauro Magno Agrizzi



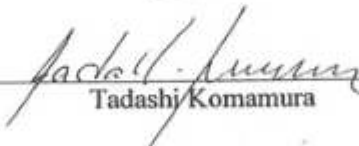
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



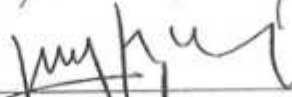
Luiz Tavares Pereira Filho



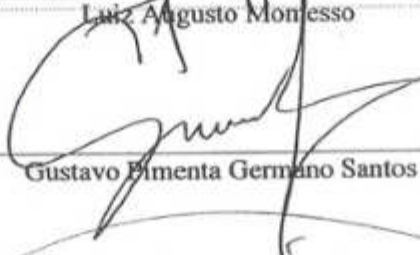
Emerson Bernardes da Silva



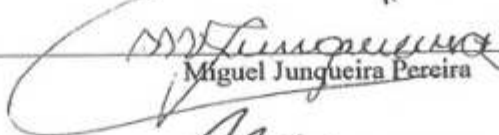
Tadashi Komamura



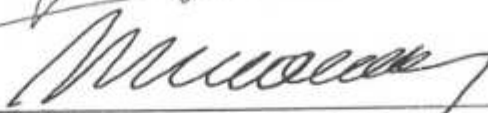
Luiz Augusto Monesso



Gustavo Bimenta Germano Santos



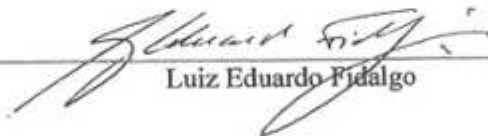
Miguel Junqueira Pereira



Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti



Júlio Cezar Alves de Oliveira



Luiz Eduardo Fidalgo



Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007


Mauro César Batista

4 3
2 2
2 2

 
4



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 3 e 4.**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10 E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP no. 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20



**-INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interveniente-anuente,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

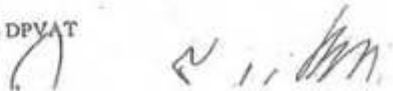
Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 13 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 9 de 20



categorias 1, 2, 9 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, o critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 10 de 20



futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

5.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 11 de 20

7

2

11



Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 12 de 20

[Assinaturas manuscritas]



convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembléias.

11.2 - Nas assembléias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.5 - Nas assembléias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembléias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 13 de 20



responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura dispendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso. “

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 15 de 20

18 2 11 1m



Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007


Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

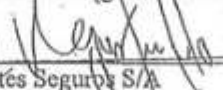

ACE Seguradora S/A

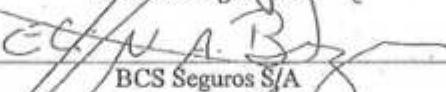

American Life Companhia de Seguros

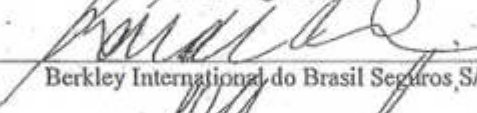

APS Seguradora S/A

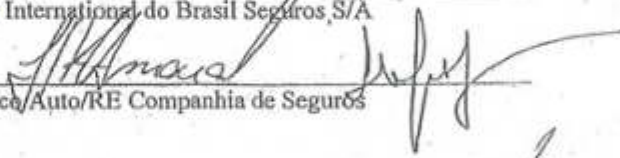

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A

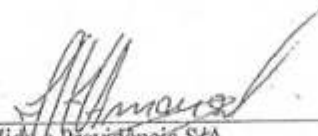

BCS Seguros S/A



Berkley International do Brasil Seguros S/A

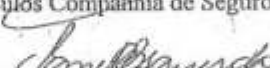

Bradesco/Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

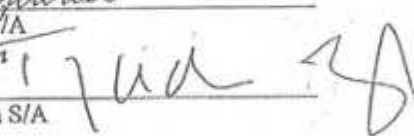




Bradesco Vida e Previdência S/A


Brasileveículos Companhia de Seguros



BVA Seguros S/A

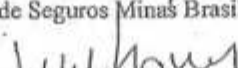
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

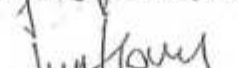

Caixa Seguradora S/A

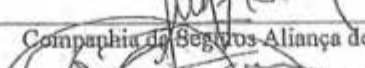

Centaurio Vida e Previdência S/A


Grupo do Brasil Cia de Seguros

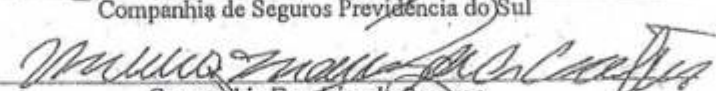

Cia de Seguros Minas Brasil



PP Companhia de Seguros Aliança da Bahia


Companhia de Seguros Aliança do Brasil



Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



~~EOS/SP - Companhia de Seguros da Pádua de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Pinasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itau Seguros S/A

Itau Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A

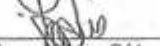
Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20




Marítima Seguros S/A

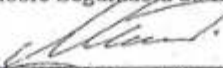

MBM Seguradora S/A


Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

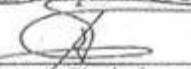

Mitsui Sumitomo Seguros S/A


Mongeral S/A Seguros e Previdência

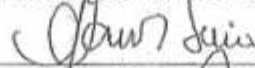

Nobre Seguradora do Brasil S/A


Panamericana de Seguros S/A



Paraná Companhia de Seguros


Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

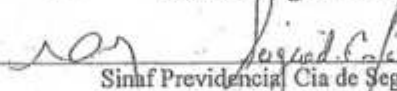

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safra Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinuf Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS
 FISCALIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA
 TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 E 4
 Processo: 00-2008/2008 - 170/2008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM: 18/01/2008, E O REGISTRO SOB O NOME E
 DATA ABaixo.

33.5.00022-15-9
 DATA: 18/01/2008

Vinício da Sessão
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tokio Marine Brasil Seguradora S/A

Tokio Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG Brasil Cda de Seguros

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 Interviente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Acaiares de Azevedo
 RG. 03.871.764-7 (Detran/RJ) CPF: 728.150.537-53

Qualificação Manoel de Deus da Rocha
 RG 19442307-2 (SSP RJ)
 CA-132870804-06

LISTA DE ADVOGADO
 GUSTAVO FRANCO PACHECO
 OAB/RJ 138.392
 Gustavo Franco Pacheco
 Advogado
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Fl. 20 de 20

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1,2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembléia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10. E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização – FENASEG, Sr. João Elisio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Faoro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembléia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE – DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Gente Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembléia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Gente Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembléias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**“INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10.**

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 1 de 20



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – FENASEG, na qualidade de Interviente-anuente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos da sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 2 de 20



Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da ingressante, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação das demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1ª de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 3 de 20



Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT como aqui convencionado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "*ad negotia*" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de apenação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembléia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembléia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 4 de 20

A 11 M



Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratear entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 5 de 20

7

✓

Im



11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quórum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrarem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigido à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar os pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada à: (a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida ao Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevenha decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 7 de 20



13.12. – As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1- O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT- categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 – As Seguradoras, neste ato, ao se tornarem titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem as Convenientes nos direitos e obrigações atinentes ao Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9 e 10,

14.3 – Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª – VIGÊNCIA

Cláusula 15 – O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem-no sempre bom, firme e valioso."

.....

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 8 de 20




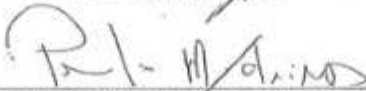
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.

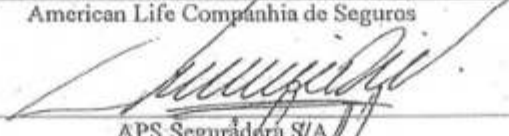
Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007


Presidente da Mesa

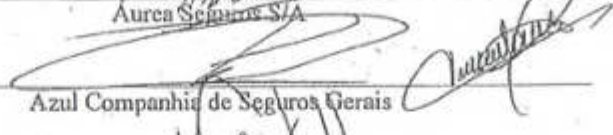

Secretário da Mesa

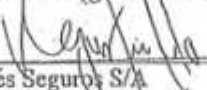

ACE Seguradora S/A

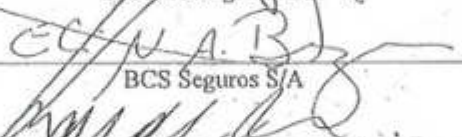

American Life Companhia de Seguros

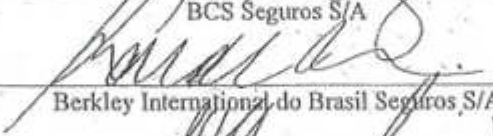

APS Seguradora S/A

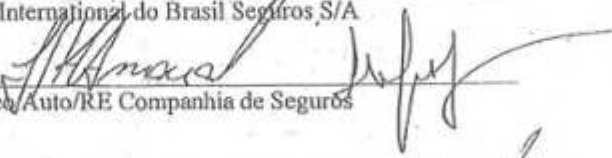

Aurea Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A

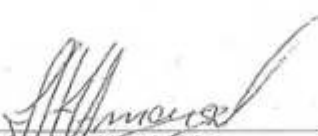

BCS Seguros S/A



Berkley International do Brasil Seguros S/A



Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20





Bradesco Vida e Previdência S/A


Brasilveículos Companhia de Seguros


BVA Seguros S/A

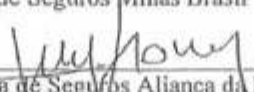
Thierry Claudon
Diretor-Presidente

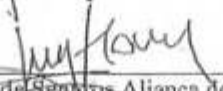

Caixa Seguradora S/A



Centauru Vida e Previdência S/A


Chubb do Brasil Cia de Seguros

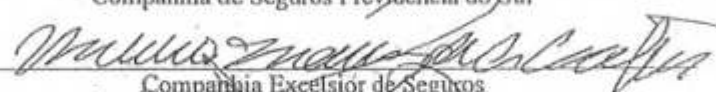

Cia de Seguros Minas Brasil



Companhia de Seguros Aliança da Bahia



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

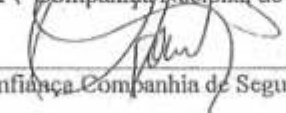

Companhia de Seguros Gralha Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Excelsior de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPP - Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



~~COSESP - Companhia de Seguros do Estado de São Paulo~~

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Finasa Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Gente Seguradora S/A

Gerling Sul América S/A - Seguros Industriais

Icatu Hartford Seguros S/A

Indiana Seguros S/A

Itaú Seguros S/A

Itaú Vida e Previdência S/A

J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A


Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A


Mares-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20

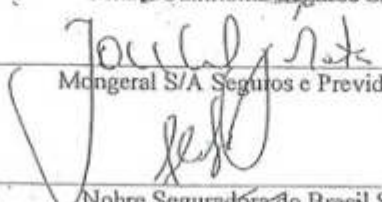



Maritima Seguros S/A

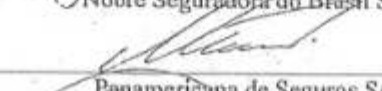

MBM Seguradora S/A


Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A


Mitsui Sumitomo Seguros S/A



Mongeral S/A Seguros e Previdência

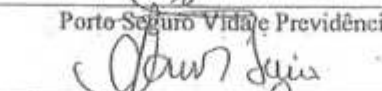

Nobre Seguradora do Brasil S/A


Panamericana de Seguros S/A


Paraná Companhia de Seguros

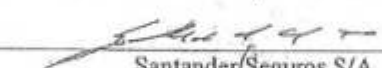

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

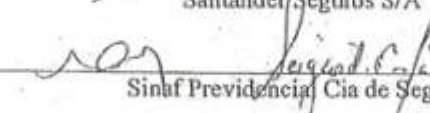

Porto Seguro Vida e Previdência S/A


PQ Seguros S/A


PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A


Safrá Vida e Previdência S/A


Santander Seguros S/A


Sinat Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: CONSORCIO DE OPERAÇÕES DE SEGURO DPVAT DO RJ - DAVAT
 PESSOAS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES - C.V.A.
 TERRESTRE-OPVAT PARA AS CATEGORIAS 1,2,3 E 11
 Processo: 00-2008/037808-6 - 17/01/2008
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 18/01/2008 - E O HCDSTN? SOB O NRC E
 DATA: 18/01/2008
 33.5.0002214-1
 Visto de 1ª Inst. Sete
 SECRETARIA GERAL

~~Sul America Companhia Nacional de Seguros~~

~~Sul America Seguros de Vida e Previdência S/A~~

Sulina Seguradora S/A

Tókió Marine Brasil Seguradora S/A

Tókió Marine Seguradora S/A

UBF Garantias & Seguros S/A

Unibanco AIG Seguros S/A - AIG ~~Brasil~~ CIA DE SEGUR.

Unibanco AIG Seguros S/A

Unibanco AIG Vida e Previdência S/A

Zurich Brasil Seguros S/A

Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização
 Interviente-Anuente

Testemunhas:

Qualificação Ricardo de Sá Azevedo Xavier
 RG: 03.891.264-7 (Desmat/557-RS) CPF: 728.150.517-53

Qualificação Marcos Daniel Lopes
 RG 19842302-2 (SSP-SP)
 CN 132870200-06

Visto de Advogado
GUSTAVO FRANCO PACHECO
 OAB/RJ 138.392
 Gustavo Franco Pacheco
 Advogado
 OAB/RJ 138.392

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
 Fl. 20 de 20



ATAS, CERTIDÕES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associações, Sociedades e Firmas

SUMARIO

Atas, Certidões e Documentação	
Associações, Sindicatos e Fimop	5
Autism, Batais e Termos	
Associações, Sindicatos e Fimop	5
Estado da Democracia	7
Leões Europeus	7
Órgão de Representação Profissional	

[illegible]

qualquer modo do SZN, não houve nenhuma alteração da frequência de disparos. Em resumo, não há evidências de que a atividade elétrica seja influenciada por alterações na frequência de disparos. Em resumo, não há evidências de que a atividade elétrica seja influenciada por alterações na frequência de disparos.

doi:10.1017/S0007122612000091

PROSPERIDAD CORRECTIVA DE VALORES E CAMBIO
CNPJ Nº 36.118.821/0001-50
NIRE Nº 33300003100

[illegible]

FMS EMPLOYMENT OF IMPERIAL ARMS & A

Estimada Señora: Ana María Rodríguez S.A.
(Estrada Andrés de Bello, de Ciudad Guayana)

[illegible]

DOI: 10.1002/for

ODEBRECHT

Odobrecht Transport S.A.

NOTE 33000205-2
COURTESY OF 11,547,167,000,000

[illegible]

SEGUROADORA LÍDER DOS CONSUMIDORES
DO SEGURO SPVET S.A.
CENTRO 1 - 11.000-000 - SÃO PAULO - SP

CNPq # 302468/96-0
FAPESP # 97/07547-4

A ASSEMBLEIA GERAL ORDIN

[illegible]

06-00000

[illegible][illegible]



PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.876.808-00, e por seu Diretor de Relações Institucionais, JOSÉ MARCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.366 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.157-15, nomeia e constituem seus bastantes procuradores, Drs. VALDIR DIAS DE SOUSA JÚNIOR, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 122.882, inscrito no CPF/MF sob o número 012.310.027-51; MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 135.132, inscrita no CPF/MF sob o número 082.587.197-26; THEREZINHA COIMBRA FRANÇA, brasileira, divorciada, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, sob o número 92420, inscrita no CPF/MF sob o número 542.587.407/30; TODOS INTEGRANTES DA SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 14º andar - Centro - RJ, CEP 20031-205, aos quais, independentemente da ordem ou nomeação, confere plenos poderes para, o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandado, inclusive subestabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, autorizados a receber, daí quitação e levantar o crédito proveniente do alvará de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo o qualquer levantamento, judicial ou em instituições financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a

Assinado eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 01/12/2016 15:08:42
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16120115083701600000005832795





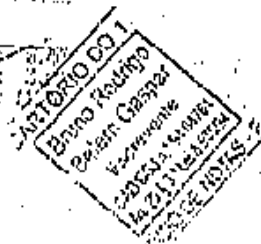
OUTORGANTE figura, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1709-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014.

MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

120 CRÉDITO DE 100% - Tabelião Carlos Alberto Lima Oliveira
Rua do Carmo 65 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, Tel: 2107-9800
Assentado por assinatura as firmas dos MARCELO DAVOLI LOPES e JOSÉ
MÁRCIO BARBOSA NORTON 120000200/1400
Rio de Janeiro, 06 de Junho de 2014. Cert. por:
Em testemunho da verdade. Serventia
Tabela 120/2014, Tabelião Carlos - 120
FARM-DVAT S/A, 0000-252/1 011
Consulte em <http://www3.tjrr.jus.br/portal/seguradora>



Assinada eletronicamente por: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - 01/12/2016 15:08:42
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=16120115083701600000005832795>
Número do documento: 16120115083701600000005832795



SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., doravante denominada Outorgante, conforme Instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de Iguais, na pessoa do Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983, com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente do alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-0, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.246.608/0001-04, nos estritos termos da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

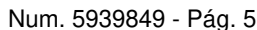
Rio de Janeiro, 23 de Junho de 2014.

Valdir Dias da Silva Sousa Júnior

Valdir Junior
Gerente Jurídico Confidencial



[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

[illegible]

[illegible][illegible][illegible][illegible]

IN 1214001

UNIVERSITY INFORMATION & REFERENCE DIVISION

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF MICHIGAN

ANN ARBOR, MICHIGAN 48106-1000

TEL: 734 763 5000 FAX: 734 763 5001

WWW.LIBRARY.MICHIGAN.EDU

LIBRARY OF THE UNIVERSITY OF MICHIGAN

ANN ARBOR, MICHIGAN 48106-1000

TEL: 734 763 5000 FAX: 734 763 5001

WWW.LIBRARY.MICHIGAN.EDU

[illegible][illegible][illegible][illegible]

PETROBRAS
EMPRESA DE PETRÓLEO S.A.
CNPJ nº 33.440.189/0001-91
NIRE nº 23.604.088/0001

1946. 1947. 1948. 1949. 1950. 1951. 1952. 1953. 1954. 1955. 1956. 1957. 1958. 1959. 1960. 1961. 1962. 1963. 1964. 1965. 1966. 1967. 1968. 1969. 1970. 1971. 1972. 1973. 1974. 1975. 1976. 1977. 1978. 1979. 1980. 1981. 1982. 1983. 1984. 1985. 1986. 1987. 1988. 1989. 1990. 1991. 1992. 1993. 1994. 1995. 1996. 1997. 1998. 1999. 2000. 2001. 2002. 2003. 2004. 2005. 2006. 2007. 2008. 2009. 2010. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020. 2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040. 2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060. 2061. 2062. 2063. 2064. 2065. 2066. 2067. 2068. 2069. 2070. 2071. 2072. 2073. 2074. 2075. 2076. 2077. 2078. 2079. 2080. 2081. 2082. 2083. 2084. 2085. 2086. 2087. 2088. 2089. 2090. 2091. 2092. 2093. 2094. 2095. 2096. 2097. 2098. 2099. 2100. 2101. 2102. 2103. 2104. 2105. 2106. 2107. 2108. 2109. 2110. 2111. 2112. 2113. 2114. 2115. 2116. 2117. 2118. 2119. 2120. 2121. 2122. 2123. 2124. 2125. 2126. 2127. 2128. 2129. 2130. 2131. 2132. 2133. 2134. 2135. 2136. 2137. 2138. 2139. 2140. 2141. 2142. 2143. 2144. 2145. 2146. 2147. 2148. 2149. 2150. 2151. 2152. 2153. 2154. 2155. 2156. 2157. 2158. 2159. 2160. 2161. 2162. 2163. 2164. 2165. 2166. 2167. 2168. 2169. 2170. 2171. 2172. 2173. 2174. 2175. 2176. 2177. 2178. 2179. 2180. 2181. 2182. 2183. 2184. 2185. 2186. 2187. 2188. 2189. 2190. 2191. 2192. 2193. 2194. 2195. 2196. 2197. 2198. 2199. 2200. 2201. 2202. 2203. 2204. 2205. 2206. 2207. 2208. 2209. 2210. 2211. 2212. 2213. 2214. 2215. 2216. 2217. 2218. 2219. 2220. 2221. 2222. 2223. 2224. 2225. 2226. 2227. 2228. 2229. 2230. 2231. 2232. 2233. 2234. 2235. 2236. 2237. 2238. 2239. 2240. 2241. 2242. 2243. 2244. 2245. 2246. 2247. 2248. 2249. 2250. 2251. 2252. 2253. 2254. 2255. 2256. 2257. 2258. 2259. 2260. 2261. 2262. 2263. 2264. 2265. 2266. 2267. 2268. 2269. 2270. 2271. 2272. 2273. 2274. 2275. 2276. 2277. 2278. 2279. 2280. 2281. 2282. 2283. 2284. 2285. 2286. 2287. 2288. 2289. 2290. 2291. 2292. 2293. 2294. 2295. 2296. 2297. 2298. 2299. 2300. 2301. 2302. 2303. 2304. 2305. 2306. 2307. 2308. 2309. 2310. 2311. 2312. 2313. 2314. 2315. 2316. 2317. 2318. 2319. 2320. 2321. 2322. 2323. 2324. 2325. 2326. 2327. 2328. 2329. 2330. 2331. 2332. 2333. 2334. 2335. 2336. 2337. 2338. 2339. 2340. 2341. 2342. 2343. 2344. 2345. 2346. 2347. 2348. 2349. 2350. 2351. 2352. 2353. 2354. 2355. 2356. 2357. 2358. 2359. 2360. 2361. 2362. 2363. 2364. 2365. 2366. 2367. 2368. 2369. 2370. 2371. 2372. 2373. 2374. 2375. 2376. 2377. 2378. 2379. 2380. 2381. 2382. 2383. 2384. 2385. 2386. 2387. 2388. 2389. 2390. 2391. 2392. 2393. 2394. 2395. 2396. 2397. 2398. 2399. 2400. 2401. 2402. 2403. 2404. 2405. 2406. 2407. 2408. 2409. 2410. 2411. 2412. 2413. 2414. 2415. 2416. 2417. 2418. 2419. 2420. 2421. 2422. 2423. 2424. 2425. 2426. 2427. 2428. 2429. 2430. 2431. 2432. 2433. 2434. 2435. 2436. 2437. 2438. 2439. 2440. 2441. 2442. 2443. 2444. 2445. 2446. 2447. 2448. 2449. 2450. 2451. 2452. 2453. 2454. 2455. 2456. 2457. 2458. 2459. 2460. 2461. 2462. 2463. 2464. 2465. 2466. 2467. 2468. 2469. 2470. 2471. 2472. 2473. 2474. 2475. 2476. 2477. 2478. 2479. 2480. 2481. 2482. 2483. 2484. 2485. 2486. 2487. 2488. 2489. 2490. 2491. 2492. 2493. 2494. 2495. 2496. 2497. 2498. 2499. 2500. 2501. 2502. 2503. 2504. 2505. 2506. 2507. 2508. 2509. 2510. 2511. 2512. 2513. 2514. 2515. 2516. 2517. 2518. 2519. 2520. 2521. 2522. 2523. 2524. 2525. 2526. 2527. 2528. 2529. 2530. 2531. 2532. 2533. 2534. 2535. 2536. 2537. 2538. 2539. 2540. 2541. 2542. 2543. 2544. 2545. 2546. 2547. 2548. 2549. 2550. 2551. 2552. 2553. 2554. 2555. 2556. 2557. 2558. 2559. 2560. 2561. 2562. 2563. 2564. 2565. 2566. 2567. 2568. 2569. 2570. 2571. 2572. 2573. 2574. 2575. 2576. 2577. 2578. 2579. 2580. 2581. 2582. 2583. 2584. 2585. 2586. 2587. 2588. 2589. 2590. 2591. 2592. 2593. 2594. 2595. 2596. 2597. 2598. 2599. 2600. 2601. 2602. 2603. 2604. 2605. 2606. 2607. 2608. 2609. 2610. 2611. 2612. 2613. 2614. 2615. 2616. 2617. 2618. 2619. 2620. 2621. 2622. 2623. 2624. 2625. 2626. 2627.

Avisos, Editais e Termos

Associações, Sociedades e Empresas
1. DENOMINAÇÃO DA ENTIDADE
4. ENDEREÇO COMPLETO DA ENTIDADE

1. Содержание (содержит текст, который будет передан в печать, включая заголовки, подзаголовки, текст, рисунки, таблицы и т.д.)





SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO DPVAT S.A.
NIRE nº. 33.3.0028479-6
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de setembro de 2013, às 16:30 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 18 de setembro de 2013.

PRESENCIA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Casimiro Blanco Gomez, Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade, Bernardo Dieckmann, Francisco Alves de Souza, Hélio Hiroshi Kinoshita, Jails de Mendonça Alexandria, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Mírcio Novas de Albuquerque Cavalcanti, Paulo de Oliveira Modelinos, Rosana Tachima Salsano, respectivamente Presidente, Vice-Presidente, e os demais conselheiros do Conselho de Administração. Presentes Leandro Evangelista Poli e Sérgio Wilson Ramos Junior, conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados. Presentes também os conselheiros suplentes Eli Nunes de Alcantara Bezerra, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade e Sidney Maury Senfoma, que, como os presentes respectivo conselheiros titulares, compareceram à reunião sem direito a voto. Presentes ainda Ricardo de Sá Acatauassú Xavier, José Márcio Barbosa Norton, Marcelo Davoli Lopes, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinícius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente e os demais diretores da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Faoro.

ORDEM DO DIA: (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SA ACATAUASSÚ XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor-Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IFRJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 912.422.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINÍCIUS CATALDO DE FELIPPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M-1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 521.462.436-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2013 até o dia 10 de outubro de 2014, permanecendo no cargo até a investidura de novos administradores. Os Diretores ora eleitos declararam que não estão incurso em nenhum crime que o impeçam de desempenhar atividade mercantil e, ainda, não estarem inabilitados para tanto, nos termos da lei. Os Diretores eleitos declararam, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambas do Conselho Nacional do Seguro Privado - CNSP. A remuneração de

Certidão da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizada em 25 de setembro de 2013
Página 1 de 2





2630851 diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 27 de março de 2013; (II) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, reafirmar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência do Seguro Privado - SUSEP, de seguinte forma: (a) Marcus Vinícius Cotello de Felipe: diretor responsável administrativo-financeiro e diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Davoli Lopes: diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, na Circular SUSEP nº 445/2012 e nas demais regulamentações complementares e diretor responsável pelos controles internos; (d) Cláudio Mendes Ladeira: diretor responsável técnico pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atoriais previstos nas normas em vigor junto à SUSEP e diretor responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais atinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora reeleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (III) Os membros do Conselho de Administração nada discutiram e título de assuntos gerais.

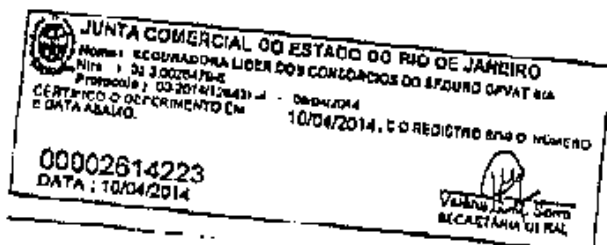
VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora reeleitos declaram estar cientes de que as deliberações levadas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma do sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Tavares Pereira Filho - Presidente do Conselho; (ass.) Casimiro Blanco Gomez - Conselheiro Vice-Presidente; (ass.) Antônio Eduardo Marques de Figueiredo Trindade - Conselheiro; (ass.) Bernardo Dieckmann - Conselheiro; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) Jabis de Mendonça Alexandre - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cesar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Múcio Noves de Albuquerque Cavalcanti - Conselheiro; (ass.) Paulo de Oliveira Medeiros - Conselheiro; (ass.) Rosana Tachime Salsano - Conselheiro; (ass.) Leandro Evangelista Poli - Conselheiro e (ass.) Sérgio Wilson Ramos Junior - Conselheiro, os dois últimos conselheiros eleitos, sem voto porque ainda não homologados.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2013.


André Leal Faria
Secretário



Cópia da Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. realizada em 25 de setembro de 2013
Página 2 de 2



02
837

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS
DO SEGURO PRIVAT S.A.
NIRE nº. 31.1.0028479-6
CNPJ/MP nº. 09.248.608/0001-01

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2012

DATA, HORA E LOCAL: Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de setembro de 2012, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

CONVOCACÃO: Os membros do Conselho de Administração foram convocados por e-mail eletrônico enviado em 19 de setembro de 2012.

PRESEÇA: Presentes os conselheiros Luiz Tavares Pereira Filho, Francisco Alves de Souza, Gustavo Pimenta Germino Santos, Hélio Hiroshi Kinoshita, João Gilberto Possiello, Jorge Carvalho, Jorge de Souza Andrade, José Carlos Lyrio Rocha, Julio Cezar Alves de Oliveira, Invenien Cavalcante Braga, Sidney Maury Santana, Marcelo Goldmann e Marcus Vinicius Lopes Martins. Presentes ainda os conselheiros Eli Nunes de Alcântara Bezerra e Paulo de Oliveira Medeiros, que, por força da presença dos respectivos conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias constituintes da ordem do dia. Presentes, na condição de convidados, Ricardo de Sá Acatavassu Xavier, Marcelo Davoli Lopes, José Márcio Brito Norton, Claudio Mendes Ladeira e Marcus Vinicius Cataldo de Felipe, respectivamente Diretor Presidente, Diretor Jurídico, Diretor de Relações Institucionais, Diretor de Operações da Companhia e Superintendente de Infraestrutura da Companhia.

MESA DE TRABALHO: Presidente: Luiz Tavares Pereira Filho; Secretário: André Leal Fagundes.

ORDEM DO DIA: (I) Eleição dos membros da Diretoria Executiva; (II) Ratificação das designações específicas dos membros da Diretoria Executiva; e (III) Assuntos Gerais.

DELIBERAÇÕES TOMADAS: (I) Os membros do Conselho deliberaram, por unanimidade, reeleger os senhores RICARDO DE SÁ ACATAVASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MP sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro como Diretor Presidente da Companhia; JOSÉ MÁRCIO BAIROSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MP sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 01.984.233-0, inscrito no CPF/MP sob o no. 132.270.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica; CLAUDIO MENDES LADEIRA, brasileiro, solteiro, securitário, titular do documento de identidade nº 06766244-5, expedido pelo IPR/RJ, inscrito no CPF/MP sob o nº 912.427.907-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica e MARCUS VINICIUS CATALDO DE FELIPE, brasileiro, casado, engenheiro civil, titular do documento de identidade no. M.1.777.953, expedido pela SSP/MG, inscrito no CPF/MP sob o no. 521.462.434-00, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como Diretor sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia. Os diretores eleitos terão mandato de 11 de outubro de 2012 até o dia 10 de outubro de 2013, permanecendo inalterada a Investidura de novos administradores. Os

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro PRIVAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012
Página 1 de 2



02/11/12

Diretores ora eleitos declaram que não estão incurso em nenhum crime que a lei 12.415/2011 atribua a pena de morte, e, ainda, não estejam inabilitados para cargo, nos termos da Lei 12.415/2011. Os diretores eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos previstos na legislação em vigor, em especial os constantes das Resoluções nº 65/2001 e 136/2005, ambos do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. A remuneração do diretor observará o limite global de remuneração estabelecido na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de março de 2012; (ii) Os conselheiros deliberaram, por unanimidade, ratificar as designações específicas dos diretores responsáveis perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, da seguinte forma: (a) Marcos Vinícius Cataldo de Felipe: diretor designado responsável administrativo-financeiro e responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade; (b) José Márcio Barbosa Norton: diretor designado responsável pelo relacionamento com a SUSEP; (c) Marcelo Lopes Davoli: diretor designado responsável pela prevenção de fraudes. As designações específicas deverão ser ratificadas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. As designações específicas deverão ser ratificadas pelos acionistas na próxima Assembleia Geral da Companhia, na forma da regulamentação da SUSEP em vigor. Os conselheiros presentes declaram, expressamente, que foram observadas as disposições legais pertinentes à convocação, quórum de instalação e deliberação para esta reunião. Os conselheiros e os diretores ora eleitos declaram inexistir parentesco, até o terceiro grau, entre administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, bem como declaram que os integrantes do referido órgão estatutário não integram o quadro de empregados da Companhia; e (iii) Os membros do Conselho de Administração nada dissentiram a título de assuntos pormenorizados.

VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração da Companhia e os membros da Diretoria ora eleitos declaram estar cientes de que as deliberações lidas nesta reunião estão condicionadas à homologação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA: Nada mais a ser incluído, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de relatório dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes. Assinaturas: (ass.) Luiz Távares Pereira Filho - Presidente da Mesa; (ass.) André Leal Faoro - Secretário; (ass.) Francisco Alves de Souza - Conselheiro; (ass.) Gustavo Pimenta Germano Santos - Conselheiro; (ass.) Hélio Hiroshi Kinoshita - Conselheiro; (ass.) João Gilberto Possiede - Conselheiro; (ass.) Jorge Carvalhin - Conselheiro; (ass.) Jorge de Souza Andrade - Conselheiro; (ass.) José Carlos Lyrio Rocha - Conselheiro; (ass.) Julio Cezar Alves de Oliveira - Conselheiro; (ass.) Juvêncio Cavalcante Braga - Conselheiro; (ass.) Sidney Maury Sentoma - Conselheiro; (ass.) Marcelo Galvão - Conselheiro; (ass.) Marcos Vinícius Lopes Martins - Conselheiro; (ass.) Ricardo de Sá Azeiteiro Xavier - Diretor Presidente eleito; (ass.) José Márcio Barbosa Norton - Diretor eleito; (ass.) Marcelo Davoli Lopes - Diretor eleito; (ass.) Cláudio Mendes Ladeira - Diretor eleito; (ass.) Marcos Vinícius Cataldo de Felipe - Diretor eleito.

Certifico para todos os fins admitidos em direito que esta certidão é reprodução fiel da ata original lavrada em livro próprio da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2012

André Leal Faoro

André Leal Faoro
Secretário

Certidão da ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro D'VAT S.A., realizada em 26 de setembro de 2012.
Página 2 de 2



SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
(em organização)

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
realizada em 10 de Outubro de 2007.

1. DATA, HORA E LOCAL:

Aos 10 (dez) dias do mês de outubro de 2007, às 16:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ.

2. PRESENÇA:

Presentes os conselheiros Srs. Casimiro Blanco Gómez, Gilberto Duarte de Alencar Filho, Idacelmo Mendes Vieira, Juvêncio Cavalcante Braga, Lenro Magno Agrizzi, Luiz Tavares Pereira Filho, Emerson Bernardes da Silva, Tadashi Komamura, Luiz Augusto Momenop, Gustavo Pimenta Germano Santos, Miguel Junqueira Pereira, Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti, Júlio Cezar Alves de Oliveira, Luiz Eduardo Fidalgo e Mauro César Batista.

Secretário: André Leal Faoro

3. ORDEM DO DIA:

- (i) Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Eleição da Diretoria da Companhia; e
- (iii) Convocação de Assembleia Geral Extraordinária para eleição de 6 (seis) membros do Conselho de Administração da Companhia, se necessário.

4. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

- (i) Por estarem exercendo cargos equivalentes no Grupo de Trabalho de Reestruturação dos Convênios do Seguro DPVAT, foram eleitos por unanimidade os Srs. Luiz Tavares Pereira Filho para presidente e o Sr. Casimiro Blanco Gómez para vice-presidente deste Conselho de Administração;
- (ii) Foram eleitos por unanimidade os Srs. RICARDO DE SÁ ACATAUASSU XAVIER, brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade no. 03.891.764-7, expedido pelo SSP/FP, inscrito no CPF/MF sob o no. 728.150.517-53, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro para diretor-presidente da Companhia; o Sr. JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON, brasileiro, casado, economista, titular do documento de identidade no. 836.366, expedido pelo SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o no. 174.562.157-15, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, titular do documento de identidade no. 019842307-X, expedido pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o no. 132.870.808-06, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e REGINA MARIA RANGEL FARIAS, brasileira, solteira, engenheira, titular do documento de identidade no. 04.834.066-5, expedido pelo IFP/RJ, inscrita no CPF/MF sob o no. 901.089.907-10, residente e domiciliada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para diretores da Companhia.
- (iii) Deliberou-se, por fim, por unanimidade convocar assembleia geral extraordinária, encerrando-se a reunião.



exigida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para o dia 7 de Novembro de 2007, para eventual ratificação da eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrida na Assembleia realizada no dia 10 de outubro de 2007, tendo em vista a possível exigência de prévia publicação de declaração de propósito.

5. VALIDADE DAS DELIBERAÇÕES

(i) Declaram os membros do Conselho de Administração abaixo assinados que estão cientes de que: Os atos aqui praticados estão condicionados à homologação pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP da sua eleição na Assembleia de Constituição da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. para integrar o presente Conselho de Administração, bem como à homologação pela SUSEP desta reunião.

6. ENCERRAMENTO:

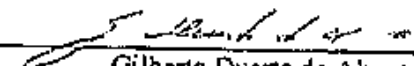
Nada a mais a ser tratado, encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ata.

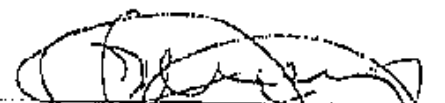
Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2007



Luiz Távares Pereira Filho
Presidente do Conselho



André Leal Fuoro
Secretário


Casimiro Blanco Gómez


Gilberto Duarte de Abreu Filho

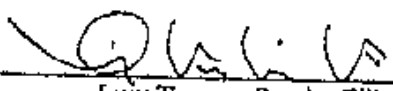

Idnelmo Mendes Vieira



Juvêncio Cavalcante Braga

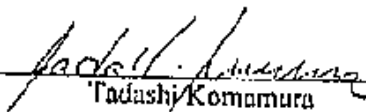

Lauro Mugno Aguzzi

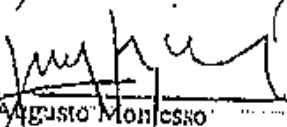


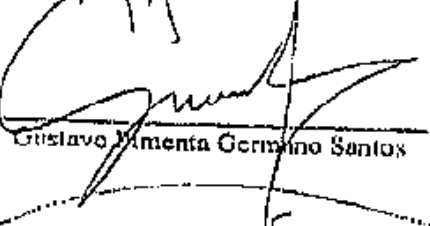
Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007

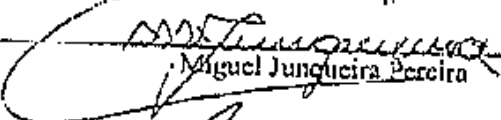

Luiz Tavares Pereira Filho

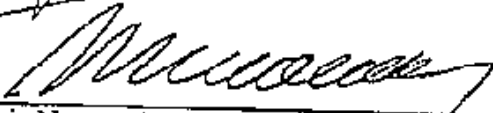

Emerson Bernardino da Silva

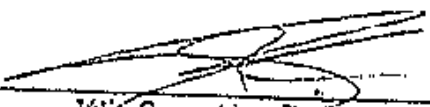

Tadashi Komamura

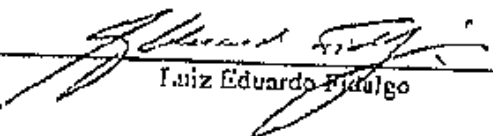

Luiz Augusto Montesano

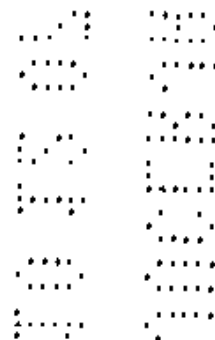

Gustavo Amenta Germino Santos


Miguel Junqueira Pereira


Múcia Novais de Albuquerque Cavalcanti


Júlio César Alves de Oliveira



Luiz Eduardo Rialgo




3





Continuação da Ata da 1ª Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder dos
Consórcios DPVAT S.A. realizada em 10 de outubro de 2007



Mauro César Batista

23 23
23 23
23 23



**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 3 e 4.**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Ilídio Ferraz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Enaro para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era do conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 3 e 4, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genco Seguradora S.A., Sr. Vasco Maestri Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa irregularidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genco Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.1 dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que conste ao invés de 20% como quorum para convocação de assembleias anuais o percentual de 5% conforme determina o artigo 123, Parágrafo Único, item c, da Lei das S.A.; o Sr. Casimiro Blanco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual de quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a sugestão na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Blanco. O Sr. Vasco Maestri Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir do 1º de fevereiro de 2008.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios da Seguro DPVAT
Nº. 1 de 20



**- INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 3 e 4.**

As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, na qualidade de interveniente unânime,

Considerando:

- (d) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determina, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (e) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (f) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 3 e 4 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADESÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem sair simultaneamente do Consórcio para as

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 9 de 20

[Assinaturas manuscritas]



categorias 1, 2, 3 e 10, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficam sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio da interessada, da qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo sem ingresso no Juri Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos demais, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente a sua respectiva quota, participando com esse percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, e metade de forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras do presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição de patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou as torne inaplicáveis ao Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas do exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades reassuradoras, operadoras de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, atualizadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações holonárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas ou outras atividades, atualizadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 10 de 20



lucros efetivamente despendidos; despesas municipais; os créditos tributários decorrentes do prejuízo fiscal de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; marcas e patentes; imóveis rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os usuários e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT aqui convençãoado, a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de por si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, controlar passivos, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, rateando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., em virtude de sanção da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, incluída em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 11 de 20



Cláusula 7 - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEQ, e a futura Confederação que vier a sucedê-la, para terceirização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por ocasião do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8 - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder ratificar entre as Seguradoras consorciadas as receitas e despesas relativas à operação do Consórcio e prestar, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9 - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10 - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11 - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 12 de 20

A. *N* *Im*



convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definida pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembléias.

11.2 - Nas assembleias, prevalecerão as decisões sufragadas por maioria simples de votos, estabelecido o "quorum" de instalação de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quarto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade das quotas de participação das Seguradoras, estabelecidas na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Clausula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente Instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integram na época da alteração;

Clausula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento exercendo a opção de retirada dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias no término do ano civil prévio àquele em que pretenda ser excluída.

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras retirantes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: a) cessão e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessão e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuídas ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o resíduo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso, a reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela da sua

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 13 de 20



responsabilidade entendida com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado na data da saída.

13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente no final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, depois de transferidos todos os ativos garantidores da sua parcela de IBNR e demais reservas, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que for excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura despendida na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário do seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente aviso de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como nas novas ações ajuizadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, na hipótese de que sobrevier decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso, imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se façam em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio de Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados

Ata da Assembleia do Consórcio dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 14 de 20



venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicarão-se, no que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1 - O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 3 e 4, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a suas respectivas quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações referentes ao Seguro DPVAT - categorias 3 e 4.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Saída dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigorará enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvadas as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores a fazerem no sempre bom, firme e valioso."


Ata da Assembleia de Constituição das Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 15 de 20

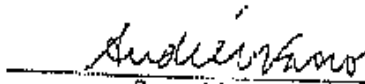
18 2 11





Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavatura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.


Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

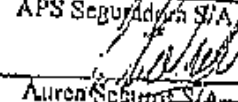

Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

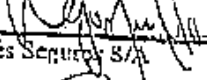

ACE Seguradora S/A

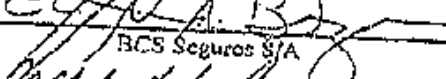

American Life Companhia de Seguros

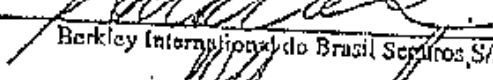

APS Seguradora S/A

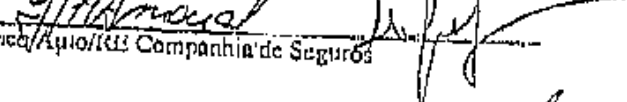

Aurora Seguros S/A

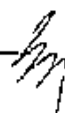

Azul Companhia de Seguros Gerais


Banestes Seguros S/A


BCS Seguros S/A



Berkley International do Brasil Seguros S/A



Bradesco Auto/VI Companhia de Seguros




Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20




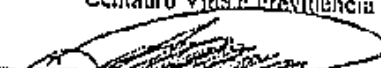

Bradesco Vida e Previdência S/A



Brasileiras Companhia de Seguros

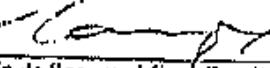

BVA Seguros S/A

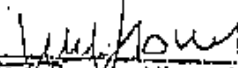
Thierry Cloutier
Diretor-Presidente

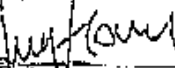

Cobor Seguradora S/A


Centaur Vida e Previdência S/A



Grupo do Brasil Cia de Seguros

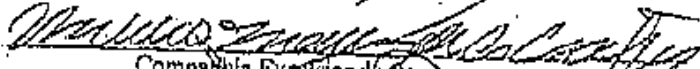

Cia de Seguros Minus Brasil



Companhia de Seguros Aliança do Brasil



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

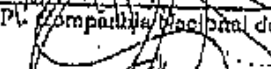

Companhia de Seguros Grãfia Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Executor de Seguros


Companhia Multid de Seguros

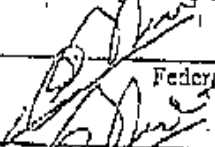

CONAPP Companhia Nacional de Seguros

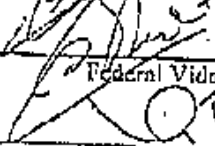

Confiança Companhia de Seguros

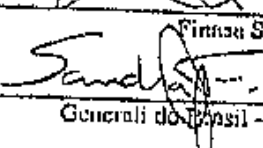
Ato da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro D:VAT
Fl. 17 de 20




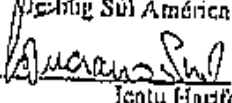
~~Seguros S/A - Companhia Seguros e Previdência S/A~~


Federal de Seguros


Federal Vida e Previdência S/A



Finnasa Seguradora S/A
Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

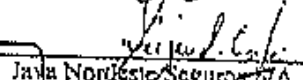

Genas Seguradora S/A



Georg Sul América S/A - Seguros Industriais
Guarara Sul América

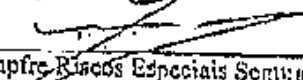

Hartford Seguros S/A



Indiana Seguros S/A

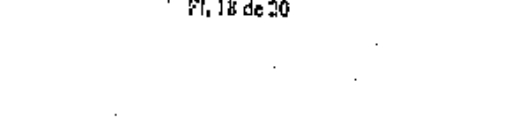

Itap Seguros S/A


Itap Vida e Previdência S/A


J. Malucelli Seguradora S/A


Java Nordeste Seguros S/A


Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A


Marex-Mapfre Riscos Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 18 de 20



Martins Seguros S/A

MBM Seguros S/A

Minas-Brasil Seguradora Vida e Previdência S/A

Mitsui Sumitomo Seguros S/A

Mogeral S/A Seguros e Previdência

Nobre Seguradora do Brasil S/A

Panamericana de Seguros S/A

Paraná Companhia de Seguros

Porto Seguro Cia de Seguros Gerais

Porto Seguro Vida e Previdência S/A

PQ Seguros S/A

PREVIMAX Previdência Privada e Seguradora S/A

Safra Vida e Previdência S/A

Santander Seguros S/A

Sinif Previdência Cia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição do Consórcio do Seguro DPVAT
Fl. 19 de 20



Testimonials

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro DPVAT
Fl. 20 de 20

LISTA DE ADM. 1992
 GUSTAVO FRANCISCO PACHACO
 048/RS 138.342
 Gustavo Franco Pachaco
 Advogado
 OAB/RJ 138.342

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DOS CONSÓRCIOS DE
OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS
POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS
CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10**

REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2007

Aos 12 dias do mês de setembro de 2007, às 14:00 hs, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 13º andar, foi aberta a assembleia geral para deliberar sobre a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, E CATEGORIAS 3 e 4, com a presença das sociedades seguradoras abaixo assinadas, foi dada a palavra ao Presidente da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e Capitalização - FENASEG, Sr. João Eliseo Penaz de Campos, que convidou o Sr. Miguel Junqueira Pereira para integrar a mesa e, por aclamação, entregou a presidência dos trabalhos ao Sr. Luiz Tavares Pereira Filho, que convidou o Sr. André Paiva para secretariá-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, com a presença de todos os presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição dos CONSÓRCIOS DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT PARA AS CATEGORIAS 1, 2, 9 e 10, conforme determinado pelo Artigo 5º da Resolução CNSP nº 154/06. Como matéria de ordem preliminar o procurador da Genie Seguradora S.A., Sr. Vasco Moreira Trindade, levantou questão prejudicial no tocante a pretensa ilegalidade da instalação e do objeto da pauta da presente Assembleia Geral que, colocada em votação, foi rejeitada por todos os presentes, exceto o representante da Genie Seguradora S.A. Observadas as formalidades legais, os Instrumentos de Consórcio foram lidos. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta de alteração do artigo 11.º dos Instrumentos de Consórcio de Operação do Seguro DPVAT, para que consistisse no invés de 20% como quorum para convocação de assembleias gerais o percentual de 5% conforme determinam o artigo 123, Parágrafo Único, letra c, da Lei das S.A.; e Sr. Casimiro Bianco, representante da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais sugeriu que ao invés de 5% não se fizesse menção ao percentual do quorum necessário, mas somente ao dispositivo legal da Lei das S.A.; colocada em votação, foi aprovada a alteração na forma sugerida pelo Sr. Casimiro Bianco. O Sr. Vasco Moreira Trindade suscitou proposta para que fosse estipulado voto individual por Seguradora participante dos convênios, com igual peso; colocada em discussão, a proposta foi rejeitada por unanimidade. Lido os Instrumentos de Consórcio, foram aprovados por todos os presentes nos termos transcritos abaixo, tendo o Presidente, então, declarado constituídos os referidos Consórcios que entrarão em operação a partir de 1º de fevereiro de 2008.

**"INSTRUMENTO DE CONSÓRCIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO
OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT, PARA AS CATEGORIAS 1, 2,
9 e 10,**

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios de Seguro DPVAT
Fl. 1 de 76



As companhias de seguros que subscrevem o presente instrumento de Consórcio, doravante denominadas Seguradoras e a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, na qualidade de Interviente-nomente,

Considerando:

- (a) que o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) determinou, por meio da Resolução CNSP nº 154/06, que, para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir simultaneamente a dois Consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4;
- (b) que, segundo a referida Resolução, cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios;
- (c) ainda, os demais dispositivos da Resolução CNSP nº 154/06, que tratam da operação conjunta do seguro DPVAT, bem assim o restante da legislação que lhe seja aplicável;

CONVENCIONAM entre si, o que se segue:

Cláusula 1ª - CONSÓRCIO PARA OPERAÇÃO DO SEGURO DPVAT

As Seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcio, operarão o seguro DPVAT para os veículos automotores classificados nas categorias 1, 2, 9 e 10 da Tabela de Prêmios de DPVAT, assumindo direitos e obrigações resultantes das contratos celebrados com os proprietários de veículos através dos bilhetes conjugados nos certificados de registro e licenciamento emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, com as exclusões previstas naquela mesma Resolução. O presente instrumento de Consórcio será encaminhado à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e registrado em um dos Cartórios de Títulos e Documentos na sede da Seguradora Líder do Consórcio.

Cláusula 2ª - ADEÇÃO SIMULTÂNEA AOS DOIS CONSÓRCIOS

Para operar no seguro DPVAT, as companhias seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois consórcios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e outro, as categorias 3 e 4. Nenhuma Seguradora poderá desligar-se voluntariamente deste Consórcio sem aderir simultaneamente ao Consórcio para as categorias 3 e 4, em razão das disposições do parágrafo 6º, do art. 5º, da Resolução CNSP nº 154/06. Os desligamentos voluntários ficarão sujeitos às regras estabelecidas na Cláusula 13.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 2 de 20



Cláusula 3ª - ADMISSÃO E VEDAÇÃO AO DESLIGAMENTO COMPULSÓRIO

3.1. A admissão de novas Seguradoras será feita mediante manifestação escrita de adesão a este Consórcio de ingresso, na qual conste declaração de aceitação integral das cláusulas e condições deste Consórcio acompanhada da comprovação da autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar no Seguro DPVAT e de requerimento para adesão ao Consórcio das categorias 3 e 4, só ocorrendo seu ingresso no ano Civil subsequente ao da sua manifestação.

3.2. Nenhuma Seguradora poderá ser desligada deste Consórcio por deliberação dos membros, ressalvada a hipótese de cancelamento de sua autorização para operar em DPVAT, pela autoridade competente.

Cláusula 4ª - RESPONSABILIDADE

4.1. - Cada Seguradora vinculada a este Consórcio é responsável pelas operações do Seguro DPVAT na proporção correspondente à sua respectiva quota, participando com essa percentual das receitas e despesas referentes à operação do referido seguro. A quota de cada Seguradora será calculada anualmente da seguinte forma: metade na proporção do patrimônio líquido ajustado, o restante da forma correspondente à fração resultante da divisão de um pelo número de Seguradoras.

4.2. - Em 1º de Abril de cada ano, os valores das quotas serão recalculados com base no patrimônio líquido ajustado apurado no balanço patrimonial publicado referente ao exercício imediatamente anterior.

4.3. - Adicionalmente, os valores das quotas serão também recalculados em 1º de janeiro de cada ano em função dos ingressos e desligamentos das seguradoras da presente Consórcio ocorridos no exercício imediatamente anterior.

4.4. - Caso a SUSEP altere substancialmente as regras relativas à definição do patrimônio líquido ajustado das sociedades seguradoras ou se torne implícita no Consórcio, a critério da assembleia das Seguradoras, será utilizada, para fins deste Instrumento, a seguinte definição de Patrimônio Líquido Ajustado: é o patrimônio líquido contábil ajustado pelas seguintes (i) adições (receitas de exercícios futuros, efetivamente recebidas) e (ii) deduções (o valor das participações diretas e indiretas em sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar organizadas sob a forma de sociedade anônima, sociedades resseguradoras, operadores de planos de saúde, bancos e demais instituições financeiras, analisadas pela efetiva equivalência patrimonial; 50% (cinquenta por cento) do valor das participações acionárias diretas e indiretas em empresas coligadas e controladas de outras atividades, analisadas pela equivalência patrimonial; despesas de exercícios futuros efetivamente despendidas; despesas antecipadas; os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social; juros e penales; hipóteses rurais; Ativo Diferido; direitos e obrigações relativos à operação de sucursais no exterior).

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Pl. 3 de 20

[Assinatura]



Cláusula 5ª - ATENDIMENTO

Cada Seguradora compromete-se a atender os segurados e os beneficiários do seguro DPVAT das categorias a que se refere este Consórcio, sempre que for por eles procurada em qualquer das suas dependências no território nacional, obrigando-se a encaminhar imediatamente após o recebimento toda a documentação correspondente à Seguradora Líder.

Cláusula 6ª - SEGURADORA LÍDER

6.1 - Fica designada para atuar como Seguradora Líder do presente Consórcio, nos termos previstos na legislação em vigor, para representar as Seguradoras, gerir e administrar seus respectivos interesses na operação conjunta do seguro DPVAT, como aqui convencionado, a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede nesta cidade à Rua Senador Dantas n.º 74 - 5º andar, à qual cada uma das Seguradoras, de per si e para o fim acima exposto, concede os mais amplos poderes da cláusula "ad negotia" e de representação das consorciadas para fins de operação do seguro DPVAT, podendo a referida Seguradora Líder praticar todos os atos de gestão, e de administração necessários à boa execução das operações de seguro relativas a este Consórcio, dar e receber quitação, adquirir ativos, contratar pessoal, contratar serviços de pessoas físicas e jurídicas especializadas, abrir e movimentar as contas bancárias, inclusive junto ao Banco do Brasil S/A, bem como praticar todos os demais atos que se façam necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, ficando entre as Seguradoras consorciadas os custos destes atos, na proporção de suas respectivas cotas.

6.2 - A **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** deverá suportar todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais ou acessórias, oriundas dos atos assumidos na condição de gestora do Consórcio, procedendo o rateio dos custos envolvidos entre as Seguradoras consorciadas, na proporção de suas respectivas cotas.

6.3 - Caso a referida **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, em virtude de operação da SUSEP ou por qualquer outro motivo, fique impedida de exercer as funções para as quais foi designada por este instrumento, será ela substituída como Seguradora Líder, imediatamente, por outra Seguradora especializada em seguro DPVAT, indicada em assembleia das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

Cláusula 7ª - CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS

A Seguradora Líder do Consórcio poderá firmar convênio com a Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - FENASEG, e a futura

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 4 de 20

A



Confirmação que vier a sucedê-la, para fiscalização de atividades administrativas e operacionais e para representá-la junto às autoridades públicas federais, estaduais e municipais para assinatura de convênios e contratos, especialmente com os órgãos executivos de trânsito estaduais e o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, com vistas à implementação de medidas que assegurem a arrecadação dos bilhetes do seguro DPVAT e a fiscalização da sua contratação, por meio do licenciamento dos veículos.

Cláusula 8ª - PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O recolhimento de prêmios, o pagamento das indenizações, despesas de sinistros e de administração e a retenção de fundos para aplicação financeira das provisões e reservas relativas à operação do seguro DPVAT serão realizados pela Seguradora Líder com os recursos do Consórcio, que serão por ela administrados. Caberá também à Seguradora Líder atuar entre as Seguradoras consorciadas na arrecadação e despesas relativas à operação do Consórcio e, ainda, às Seguradoras participantes do Consórcio, as informações necessárias à contabilização de todas as operações do seguro, inclusive da constituição de provisões e reservas exigíveis. Os procedimentos operacionais e demais aspectos necessários ao funcionamento do Consórcio, incluindo a política de investimentos dos ativos garantidores das provisões e reservas, serão estabelecidos pelo Conselho de Administração da Seguradora Líder, nos termos da legislação em vigor.

Cláusula 9ª - REGULAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

Caberá à Seguradora Líder regular e liquidar os sinistros referentes ao seguro DPVAT. A Seguradora Líder poderá delegar a outras Seguradoras consorciadas ou a terceiros qualificados, os serviços de regulação e os de liquidação de sinistros.

Cláusula 10ª - PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Seguradora Líder prestará contas às Seguradoras da gestão do Seguro DPVAT, devendo enviar-lhes, periodicamente, demonstrativos da situação econômico-financeira, bem como encaminhar-lhes informações relevantes sobre a operação.

Cláusula 11ª - ASSEMBLÉIA

11.1. As Seguradoras participantes do Consórcio reunir-se-ão em assembleia, anualmente, nos três primeiros meses do ano, para analisar e aprovar as demonstrações financeiras do consórcio e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Seguradora Líder ou das Seguradoras, em conjunto ou isoladamente, conforme percentual de quotas de participação definido pelo artigo 123, Parágrafo Único, da Lei das Sociedades Anônimas, para a convocação de Assembleias.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 5 de 20



11.2 - Nas assembleias, prevalecente as decisões adotadas por maioria simples de votos, estabelecida o "quorum" de instauração de 2/3 das Seguradoras em primeira convocação, metade das Seguradoras em segunda convocação e um quinto das Seguradoras nas convocações seguintes;

11.3 - Nas assembleias, a contagem de votos obedecerá ao critério de proporcionalidade dos quotas de participação das Seguradoras, estabelecidos na forma do item 4.1;

11.4 - As convocações de assembleias serão feitas por escrito, com antecedência mínima de 10 dias úteis e, em casos urgentes, com antecedência de dois dias úteis;

Cláusula 12ª - ALTERAÇÕES DO INSTRUMENTO DO CONSÓRCIO

O presente instrumento de Consórcio, nos termos da regulamentação em vigor, só poderá ser alterado ou extinto com a concordância de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das quotas de participação das seguradoras que o integrem na época da alteração;

Cláusula 13ª - SAÍDA DE SEGURADORA

13.1 - A Seguradora que pretender desligar-se voluntariamente do Consórcio deverá apresentar, por escrito, um requerimento expondo a opção de reembolso dirigida à Seguradora Líder, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ao término do ano civil prévio àquela em que pretenda ser excluída,

13.2 - Analisadas todas as solicitações recebidas, até o prazo previsto no item anterior, a Seguradora Líder verificará se a margem de solvência das seguradoras remanescentes é suficiente para arcar com os compromissos de DPVAT das seguradoras remanescentes. Se a margem for suficiente, a Seguradora Líder não poderá recusar as pedidos, a não ser na hipótese do item 13.11, abaixo.

13.3 - A Seguradora que tiver autorizado o seu desligamento estará obrigada a: (a) cessar e transferência de toda a sua parcela do IBNR e demais reservas que mantiver sobre suas operações de DPVAT, para distribuição proporcional às seguradoras remanescentes; b) cessar e transferência de toda a sua parcela da reserva de contingência, constituída para fazer face a todas as exigibilidades, vencidas e a vencer, atribuíveis ao Consórcio até a data da saída e não contabilizadas na reserva de IBNR, para distribuição proporcional entre as seguradoras remanescentes.

13.4 - Para efeito do disposto no item 13.3, serão considerados os valores das reservas segundo o recálculo a ser realizado ao final do ano civil em que autorizada a saída. No caso da reserva de contingência, a seguradora deverá integralizar, em até 12 (doze) prestações mensais, iguais e consecutivas, as eventuais diferenças entre a parcela de sua responsabilidade calculada com base no valor total projetado para a reserva e a parcela correspondente à sua participação sobre o montante efetivamente integralizado em data da saída.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
PL 6 de 20



13.5 - O desligamento da Seguradora produzirá efeitos somente ao final do ano civil em que for requerido o desligamento, quando serão apurados os resultados da operação do seguro DPVAT para efeito de distribuição entre as Seguradoras participantes do Consórcio. Havendo saldo positivo, este será pago à Seguradora retirante, em 12 prestações mensais, iguais e consecutivas. Havendo prejuízo, a Seguradora retirante integralizará imediatamente a sua parcela respectiva para o Consórcio.

13.6 - A exclusão da Seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, ocorridos ou não, depois de transferidos todos os direitos e obrigações da sua parcela de IDNR, e demais rescalvos, e após o transcurso do prazo de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

13.7 - Uma vez procedida a exclusão, a Seguradora retirante não será readmitida no Consórcio nos três anos seguintes, salvo deliberação em contrário da assembleia geral das Seguradoras no âmbito do Consórcio.

13.8 - No caso de a Seguradora retirante, após a exclusão, vir a ser demandada em juízo pela cobertura de seguro DPVAT, deverá notificar imediatamente a Seguradora Líder, ficando, ainda, a Seguradora retirante obrigada a seguir as orientações que lhe forem por esta repassadas pela Seguradora Líder, ficando-lhe, assim, garantido o reembolso de qualquer importância porventura desembolsada na referida demanda.

13.9 - Sempre que um beneficiário de seguro DPVAT dirigir-se a uma Seguradora excluída com base neste instrumento, a mesma se obriga a encaminhá-lo a uma das Seguradoras remanescentes, a fim de que o mesmo possa formular, perante qualquer uma delas, o competente pedido de sinistro ou eventual pedido de restituição de prêmio.

13.10 - A Seguradora retirante prosseguirá litigando em nome próprio nas ações judiciais eventualmente em curso à época da exclusão, bem como, nas novas ações julgadas após a sua saída. Ademais, promoverá, quando da citação em execução, ou hipótese de que sobrevinda decisão condenatória transitada em julgado, o depósito em garantia do montante da condenação, do qual poderá obter o correspondente reembolso imediatamente, junto à Seguradora Líder. A Seguradora poderá, ainda, obter reembolso das suas despesas razoáveis com honorários advocatícios e demais despesas do processo.

13.11 - Tendo em vista o manifesto caráter de interesse público do Consórcio, e a necessidade de evitar-se que eventuais desligamentos se limem em número e em proporção que possam colocar em risco a manutenção do Consórcio do Seguro DPVAT ou sua estabilidade econômico-financeira, será convocada assembleia no âmbito do Consórcio para deliberar a respeito das regras de saída estabelecidas nesta Cláusula 13ª, ou ainda sobre a eventual dissolução do Consórcio, caso os desligamentos verificados venham a atingir 1/3 (um terço) do número de seguradoras integrantes do Consórcio ou 33% do total de suas quotas de participação.

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 7 de 20



13.12. - As regras de desligamento voluntário de seguradoras aplicam-se, na que couber, aos casos de desligamento determinado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, respeitada a legislação em vigor.

Cláusula 14ª - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

As Seguradoras observarão as disposições transitórias contidas nesta Cláusula.

14.1. O presente Consórcio substitui, para todos os efeitos, o Convênio que vigorava até esta data para operação do Seguro DPVAT - categorias 1, 2, 9, e 10, que fica automaticamente extinto.

14.2 - As Seguradoras, neste ato, não se tornaram titulares das parcelas de provisões de IBNR e demais reservas regulamentares, correspondentes a seus respectivos quotas, sucedem os Convenientes nos direitos e obrigações afinentes ao "Seguro DPVAT" - categorias 1, 2, 9 e 10.

14.3 - Será cobrada da Seguradora ex-Conveniente que eventualmente não aderir ao presente Consórcio, para pagamento à vista, os valores relativos à cessão e transferência de reservas e provisões, previstos na cláusula 3ª do Protocolo de Regras de Sida dos Convênios, sem prejuízo das exigências de cumprimento das demais disposições do referido protocolo.

Cláusula 15ª - VIGÊNCIA

Cláusula 15 - O presente Consórcio terá início em 1º de janeiro de 2008 e vigência enquanto perdurar a obrigatoriedade determinada pelas normas da CNSP, ressalvado as hipóteses previstas na Cláusula 12ª.

Cláusula 16ª - FORO

Fica eleito o Foro central da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão oriunda deste Instrumento.

E, por estarem assim juntos e acordados em relação a tudo quanto disposto neste Instrumento de Consórcio, firmam o presente, juntamente com as testemunhas infra-assinadas, em três vias de igual forma e teor, obrigando-se por si e sucessores e fazendo no sem pre bom, firme e valioso."

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 8 de 20



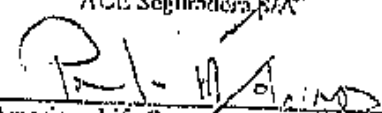
Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavagem desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes.


Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2007

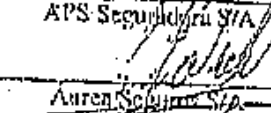

Presidente da Mesa



Secretário da Mesa

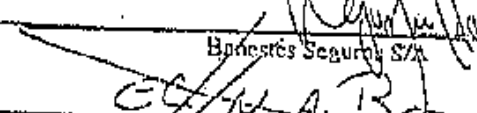

ACE Seguradora S/A


American Life Companhia de Seguros

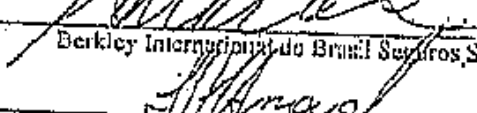

APS Seguradora S/A

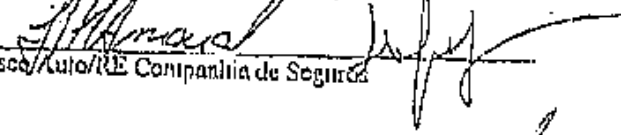

Auren Seguros S/A


Azul Companhia de Seguros Gerais


Bonifres Seguros S/A

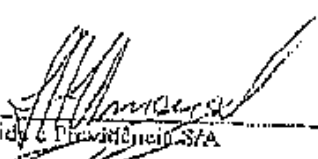

BCS Seguros S/A



Berkley International do Brasil Seguros S/A

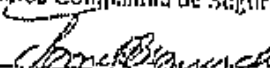

Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Consolidação dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 16 de 20

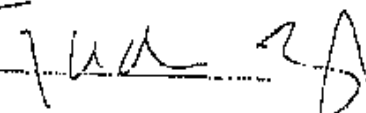


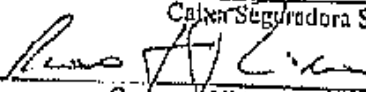

Bradesco Vida e Previdência S/A


Brasileiras Companhia de Seguros

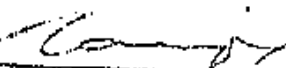

BVA Seguros S/A

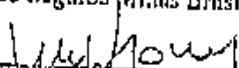
Thierry Claudon
Diretor-Previdência

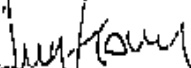

Cajazeira Seguradora S/A

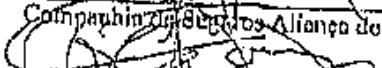

Centouro Vida e Previdência S/A



Cesb do Brasil Cia de Seguros

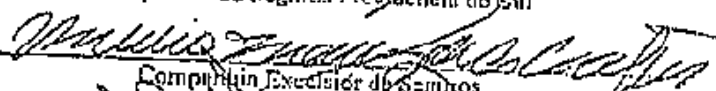

Cia de Seguros Minas Brasil


PP Companhia de Seguros Aliança do Brasil



Companhia de Seguros Aliança do Brasil

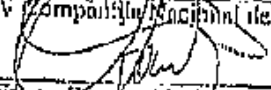

Companhia de Seguros Grãfia Azul


Companhia de Seguros Previdência do Sul


Companhia Executor de Seguros


Companhia Mutual de Seguros


CONAPV Companhia Nacional de Seguros


Confiança Companhia de Seguros

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro DPVAT
Fl. 17 de 20



Associação Brasileira de Seguros Privados - ABSP

Federal de Seguros

Federal Vida e Previdência S/A

Financ Seguradora S/A

Generali do Brasil - Cia Nacional de Seguros

Genes Seguradora S/A

Geeling Sul América S/A - Seguros Industriais

Genes Sul América S/A

Indiana Seguros S/A

Itai Seguros S/A

Itai Vida e Previdência S/A

J. Multicall Seguros S/A

Jaya Nordeste Seguros S/A

Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A

Mares-Mapfre Reservas Especiais Seguradora S/A

Ata da Assembleia de Constituição dos Consórcios do Seguro PRIVAT
Pl. 18 de 20





[illegible][illegible]

IMPRESA OFICIAL
 - Avenida 190 N. de la Libertad
 Impreso en México
 Harrold Taper Paso Placer
 (MEXICO) - 190-0000
 Imp. - Mexico Taper
 IMPRESA OFICIAL
 Avenida de la Libertad 190 N.
 México, D.F. 06000

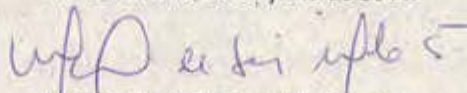
SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da Seguradora: ACE SEGURADORA S/A; AIG SEGUROS BRASIL S/A; ALIANÇA DO BRASIL SEGUROS S/A; ALFA PREVIDÊNCIA E VIDA S/A; ALFA SEGURADORA S/A; AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS; ANGELUS SEGUROS S/A; ARGÔ SEGUROS BRASIL S/A; ARUANA SEGUROS S.A.; ATLÂNTICA CIA DE SEGUROS; AUSTRAL SEGURADORA S/A; AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS; BANESTES SEGUROS S/A; BCS SEGUROS S/A; BMG SEGURADORA S/A; BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS; BRASIL VEÍCULOS CIA. DE SEGUROS; BTG PACTUAL SEGURADORA S/A; CAIXA SEGURADORA S/A; CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/A; CARDIF DO BRASIL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; CESCEBRASIL SEGUROS DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A; CHUBB DO BRASIL CIA DE SEGUROS; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA; CIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL; CIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL; CIA EXCELSIOR DE SEGUROS; CIA MUTUAL DE SEGUROS; COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA; COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS; DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; ESSOR SEGUROS S/A; FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S/A; FATOR SEGURADORA S/A; FEDERAL DE SEGUROS S/A; FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; GENERALI BRASIL SEGUROS S/A; GENTE SEGURADORA S/A; ICATU SEGUROS S/A; INVESTPREV SEGURADORA S/A; INVESTPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A; ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; J. MALÚCELLI SEGURADORA S/A; J. MALÚCELLI SEGUROS S/A; MAPFRE AFFNITY SEGURADORA S/A; MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A; MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A; MAPFRE VIDA S/A; MARÍTIMA SEGUROS S/A; MBM SEGURADORA S/A; MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A; MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A; PANAMERICANA DE SEGUROS S/A; PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS; PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; PQ SEGUROS S/A; PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A; QBE BRASIL SEGUROS S/A; ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL) S/A; SABEMI SEGURADORA S/A; SAFRA SEGUROS GERAIS S/A; SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A; SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS; SUHAI SEGUROS S/A; SUL AMÉRICA CIA DE SEGUROS GERAIS; SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL S/A; TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A; TOKIO MARINE SEGURADORA S/A; UNIÃO SEGURADORA S/A - VIDA E PREVIDÊNCIA; USEBENS SEGUROS S/A;



VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS; VIDA SEGURADORA S/A; XL SEGUROS BRASIL S/A; YASUDA SEGUROS S/A; ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A; ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A; ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do Dr. **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983; com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife - PE. Os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.808/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2014.


Maristella de Farias Melo Santos

| | | | |
|--|--|----------------------------|--|
| 17º OFÍCIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firme Oliveira | | PARTICULAR DO 17º | |
| Rua do Carmo 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Tel: 2107-8800 | | Bruno Rodrigo Salem Gaspar | |
| Reconheço por semelhança a firma de: MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS (X000000EFD08) | | Escritório | |
| Rio de Janeiro, 28 de julho de 2014. Conf. por: | | CAD / CGJ nº 94.04781 | |
| Em testemunho da verdade, Serventia | | Aut. 20 § 3º Lei 8.935/94 | |
| 36% T.J.FLAVIOS | | 50 | |
| Total | | 70 | |
| Bruno Rodrigo Salem Gaspar - Aut. | | OFÍCIO DE NOTAS - RJ | |
| ERKH-87150 VRY Consulte em https://www3.tjrj.jus.br/sitapublico | | | |





Seguradora Líder - DPVAT

SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, doravante denominada Outorgante, conforme instrumento de mandato anexo, substabeleço, com reservas de iguais, na pessoa do **Dr. ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA**, brasileiro, casado, inscrito na OAB/PE nº 16.983, com escritório na Rua Condado, 77, Bairro de Parnamirim, Recife – PE, os poderes que me foram conferidos para a plena defesa dos interesses da Outorgante nas ações que têm por objeto o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT, ficando, desde já, **VEDADO receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física**, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 2014.

Valdir Dias de Sousa Júnior

Valdir Junior
Gerente Jurídico Contencioso





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803361-47.2016.8.15.2003

DESPACHO

Vistos.

Intime-se, mais uma vez e por derradeiro, a parte autora para, em 15 (dias) trazer aos autos o requerimento administrativo, uma vez que o apresentado por meio da petição Id 4196693 se encontra ilegível.

P.I. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 2 de novembro de 2016.

Juiz(a) de Direito



CUMPRIMENTO DE ACORDO



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA 01ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB

REF. PROCESSO Nº 0803361-47.2016.8.15.2003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA**, vem respeitosa perante Vossa Excelência, requerer a juntada do comprovante de cumprimento do acordo, para que produza seus efeitos legais.

Requer, ainda, a ora peticionante que seja observado o nome do patrono **ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983** para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

JOÃO PESSOA/PB, 6 de Janeiro de 2017.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983





| | | | | |
|---|------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| N° DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | N° DA CONTA JUDICIAL |
| 0 | | 03/01/2017 | 1618 | 900103886029 |
| DATA DA GUIA | N° DA GUIA | N° DO PROCESSO | TRIBUNAL | TIPO DE JUSTIÇA |
| 03/01/2017 | 2244862 | 08033614720168152003 | TRIBUNAL DE JUSTICA | ESTADUAL |
| COMARCA | ORGÃO/VARA | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| JOAO PESSOA | 1 VARA DIST MANGABEIRA | RÉU | 2598,75 | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | Jurídico | 09248608000104 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ | |
| JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA | | Física | 35811680813 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| EF9DEC9841BAEE7A | | | | |





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0803361-47.2016.8.15.2003

DESPACHO

Vistos.

Intime-se, mais uma vez e por derradeiro, a parte autora para, em 15 (dias) trazer aos autos o requerimento administrativo, uma vez que o apresentado por meio da petição Id 4196693 se encontra ilegível.

P.I. Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 2 de novembro de 2016.

Juiz(a) de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

Nº DO PROCESSO: 0803361-47.2016.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM (7)

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem manifestação da(s) parte(s) promovente sobre o despacho anterior. Na mesma oportunidade, certifico que face aos documentos insertos nos ID retro (6185184 e 6185182). Nada mais a constar, encerro a presente. Dou fé.

João Pessoa/PB, 21 de fevereiro de 2018.

De ordem, SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário



Petição





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO 1ª VARA REGIONAL DA
COMARCA DE MANGABEIRA/PB**

PROCESSO Nº 0803361-47.2016.8.15.2003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, movido por **JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA**, vem respeitosamente, **requerer o envio dos autos à contadoria, a fim de que seja realizado o cálculo de custas finais.**

Por fim, requer a ora peticionante, que seja observado o nome do patrono **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

De Recife/PE para Mangabeira/PB, 06 de abril de 2018.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO - OAB/PE Nº 16.983



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0803361-47.2016.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Advogados do(a) AUTOR: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - PB0017295, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB0012578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB0014438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - PB0020282-

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que há notícia no Id 5821688 da ocorrência de mutirão DPVAT, porém não foi juntado o termo de audiência referido.

Por outro lado, por meio da petição Id 6185182, a promovida requereu a juntada do comprovante do cumprimento de acordo, o que pode ser confirmado pelo depósito realizado (Id 6185184).

Finalmente, a promovida pugna pelo envio dos autos à contadoria para elaboração do cálculo das custas visando o seu pagamento (Id 13495045).

Ante o exposto, **intimem-se** as partes para, em dez (10) dias, juntarem o termo da audiência de acordo realizado no citado mutirão DPVAT.

Após, intime-se a parte autora para falar acerca do depósito (Id 6185184) e requerer o que entender de direito.



João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



Petição



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DA
COMARCA DE MANGABEIRA/PB**

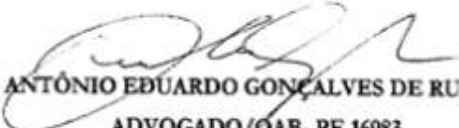
Processo nº 0803361-47.2016.8.15.2003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT,
empresa devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe que lhe move
JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA, vem respeitosamente, perante vossa
excelência, requerer a juntada do termo do acordo para que produza seus efeitos
legais.

Requer ainda que seja observado o nome do patrono **ANTONIO
EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, para efeito de intimações
futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes termos, pede deferimento.

De Recife/PE para Mangabeira/PB, 21 de maio de 2018.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983





Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DPVAT - JOÃO PESSOA / 2016

TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL

Banca 08

Processo Nº: 0803361-47.2016.8.15.2003

Vara de Origem: 1ª Vara Regional de Mangabeira

Requerente: Jose Antonio Alves da Nobrega CPF: 358.116.808-13

Advogado: Alexandra Cesar Duarte OAB/PB 14.438 CPF: 046.502.754-74

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora:

Fernanda Maria de Paiva

CPF: 098.936.627-88

Elaine Lourenço

CPF: 055.118.927-42

Advogada da Seguradora: Camilla Ferreira da Silva OAB/PB 20.872

INFORMAÇÕES DOS VALORES INDIVIDUALIZADOS, INCLUSIVE PARA FINS DE CUMPRIMENTO DOS ALVARÁS.

Valor Total do acordo: R\$ 2.598,75 (dois mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

Valor da parte autora: R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Valor dos honorários do advogado: R\$ 236,25 (duzentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados ao final assinados, declaram, ratificam e firmam neste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO/ ALVARÁ JUDICIAL, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório- DPVAT acima identificada, relativa à indenização decorrente de acidente de trânsito, em trâmite perante o Juízo apontado neste termo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

I. O pagamento dos valores constantes deste termo, será realizado através dos respectivos alvarás judiciais, precedido de DJO (Depósito Judicial), sendo o principal (da parte autora) através deste instrumento que servirá como alvará judicial, enquanto que os valores referentes os honorários do advogado, através de alvará específico, também expedido nesta data, ambos para pagamento em 45 dias úteis. Os valores pagos correspondem à totalidade do pedido autoral, com quitação inclusive da correção monetária, juros de mora e demais obrigações pecuniárias e acessórias.

Os recebimentos dos valores aqui acordados, por seus respectivos beneficiários, devem ocorrer nos exatos termos das quantias estabelecidas neste termo, sob pena de incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do "Consórcio DPVAT", a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes, que o percentual de 50% (cinquenta por cento) das custas do processo será pago pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar desta data.

Os 50% (cinquenta por cento) restantes serão pagos pela parte autora, ficando suspensa sua exigibilidade caso seja beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO/ ALVARÁ JUDICIAL, o (a) Autor (a) dará à Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irretratável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico descrito na inicial, tendo sido vítima o promovente citado na inicial, relativo à indenização



por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.


Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

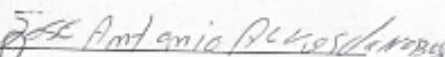
- o desbloqueio de contas, caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este

d. Juízo.

Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, com a ressalva de ter sido firmado o acordo, conforme a data do Boletim de Ocorrência Policial, sendo esta de 13 de agosto de 2013 porém a parte deu entrada no hospital dois dias após o acidente, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO/ALVARÁ JUDICIAL, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que pede deferimento.


Kely Rodrigues de Lima Xavier
Conciliadora

Parte Autora:  Adv. Autor

Seguradora:  Adv. Seguradora

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão de DPVAT)

Homologo, por **SENTENÇA**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra, extinguindo o processo com resolução do mérito e assim o faço com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil.

Homologo ainda a renúncia do prazo recursal requerida pelas partes.

Este termo conterá o respectivo alvará judicial relativo aos valores da parte autora e o alvará referente aos honorários será expedido em separado.

Partes de logo intimadas. Publicada neste ato. Registre-se.

Comprovado o pagamento das custas processuais, archive-se com a devida baixa.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

ALVARÁ JUDICIAL

Pelo presente Alvará Judicial, o magistrado subscritor abaixo identificado AUTORIZA ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, a contar desta data, dos valores depositados em nome da parte autora e referente ao presente processo, cujos dados se encontram inseridos neste termo, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). A liberação/levantamento deve ocorrer alcançando possíveis atualizações monetárias verificadas após o efetivo depósito, mediante a identificação do beneficiário.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

Conferencista: 

Magistrados


Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juiz Antônio Carneiro de Paiva Júnior

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte

Juíza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga





Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2016
TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL

Banca 08

Processo Nº: 0803361-47.2016.8.15.2003

Vara de Origem: 1ª Vara Regional de Mangabeira

Requerente: Jose Antonio Alves da Nobrega CPF: 358.116.808-13

Advogado: Alexandra Cesar Duarte OAB/PB 14.438 CPF: 046.502.754-74

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora:

Fernanda Maria de Paiva

CPF: 098.936.627-88

Elaine Lourenço

CPF: 055.118.927-42

Advogada da Seguradora: Camilla Ferreira da Silva OAB/PB 20.872

ALVARÁ JUDICIAL

Por meio do presente ALVARÁ JUDICIAL o magistrado abaixo subscrito e identificado, AUTORIZA ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, da quantia de R\$ 236,25 (duzentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) referente aos honorários de advogada, em favor do Bela. Alexandra Cesar Duarte, CPF nº 046.502.754-74 e OAB nº 14.438, cuja liberação deve alcançar possíveis atualizações ocorridas após o efetivo depósito.

João Pessoa/PB 22 de novembro de 2016.

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juiz Antônio Carneiro de Paiva Junior

Juiza Maria das Graças Fernandes Duarte

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga



Segue em anexo:



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA REGIONAL DA
COMARCA DE MAGABEIRA/PB**

REF. PROCESSO Nº 0803361-47.2016.8.15.2003

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A,
empresa Seguradora já devidamente qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA –
SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA**, vem respeitosa
e tempestivamente perante Vossa Excelência, **requerer a juntada do comprovante de
pagamento das custas processuais finais bem como o consequente arquivamento da
ação.**

Nestes termos, pede deferimento.

De Recife/PE para Mangabeira/PB, 13 de agosto de 2018.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

VINICIUS BARROS DE VASCONCELOS
OAB/PB 22.018-A



| | | | | |
|---|---|--------------------------------------|--|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 | | Via Parte | | Data de Emissão
09/08/2018 |
| | | | | Data de Vencimento
05/09/2018 |
| Comarca
Joao Pessoa | Nº do Processo
0803361-47.2016.815.2003 | Nº da Guia
200.2018.614724 | Conta FEPJA
1618-7/228.039-6 | |
| Histórico
Tipo de Guia: Guia de Custas Finais
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7
Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia. | | | Custas Judiciais (R\$)
97,68 | |
| | | | Taxa Judiciária (R\$)
48,84 | |
| | | | Despesas Postais (R\$)
0,00 | |
| | | | Despesas com Mandados (R\$)
0,00 | |
| | | | Tarifa Bancária (R\$)
1,35 | |
| | | | | |
| Instruções
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários. | | | Valor Total (R\$)
147,87 | |

| | | | | |
|--|---|--------------------------------------|--|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 | | Via Processo | | Data de Emissão
09/08/2018 |
| | | | | Data de Vencimento
05/09/2018 |
| Comarca
Joao Pessoa | Nº do Processo
0803361-47.2016.815.2003 | Nº da Guia
200.2018.614724 | Conta FEPJA
1618-7/228.039-6 | |
| Histórico
Tipo de Guia: Guia de Custas Finais
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7
Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Valor da Causa: R\$ 1.299,37

Valor Total da Guia: R\$ 147,87 (3,03 UFR) Valor da UFR: R\$ 48,84
Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia. | | | Custas Judiciais (R\$)
97,68 | |
| | | | Taxa Judiciária (R\$)
48,84 | |
| | | | Despesas Postais (R\$)
0,00 | |
| | | | Despesas com Mandados (R\$)
0,00 | |
| | | | Tarifa Bancária (R\$)
1,35 | |
| | | | | |
| Instruções
Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários. | | | Valor Total (R\$)
147,87 | |

| | | | | |
|---|---|--------------------------------------|--|---|
|  Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 | | Via Banco | | Data de Emissão
09/08/2018 |
| | | | | Data de Vencimento
05/09/2018 |
| Comarca
Joao Pessoa | Nº do Processo
0803361-47.2016.815.2003 | Nº da Guia
200.2018.614724 | Conta FEPJA
1618-7/228.039-6 | |
| Histórico
Tipo de Guia: Guia de Custas Finais
Classe Processual: PROCEDIMENTO ORDINARIO - CIVEL - 7
Promovente: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia. | | | Custas Judiciais (R\$)
97,68 | |
| | | | Taxa Judiciária (R\$)
48,84 | |
| | | | Despesas Postais (R\$)
0,00 | |
| | | | Despesas com Mandados (R\$)
0,00 | |
| | | | Tarifa Bancária (R\$)
1,35 | |
| | | | | |
| 866500000017 478709283186 520180905207 020186147243
 | | | Valor Total (R\$)
147,87 | |



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
10/08/2018 - AUTOATENDIMENTO - 15.46.23
1509101509 SEGUNDA VIA 0014

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: RUEDA & RUEDA ADVOGADOS
AGENCIA: 1509-1 CONTA: 43.904-5

=====

| | | |
|-------------------|------------------------|---------------|
| Convenio | TRIBUNAL DE JUSTIÇA-PB | |
| Codigo de Barras | 86650000001-7 | 47870928318-6 |
| | 52018090520-7 | 02018614724-3 |
| Data do pagamento | | 10/08/2018 |
| Valor em Dinheiro | | 147,87 |
| Valor em Cheque | | 0,00 |
| Valor Total | | 147,87 |

DOCUMENTO: 081075
AUTENTICACAO SISBB: E.532.8EB.A87.616.4EF





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58055-018

Número do Processo: 0803361-47.2016.8.15.2003
Classe: PROCEDIMENTO COMUM (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que em razão da manifestação da parte demandada, inclusive juntando aos autos termo de audiência relativo ao ID 582168.8 (mutirão DPVAT). Por ato ordinatório, procedi à intimação da parte autora, em atenção à parte final do despacho de ID retro. Nada mais a constar, encerro a presente. Dou fé.

JOÃO PESSOA, 20 de agosto de 2018
SILVANA DE CARVALHO FERREIRA



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0803361-47.2016.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Advogados do(a) AUTOR: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - PB0017295, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB0012578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB0014438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - PB0020282-

DESPACHO

Vistos.

Compulsando-se os autos, observa-se que há notícia no Id 5821688 da ocorrência de mutirão DPVAT, porém não foi juntado o termo de audiência referido.

Por outro lado, por meio da petição Id 6185182, a promovida requereu a juntada do comprovante do cumprimento de acordo, o que pode ser confirmado pelo depósito realizado (Id 6185184).

Finalmente, a promovida pugna pelo envio dos autos à contadoria para elaboração do cálculo das custas visando o seu pagamento (Id 13495045).

Ante o exposto, **intimem-se** as partes para, em dez (10) dias, juntarem o termo da audiência de acordo realizado no citado mutirão DPVAT.

Após, intime-se a parte autora para falar acerca do depósito (Id 6185184) e requerer o que entender de direito.



João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação das partes acerca do despacho de ID **16051914** .

JOÃO PESSOA

14 de novembro de 2018

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA





1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0803361-47.2016.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Advogados do(a) AUTOR: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - PB17295, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - PB20282

DESPACHO

Vistos.

Acerca do valor depositado, cujo comprovante consta no ID 6185184, diga a parte autora, em 10 (dez) dias.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VAF REGIONAL DE MANGABEIRA.

JUSTIÇA GRATUITA

JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA já devidamente qualificada nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA no processo supra, vem, por meio dos advogados *in fine* assinados, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, atendendo à determinação deste douto Juízo, informar que os valores já foram recebidos pelas partes, com a ata do mutirão.

Pede e espera deferimento.

João Pessoa, 07 de março de 2019.





1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0803361-47.2016.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA

Advogados do(a) AUTOR: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA - PB17295, JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU: ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA - PE16983

DESPACHO

Vistos.

Considerando a petição de ID 19624696 e a comprovação do recolhimento de custas finais (ID15893886), arquivem-se os autos com a devida baixa.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito



CHECK LIST - MUTIRÃO DPVAT - CONCILIAÇÃO PRÉVIA - NCP

ESCRITÓRIO CONTENCIOSO:

Data da Audiência:

PASTA SISJUR

NCP QUE REALIZOU A AUDIÊNCIA:

Advogado:

COMARCA:

UF:

☒ VC
 ☐ JEC
 ☐ CCMA

DADOS DO PROCESSO

AUTOR

☒ VÍTIMA☐ BENEFICIÁRIO☐ MENOR☐ INCAPAZ

CPF:

AUTOS N°:

REP. LEGAL:

VÍTIMA (MORTE)

OBJETO:

☐ MORTE☒ INVALIDEZ☐ REEMBOLSO DE DAMS

DATA DO SINISTRO

INVALIDEZ PERMANENTE

AVALIAÇÃO MÉDICA REALIZADA NO MUTIRÃO:

1. *Memória Superintendente* ☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%2. ☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%3. ☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%4. ☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

EMPRESA MÉDICA

☐ ACE ☐ ATPE ☐ CNIS ☐ EXTRACARE☐ IMEP ☐ MS MOZES ☐ SALEK ☒ SAUDESEG

ASSISTENTE

PERITO DO JUÍZO

DATA DO ÓBITO

CERTIDÃO DE ÓBITO

MORTE

BENEFICIÁRIOS

QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS:

☐ SIM ☐ NÃO☐ CÔNJUGE☐ FILHOS☐ OUTROS:

ACORDO

ACORDO

MOTIVO DA NÃO CELEBRAÇÃO DO ACORDO

☒ SIM☐ NÃO

1 SINISTRO QUITADO NA VIA ADMINISTRATIVA (ADIMPLIDO)

10

AUTOR NÃO ACEITOU A PROPOSTA

19

JÁ EXISTE PAGAMENTO JUDICIAL NOS AUTOS

PROPOSTA DE ACORDO

PRINCIPAL

R\$ 2362,50

HONORÁRIOS

R\$ 236,25

TOTAL

R\$ 2598,75

2 REGULAÇÃO 2 (SEQUELA NÃO INDENIZÁVEL)

11

AUTOR DESASSISTIDO

20

JÁ EXISTE ACORDO NOS AUTOS

3 REGULAÇÃO 2 (VÍTIMA EM TRATAMENTO)

12

AUTOR FALECEU

21

PEDIDO JULGADO IMPROCEDENTE

RENÚNCIA

☐ SIM☐ NÃO

4 REGULAÇÃO 2 (SEM SEQUELA)

13

AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL

22

PRESCRIÇÃO

NATUREZA DO SINISTRO

☐ 1 - MORTE☒ 2 - INVALIDEZ☐ 3 - DAMS☐ OUTRA

INTEGRAL

5 REGULAÇÃO 2 (AUSÊNCIA DE COBERTURA E/OU NEXO CAUSAL)

14

AUSÊNCIA DE COBERTURA

23

COISA JULGADA

6 REGULAÇÃO 3 (AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO DUT NO EXERCÍCIO DO ACIDENTE)

15

AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS

24

LITISPENDÊNCIA

PGTO ADMINISTRATIVO

7 REGULAÇÃO 8 (INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE)

16

AUSÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

25

SENTENÇA DE EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS AUTOS

VALOR DO PGTO (1)

DATA DO PGTO

SINISTRO N° NEGADO

VALOR DO PGTO (2) EM

DATA DO PGTO TRATAMENTO

SINISTRO N°

8 VÍTIMA AINDA EM TRATAMENTO

17

ILEGITIMIDADE ATIVA

26

CATEGORIA 3 E 4 ANTERIOR A 2005

9 VÍTIMA POSSUI LESÃO MAS NÃO HÁ NEXO COM O ACIDENTE

18

ILEGITIMIDADE PASSIVA

27

DIVERGÊNCIA ENTRE PERITO JUDICIAL E ASSISTENTE

28 INCOMPETÊNCIA

29

OUTROS

OBSERVAÇÕES

RUBRICA LÍDER:

OBS 2
 Conforme conversado com Fernanda e Bruno, a pro. pasta de acordo para firmada tendo em vista a data do B.O. de ocorrência 13/08/15.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2016
TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL

Banca 08

Processo Nº: 0803361-47.2016.8.15.2003

Vara de Origem: 1ª Vara Regional de Mangabeira

Requerente: Jose Antonio Alves da Nobrega CPF: 358.116.808-13

Advogado: Alexandra Cesar Duarte OAB/PB 14.438 CPF: 046.502.754-74

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora:

Fernanda Maria de Paiva
Elaine Lourenço

CPF: 098.936.627-88

CPF: 055.118.927-42

Advogada da Seguradora: Camilla Ferreira da Silva OAB/PB 20.872

INFORMAÇÕES DOS VALORES INDIVIDUALIZADOS, INCLUSIVE PARA FINS DE CUMPRIMENTO DOS ALVARÁS.

Valor Total do acordo: R\$ 2.598,75 (dois mil quinhentos e noventa e oito reais e setenta e cinco centavos)

Valor da parte autora: R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Valor dos honorários do advogado: R\$ 236,25 (duzentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos)

As partes acima identificadas, todos representados neste momento por seus advogados ao final assinados, declaram, ratificam e firmam neste TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO/ ALVARÁ JUDICIAL, em caráter irrevogável e irretratável, têm justo e reciprocamente aceito e fixado o seguinte:

Com o objetivo de dar fim à Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório- DPVAT acima identificada, relativa à indenização decorrente de acidente de trânsito, em trâmite perante o Juízo apontado neste termo, proposta pelo Autor em face da Ré, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem compor-se amigavelmente, estipulando, de comum acordo:

I. O pagamento dos valores constantes deste termo, será realizado através dos respectivos alvarás judiciais, precedido de DJO (Depósito Judicial), sendo o principal (da parte autora) através deste instrumento que servirá como alvará judicial, enquanto que os valores referentes os honorários do advogado, através de alvará específico, também expedido nesta data, ambos para pagamento em 45 dias úteis. Os valores pagos correspondem à totalidade do pedido autoral, com quitação inclusive da correção monetária, juros de mora e demais obrigações pecuniárias e acessórias.

Os recebimentos dos valores aqui acordados, por seus respectivos beneficiários, devem ocorrer nos exatos termos das quantias estabelecidas neste termo, sob pena de incidência do crime de apropriação indébita, conforme art. 168, § 1º, III, do Código Penal, sem prejuízo a infração disciplinar disposta no art. 34, XXI da Lei nº. 8.906/94.

É de se ressaltar que a transação realizada nos autos do processo em epígrafe não gera qualquer tipo de precedente, não obrigando a Ré ou qualquer Seguradora integrante do "Consórcio DPVAT", a celebrar acordo em processos judiciais similares ao ora tratado.

Fica pactuado ainda, entre as partes, que o percentual de 50% (cinquenta por cento) das custas do processo será pago pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis, a contar desta data.

Os 50% (cinquenta por cento) restantes serão pagos pela parte autora, ficando suspensa sua exigibilidade caso seja beneficiária da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.

Quando do pagamento e recebimento discriminado, como por força deste TERMO DE ACORDO/ ALVARÁ JUDICIAL, o (a) Autor (a) dará à Ré a mais ampla, plena, rasa, total, geral, irretratável e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, seja a que título for, em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação, valores oriundos do acidente automobilístico descrito na inicial, tendo sido vitimado o promovente citado na inicial, relativo à indenização

por invalidez, correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos.

Sem prejuízo do exposto, em apreço ao Princípio da Eventualidade, requer ainda a Ré:

- o desbloqueio de contas, caso tenham sido bloqueadas on-line;
- a baixa de eventual penhora, no caso de bens já penhorados;
- recolhimento do mandado de penhora e intimação de execução, caso já tenham sido expedidas por este

d. Juízo.

Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, com a ressalva de ter sido firmado o acordo, conforme a data do Boletim de Ocorrência Policial, sendo esta de 13 de agosto de 2013 porém a parte deu entrada no hospital dois dias após o acidente, ratificam o inteiro teor deste TERMO DE ACORDO/ALVARÁ JUDICIAL, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que pede deferimento.

Kely Rodrigues de Lima Xavier
Conciliadora

Parte Autora:

Antônia P. dos Santos

Adv. Autor

Seguradora:

Adv. Seguradora

HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL (Mutirão de DPVAT)

Homologo, por **SENTENÇA**, para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o acordo supra, extinguindo o processo com resolução do mérito e assim o faço com fulcro no art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil.

Homologo ainda a renúncia do prazo recursal requerida pelas partes.

Este termo conterá o respectivo alvará judicial relativo aos valores da parte autora e o alvará referente aos honorários será expedido em separado.

Partes de logo intimadas. Publicada neste ato. Registre-se.

Comprovado o pagamento das custas processuais, arquite-se com a devida baixa.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

ALVARÁ JUDICIAL

Pelo presente Alvará Judicial, o magistrado subscritor abaixo identificado **AUTORIZA** ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, a contar desta data, dos valores depositados em nome da parte autora e referente ao presente processo, cujos dados se encontram inseridos neste termo, no valor de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). A liberação/levantamento deve ocorrer alcançando possíveis atualizações monetárias verificadas após o efetivo depósito, mediante a identificação do beneficiário.

João Pessoa/PB, 22 de novembro de 2016.

Conferencista:

Magistrados

Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juiza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juiz Antônio Carneiro de Paiva júnior

Juiza Maria das Graças Fernandes Duarte

Juiza Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos

MUTIRÃO DPVAT – JOÃO PESSOA / 2016
TERMO DE ACORDO/HOMOLOGAÇÃO E ALVARÁ JUDICIAL

Banca 08

Processo Nº: 0803361-47.2016.8.15.2003

Vara de Origem: 1ª Vara Regional de Mangabeira

Requerente: Jose Antonio Alves da Nobrega CPF: 358.116.808-13

Advogado: Alexandra Cesar Duarte OAB/PB 14.438 CPF: 046.502.754-74

Requerida: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A.

CNPJ nº 09.248.608/0001-04.

Preposto da Seguradora:

Fernanda Maria de Paiva

CPF: 098.936.627-88

Elaine Lourenço

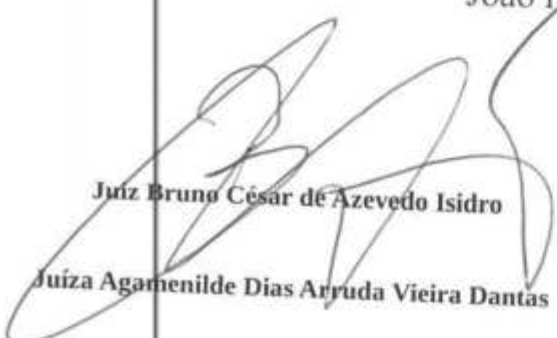
CPF: 055.118.927-42

Advogada da Seguradora: Camilla Ferreira da Silva OAB/PB 20.872

ALVARÁ JUDICIAL

Por meio do presente ALVARÁ JUDICIAL o magistrado abaixo subscrito e identificado, AUTORIZA ao Banco do Brasil S/A a liberação, no prazo de 45 dias úteis, da quantia de R\$ 236,25 (duzentos e trinta e seis reais e vinte e cinco centavos) referente aos honorários de advogada, em favor do Bela. Alexandra Cesar Duarte, CPF nº 046.502.754-74 e OAB nº 14.438, cuja liberação deve alcançar possíveis atualizações ocorridas após o efetivo depósito.

João Pessoa/PB 22 de novembro de 2016.


Juiz Bruno César de Azevedo Isidro

Juiz Fábio Leandro de Alencar Cunha

Juíza Agamenilde Dias Arruda Vieira Dantas

Juiz Ricardo da Costa Freitas

Juiz Antônio Carneiro de Paiva Junior

Juíza Maria das Graças Fernandes Duarte

Lua Yamaoka Mariz Maia Pitanga

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE VERIFICAÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ PERMANENTE

[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

Informações da Vítima

Nome completo: Jose Antonio Alves da Nobrega
CPF: 358.116.808-13
Endereço completo: Rua Elias Pereira de Araújo, 625-manguabeira I-pb

Informações do Acidente

Local: João Pessoa-Pb
Data do acidente: 13/08/2015

Concordância com a realização da avaliação médica

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº 0803361-47.2016.8.15.2004, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 1ª Vara Cível ou JEC da Comarca de João Pessoa-PB.

João Pessoa - PB, 22 de novembro de 2016

local e data

Jose Antonio Alves da Nobrega
assinatura da vítima

Jose de Almeida Braga
JOSÉ DE ALMEIDA BRAGA
MÉDICO
CRM-2329

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X) Sim () Não () Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

membro superior esquerdo

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

vítima de luxação de ombro esquerdo, Tratado conservadoramente, evoluindo com luxação recidivante. Deficit da mobilidade do membro superior esquerdo.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim (X) Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias

b) (X) dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

deficit funcional leve do membro superior esquerdo

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

() Sim, em que prazo:

(X) Não

Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) (X) Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) (X) Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Perda funcional completa de um dos membros superiores - Lado Esquerdo

() 10% Residual (X) 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:
João Pessoa - PB, 22 de novembro de 2016

Assinatura do médico perito - CRM

Assinatura do médico assistente - CRM

SAUDESEG
Dr. Leonardo Neves
CRM-PE 17742

José de Almeida Braga
MÉDICO CRM 2299

PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LÍDER - DPVAT

JUSTIFICATIVAS Empresa Médica: SaudeSeg - Sistemas de Saúde Ltda

Vítima: Jose Antonio Alves da Nobrega
Processo: 0803361-47.2016.8.15.2064
Vara:
Pasta:

- ☐ Mantida / em conformidade a avaliação médica administrativa
- ☐ Agravamento
- ☐ Nova lesão
- ☐ Divergência na aplicação da tabela legal

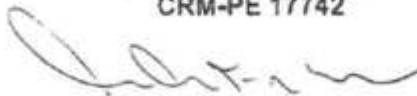
JUSTIFICATIVA:

SEM LAUDO ADM. CONCORDÂNCIA COM LAUDO DO PERITO.

Data: 22 de novembro de 2016

Assinatura do médico assistente - CRM

SAUDESEG
Dr. Leonardo Neves
CRM-PE 17742





Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

Via Parte

Vencimento

05/12/2016

Data da Emissão

22/11/2016

Conta FEPJA

1618-7/228039-6

Taxa Judiciária

Custas Judiciais 22,95

Diligências 67,46

Tarifa Bancária 0,00

Total 1,35

91,76

Comarca

Processo

Guia nº

JOAO PESSOA

0803361-47.2016.815.2003 200.2016.728497-1

CUSTAS PREVIAS A FINAL

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO.
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.



Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

Via Processo

Vencimento

05/12/2016

Data da Emissão

22/11/2016

Conta FEPJA

1618-7/228039-6

Taxa Judiciária

Custas Judiciais 22,95

Diligências 67,46

Tarifa Bancária 0,00

Total 1,35

91,76

Comarca

Processo

Guia nº

JOAO PESSOA

0803361-47.2016.815.2003 200.2016.728497-1

CUSTAS PREVIAS A FINAL

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO.
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.



Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

Via Central de Guias

Vencimento

05/12/2016

Data da Emissão

22/11/2016

Conta FEPJA

1618-7/228039-6

Taxa Judiciária

Custas Judiciais 22,95

Diligências 67,46

Tarifa Bancária 0,00

Total 1,35

91,76

Comarca

Processo

Guia nº

JOAO PESSOA

0803361-47.2016.815.2003 200.2016.728497-1

CUSTAS PREVIAS A FINAL

PAGÁVEL APENAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A ATÉ A DATA DO VENCIMENTO.
O NÃO PAGAMENTO DA GUIA ATÉ A DATA DO SEU VENCIMENTO IMPLICA NO SEU CANCELAMENTO.



Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Guia de Recolhimento de Custas e Taxas
Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98

Via Banco

Vencimento

05/12/2016

FEP JAAG 1618-7/228039-6

89,08

Rateio Custas Ag. 1618-7/228039-6

1,35

Valor Diligências 0,00

Total 91,76

JOAO PESSOA

200.2016.728497-1

Tarifa Bancária

1,35

Conta Corrente

1618-7/2194724

5% Ação Rescisória Ag. 011-6 C/C 010.001185-3

66100000003 917609283184 520161205205 020167284973





27/10/2016

Número: **0803361-47.2016.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **07/04/2016**

Valor da causa: **R\$ 3375.0**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | |
|----------|-------------------------------------|--|
| Tipo | Nome | |
| ADVOGADO | MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA | |
| AUTOR | JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA | |
| ADVOGADO | JOSE EDUARDO DA SILVA | |
| ADVOGADO | ALEXANDRA CESAR DUARTE | |
| RÉU | SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A | |

| Documentos | | | |
|------------|--------------------|-----------------|--------------------------|
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 3417528 | 07/04/2016 11:38 | Petição Inicial | Petição Inicial |
| 3417545 | 07/04/2016 11:38 | digitalizar0024 | Documento de Comprovação |
| 3417590 | 07/04/2016 11:38 | Comunicações | Comunicações |
| 3417610 | 07/04/2016 11:38 | digitalizar0024 | Documento de Comprovação |
| 4196693 | 27/06/2016 10:58 | digitalizar0013 | Documento de Comprovação |

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO (A) ____ VARA REGIONAL DE MANGABEIRA.

JUSTIÇA GRATUITA

RITO ORDINÁRIO

JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA, brasileiro, solteiro, vendedor, inscrito no RG de n.º 39428096-9 SSP/SP e CPF de n.º 35811680813, residente e domiciliado a Rua Elias Pereira de Araújo, n.º 625, Mangabeira I, João Pessoa/PB, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à Avenida João Machado 399, sala 101, Centro, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada, Na Rua Senador Dantas, n.º 74 5º andar, centro, Rio de Janeiro CEP 2003120, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante:

PRELIMINARMENTE - DA NEGATIVA ADMINISTRATIVA:

Importante frisar que o Autor **JOSE ANTONIO ALVES DA NOBREGA**, antes de ingressar com a presente ação judicial tentou receber o seguro DPVAT através da seguradora Líder dos consórcios de seguro DPVAT. (DOC EM ANEXO).

Ingressou com o processo administrativo, gerando o sinistro de nº 3160/027103 acontece que é uma prática da seguradora obstaculizar de todas as formas o recebimento do prêmio, deprecando vasta documentação diversa daquela exigida pela lei.

Informamos que o processo administrativo, assim como o judicial foi instruído com os seguintes documentos: procuração, Certidão de Atendimento do Hospital comprovando o nexo de causalidade, Boletim de Ocorrência Policial, demais laudos referentes ao acidente, além de toda documentação pessoal.

Desta forma, resta claro que o processo administrativo foi letrado com todos os documentos exigidos pela lei 6194/74 para recebimento de seguro DPVAT:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º - A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiário - no caso de morte;

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992) (Vide Medida nº 340, de 2006)

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

O intuito do Autor era de resolver o processo em sede administrativa, mas infelizmente a parte rê alegou que havia documentação pendente e não deu prosseguimento ao pagamento do seguro DPVAT que tem direito toda vítima de acidente de trânsito que tenha suportado debilidade e consequente invalidez permanente. (Comprovação em anexo)

Não cabe qualquer alegação por parte da seguradora de falta de submissão a instância administrativa, haja vista, ter sido esgotado todos os caminhos pela esfera administrativa, no caso em tela o Autor foi obrigado a ingressar com ação judicial para poder receber o seguro ao qual tem direito.

Dito, não cabe no presente processo qualquer tipo de extinção por falta de submissão a instância administrativa.

DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente à luz do que dispõe a lei nº. 1.060/50, vem à presença de Vossa Excelência, requerer os benefícios da justiça gratuita, até decisão final do feito, diante do que aduz o art. 4º da referida Lei;

"A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio ou de sua família".

2 - DOS FATOS

O Promovente é vítima de acidente de Trânsito ocorrido, em **13/08/2015**, tudo conforme se depreendem da cópia do Registro de Ocorrência Policial anexada a peça inicial e documentos do Hospital de Traumas.

Por ocasião do acidente, a Autora foi diagnosticado com fratura no ombro e punho esquerdo, que em virtude desses traumas a deixou com debilidade permanente, motivo pelo qual recorre ao judiciário.

Ocorre que, a Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, asseguram o recebimento de indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoa transportada ou não, notadamente nos casos de morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Diante desses fatos, resta ao requerente ingressar na justiça para fazer valer o seu direito.

3 - DO DIREITO

3.1 - DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do complexo da **FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **BRADESCO** **COMPANHIA DE SEGUROS S.A**

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

"APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Civ. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o pólo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2- AUSÊNCIA DE SUBMISSÃO A INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA

Não a cadencia no que tange a ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim.

Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas, sem ensejar carência de ação, para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico especialista, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 - DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)

Reforçando a idéia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização".

É incontestável, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 - DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

"Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vítima:

- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4 - DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

1. Ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
1. Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar a Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) de acordo com o artigo 5º, §1º, da lei nº. 6.194/74, devidamente alterado pela lei nº 11.482, acrescidos de juros e correção monetária;
1. Conceder os benefícios da gratuidade judiciária, tendo em vista ser o autor pobre na forma da lei;
1. Que seja designado audiência de conciliação;
1. Que seja designado perito judicial, com intuito de realização de avaliação médica especializada conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
1. Ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20 (vinte) %, sobre o valor da causa, em caso de recurso.
1. Por fim requer que todas as citações e intimações sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** ao Doutor, JOSÉ EDUARDO DA SILVA, OAB/PB 12.578 sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 3.375,00.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 07 de abril de 2016.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA

OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE

OAB/PB 14.438

MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA

OAB/PB 17.295

SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOCACIA & CONSULTORIA

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.
07123361336/02922/006120329347111040777268/135126351

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

NOME Jose Antonio Alves do Nascimento
CPF 352.116.808-13 RG 39.428.086-9
ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Vendedor de Doç.
ENDEREÇO R. Ulisses Pereira de Albuquerque Nº 625 - Mangueira
TELEFONE 8824-0332 / -8156-4020 / 3776-9966 / 8869

Está presente, intimando a procuração, nome e conteúdo seus procuradores, ¹³³
EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB sob o n.
10.438, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295, com escritório profissional sito
à Avenida João Machado 399, sala 01 Centro, João Pessoa, Paraíba.

Fica concedida a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais
e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante
qualquer pessoas de direito público, seja órgãos, ministérios, desdobramentos e
repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer
pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral,
outorgando poderes para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do
pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e
dar quitação, inclusive levantar/recuperar averbas judiciais, conjunta ou separadamente, junto
aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda substabelecer esta a quem
com ou sem reserva de igual poderes, dando tudo por bem, firma e validade sempre no
interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitante na forma da Lei,
de situação econômica que lhe permite pagar custas e honorários
advocatícios, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família e, portanto,
solicita os benefícios de JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa-PB, 12 de 06 de 2015

X Jose Antonio Alves do Nascimento
OUTORGANTE



AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM

B.E./PRONTUÁRIO

NOME DO PACIENTE:

DIAGNÓSTICO:

DATA:

PROXIMIDADE:

☐ Direção ☐ Amputação de membro ☒ Amputação de membro ☐ Outros

TIPO DE ACIDENTE:

☒ Morte ☒ Acidente ☐ Ferimento ☐ Queimadura ☐ Afogamento

TIPO DE LESÃO:

☐ Ferimento fechado ☐ Ferimento aberto ☐ Escorção ☐ Queimadura

LOCAL DA LESÃO:

☐ Membro sup. ☐ Membro inf. ☐ Tronco ☐ Cabeça e pescoço ☐ Outros

DADOS CLÍNICOS (sintomas)

AVIAÇÃO DOS SINTOMAS:

EXAME FÍSICO

PA: mmHg P: bpm SpO2: %

Sistema Neurológico:

Nível de consciência:

☒ Consciente ☐ Incôsciente ☒ Comatoso ☐ Desorientado

Avaliação das pupilas:

☒ Simetria ☐ Assimétrica ☒ Tamanho ☐ Miotico ☐ Miótico

Sistema Respiratório:

☐ Ventilação mecânica ☒ Ventilação espontânea ☐ Vozes respiratórias ☐ Estridor ☐ Sibilos ☐ Rales ☐ Hiperinflação ☐ Cianose ☐ Edema pulmonar ☐ Hemoptise ☐ Expectoração ☐ Odor de fôlego ☐ Outros

Sistema Circulatório:

☐ Pulso ausente ☐ Pulso fraco ☒ Pulso normal ☐ Periférico ☐ Central ☐ Outros

Sistema Digestório:

☐ HDA ☐ Uso de SNG ☐ Vômitos ☐ Dor à palpação superficial ☐ HDA ☐ Dor à palpação profunda ☐ Rigidez abdominal ☐ Distensão abdominal ☐ Outros

Sistema Genito-uritário:

☐ Dor ☐ Hematúria ☐ Oligúria ☐ Polúria ☐ SNG ☐ Outros

HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO:

☐ Internações ☐ Cirurgias ☐ Hipertensão ☐ Diabetes ☐ Câncer ☐ Alergias ☐ Outros

USO DE MEDICAÇÃO:

☐ Sim ☐ Não ☐ Especificar

HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO:

IMUNIZADO CONTRA O TETANO?

☐ Sim ☐ Não

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Acidente ocorrido a bordo de um veículo, vítima de acidente de trânsito, lesões graves, encaminhado para tratamento em hospital de referência.

Maria Cíntia Grilo da Silva
Enfermeira
COREN-SP 476.663

DESTINO:

ENFERMEIRO:

COREN:

FIM: BNF 022

EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA:

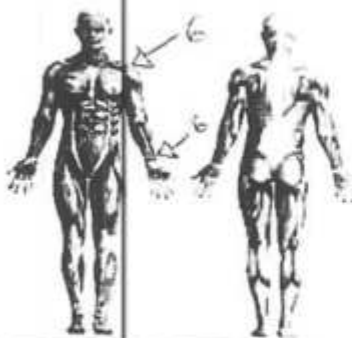
MEDICAMENTOS:

IMUNIZAÇÃO:

PATOLOGIA:

ALIMENTOS INGERIDOS:

LOCAL DA LESÃO

descrever e localizar a lesão
correspondente ao lado

1. Abrasão

2. Amputação

3. Avulsão

4. Contusão

5. Crestação

6. Lacer

7. Edema

8. Emparelhamento

9. Erisema subcutâneo

10. Escorregamento

11. Excoriação

12. F. Acne branca

13. F. Alma de fogo

14. F. Contusão

15. F. Contusão

16. F. Certo Contusão

17. F. Perfuro-Lacerado

18. F. Perfuro-Contusão

19. Fratura Óssea Fechada

20. Fratura Óssea Aberta

21. Hematoma

22. Injeção de Soro

23. Laceração

24. Lesão Tendo

25. Luxação

26. Mordedura

27. Movimento torção (aradovel)

28. Objeto Penetrado

29. Otite

30. Paralisia

31. Paralisia

32. Paralisia

33. Queimadura

34. Rinite

35. Sinais de Esquema

36

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma)

Se graus de queimadura

1. 1º grau

2. 2º grau

3. 3º grau

EXAMES SOLICITADOS:

1. Radiografias

2. Ultrassonografia (FAST)

3. Tomografia computadorizada

4. Lavado peritoneal

5. Isotomografia arterial

6. Tóxicos sanguíneos

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

CONDUZIR E PROCEDIMENTOS

CÓDIGO

ASSINATURA E CARIMBO

| | | |
|---------------------------------|--|--|
| 1. 1º grau | | |
| 2. 2º grau | | |
| 3. 3º grau | | |
| 4. Lavado peritoneal | | |
| 5. Isotomografia arterial | | |
| 6. Tóxicos sanguíneos | | |
| 7. Fratura Óssea Fechada | | |
| 8. Fratura Óssea Aberta | | |
| 9. Hematoma | | |
| 10. Injeção de Soro | | |
| 11. Laceração | | |
| 12. Lesão Tendo | | |
| 13. Luxação | | |
| 14. Mordedura | | |
| 15. Movimento torção (aradovel) | | |
| 16. Objeto Penetrado | | |
| 17. Otite | | |
| 18. Paralisia | | |
| 19. Paralisia | | |
| 20. Queimadura | | |
| 21. Rinite | | |
| 22. Sinais de Esquema | | |
| 23. | | |
| 24. | | |
| 25. | | |

Assinado eletronicamente
CRM - 15.352

SOLICITAÇÃO DE PARER MÉDICO

Solicito parecer da

Solicito parecer da

DESTINO DO PACIENTE

DATA

LUGAR

NOME

1. Centro Cirúrgico

2. Transferência Unidade de Saúde

3. Internação (inter)

4. Alta Hospitalar

5. Jôdo

6. Não se aplica

7. Apoio

8. Apoio

9. Apoio

10. Apoio

11. Apoio

12. Apoio

13. Apoio

14. Apoio



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO



DADOS DO ACIDENTE

| | | | | | | | |
|--|---------------------------------------|--|---|--|-------------------------------|--------------------------------------|------------------|
| Nº BAT
0543 - 2015 | | Responsável pelo Levantamento do Acidente:
Rosinaldo Oliveira de Souza | | | | Posto/Graduação:
3º SGT/PM | |
| Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia:
Rua Gov. Antônio da Silva Mariz | | | | Hora:
16:40 | Bairro:
Altiplano | Município:
João Pessoa | UF:
PB |
| Data/Ocorrência:
13/08/2015 | Dia da Semana:
Quinta-Feira | C/S Vítima (QT):
Com | Natureza do Acidente:
Abaloamento | Tipo de pavimento:
Asfalto | Condições/Via:
Seca | Tempo:
Bom | |
| Envolvidos no acidente (Quantidade):
02 veículos | | | | Controle do tráfego no local:
Via de Sentido Único | | | |
| CONDUTOR 01 | | | | | | | |
| Nome:
Hallysson Lima Mendes | | Sexo:
Masculino | Nascimento:
16/09/1975 | | RG:
97029130401 | | |
| Endereço:
Rua Cantora Maria da Glória de Vasconcelos, 87, Jardim, João Pessoa PB - Tel. (083) 98601-9097 | | | | | | | |
| 1ª Habilitação:
08/06/1995 | Categoria:
B | Registro CNH N.º:
01303941390 | U.F. Ex. med./Dia:
CE Sim | Data Vencimento:
29/10/2015 | Usava cinto:
Sim | Usava Capacete: | |
| Exame de Embriaguez Alcoólica:
Não | | | | Comportamento do Condutor:
Permaneceu no Local | | | |
| VEÍCULO 01 | | | | | | | |
| Marca:
GM / Prisma | Especie:
Automóvel | Placa:
QFQ-5240 | Categoria:
Particular | Município:
João Pessoa | UF:
PB | | |
| Nome do Proprietário:
Hallysson Lima Mendes | | | | | | | |
| Seguradora:
DPVAT | Bilhete N.º:
011803925382 | Renavan N.º:
0103284863-1 | Data da Emissão:
30/12/2014 | | | | |
| Defeitos:
Nada constatado | | | | | | | |

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: Trafegava na via "A", na faixa da esquerda, no sentido Paço dos Leões / Quatramares, quando de repente deparou-se com o V2 que ao mudar de faixa atingiu na sua lateral perdendo o controle e vindo ao solo, onde após o impacto o mesmo estacionou seu veículo.

CONDUTOR 02

| | | | | | | | |
|--|----------------------------------|---------------------------|----------------------------------|--|--------------|-----------------|--|
| Nome:
Jose Antonio Alves da Nobrega | | Sexo:
Masculino | Nascimento:
19/12/1985 | | RG: | | |
| Endereço:
Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB - Tel. (083) 98824-0398 | | | | | | | |
| 1ª Habilitação: | Categoria: | Registro CNH N.º: | U.F. Ex. med./Dia: | Data Vencimento: | Usava cinto: | Usava Capacete: | |
| Exame de Embriaguez Alcoólica:
Não | | | | Comportamento do Condutor:
Socorrido ao Hospital | | | |
| VEÍCULO 02 | | | | | | | |
| Marca:
Suzuki | Especie:
Ciclomotor | Placa: | Categoria: | Município: | UF: | | |
| Nome do Proprietário:
Windsor Souza dos Santos | | | | | | | |
| Seguradora:
DPVAT | Chassi:
LTENCBLB1C3630 | Renavan N.º: | Data da Emissão: | | | | |
| Defeitos:
Nada constatado | | | | | | | |

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor entregou declaração no dia 19/08/2015 onde o mesmo informou que: Trafegava na faixa da direita e o V1 vinha em alta velocidade e afirmou que estava atrasado para uma audiência, se parou pois passou uma viatura no momento.

Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA

03 25

ASSINATURA

| CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO | | |
|--|--|-------------|
| VÍTIMA 01 | | |
| Nome | Jose Antonio Alves da Nobrega | |
| Endereço | Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB | |
| Sexo | Masculino | |
| Ferimentos | Viagem no Veículo Nº | Usava Cinto |
| | 02 | |
| Condição da Vítima | Conduzida Para | |
| Condutor | Hospital | |
| CONSTATADO | | |
| <p>Constatado quando do levantamento que: A via "A" é de 40 km com faixa vermelho para bicicleta. O C2 foi conduzido pelo SAMU para o Trauma com ferimentos no ombro. O V2 foi removido para o pátio do BPTRAN para complemento de boletim. Foi constatado um arrastamento de 16,40 metros na via sendo da faixa da esquerda para a direita. O sítio do acidente ficou localizado na faixa da esquerda. Avarias: Arranhão do guidom nas duas portas do V1, sendo de frente para trás, e caixa de ar do V1; Guidom esquerdo e arrastamento do lado esquerdo do V2.</p> <p>João Pessoa - PB, 25 de Agosto de 2015.</p> <p style="text-align: right;">04 08 15
H</p> <p style="text-align: center;"> 
 Rosângelo Oliveira de Souza 3º SGT PM
 Responsável pelo Levantamento </p> | | |



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA
COMANDO DO POLÍCIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN



CROQUI DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0543/ 2015

AMARRACÕES

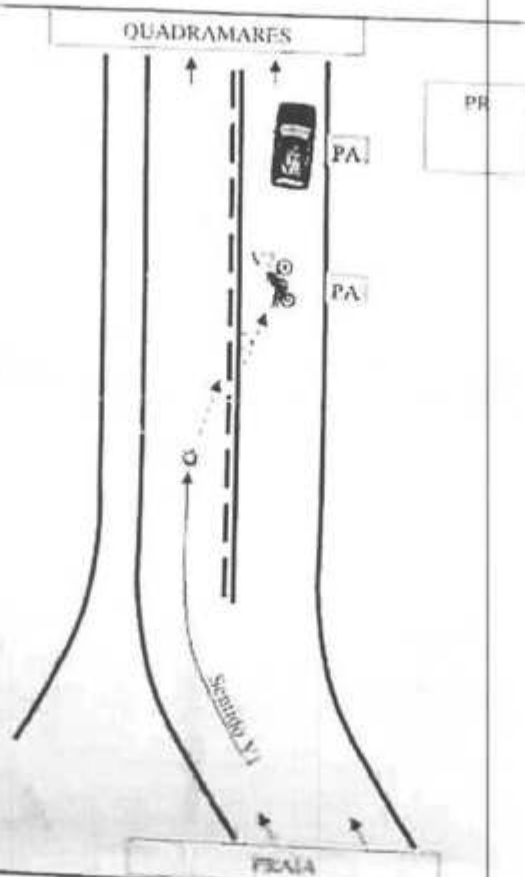
VIA "A" - Avenida Antônio da Silva Mariz 07,00 metros

PR (Ponto de Referência) Max Turismo

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 00,80 e Traseiro Direito 00,50 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 01,90 e Traseiro Direito 01,70 metros para (PA)



AVARIAS



V1



V2

04 09 15
Assinado eletronicamente
Responsável pelo Levantamento

**SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOCACIA & CONSULTORIA**

Av. João Machado, 399, Sala - 01, Centro, João Pessoa-Paraíba.

0732956113060295800612036293471170007722667135126391

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

NOME Jose Antonio Alves do Nascimento

CPF 352.116.808-13 RG 39.426.086-9

ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Vendedor de Doç

ENDEREÇO R. Elias Pereira de Albuquerque Nº 635 - Mangueira

TELEFONE 8624-0392 / -2156-4620 / 2774-9966 / 2869

Faço presente instrumento de procuração, nome e conteúdo seus procuradores ^{JOSE}
EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578, ALEXANDRA CESAR DUARTE, OAB/PB sob o n.
14.458, MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA, OAB/PB 17295, com escritura profissional em
a Avenida João Machado 399, sala 01, Centro, João Pessoa, Paraíba.

Ficou conferido a eles, amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais
e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou Tribunal, perante
qualquer pessoa de direito público, seus órgãos, ministerios, desdobramentos e
 repartições de qualquer natureza inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer
pessoas jurídicas de direito privado, sociedades de economia mista ou pessoa física em geral,
outorgando poderes para receber citação oficial, confessar, reconhecer a procedência do
pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e
dar quitação inclusive levantar/receber avais judiciais, conjunta ou separadamente, junto
aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outorga
com ou sem reservas de igual poderes dando tudo por bem, lícito e válido sempre no
interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declaro ainda o outorgante que é necessitante na forma da Lei,
cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários
advocatícios, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, e, portanto,
solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa-PB, 12 de 06 de 2015

X Jose Antonio Alves do Nascimento
AUTORISANTE



CRUZ VERMELHA
BRASILEIRA

Primeiro Atendimento Médico

PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

NOTA: 10/11

B.E.

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

DATA:

DADOS CLÍNICOS - MECANISMOS DO TRAUMA

Paciente vítima de acidente automobilístico (queda de carro no lado esquerdo da pista, com o veículo caindo sobre o lado esquerdo do carro, com o motorista e passageiro sendo atingidos e imobilizados no momento do acidente). Lesões abdominais e na extremidade superior esquerda, com contusão e laceração a síncope passageira.

EXAME PRIMÁRIO

VIAS

AÉREAS ☒ Perdas ☐ Obstruídas

CERVICAL IMOBILIZADA: ☐ Sim ☐ Não

VENTILAÇÃO:

TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA ☒ Sim ☐ Não

RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA ☐ Sem dificuldade ☐ Com dificuldade

☐ VENTILAÇÃO MECÂNICA

☐ APNÉIA

AUSCULTA PULMONAR:

1- MURMÚRIO VESICULAR

HTD ☐ Presente e normal ☐ Rude ☒ Diminuído ☐ Ausente

HTE ☐ Presente e normal ☐ Rude ☒ Diminuído ☐ Ausente

2- RUÍDOS

☐ Sim ☒ Não

HTD ☐ Roncos ☐ Sibilos ☐ Estertores

HTE ☐ Roncos ☐ Sibilos ☐ Estertores

FR: ☐ Imp ☐ SaO₂ %

CIRCULAÇÃO

COR DA PELE:

☒ Normal ☐ Pálida ☐ Cianótica ☐ Eritémica ☐ Ictérica ☐ Normal ☐ Quente ☐ Fria ☐ Normal ☐ Aumentado ☐ Fino ☐ Ausente

TEMPERATURA DA PELE

PULSO

AUSCULTA CARDÍACA

RÍTIMO

BULHAS

SOPRO

DE OU B4

FC: 63 bpm

PA: ☐ mmHg

ECG: ☐ mmHg

T: ☐ °C

ABDOMEN:

indolente à palpação, sem VMC

DÉFICIT NEUROLÓGICO

Pupilas: ☐ Fotorreagentes ☐ Paralisadas ☐ Isocóricas ☐ Anisocóricas

Escala de Glasgow: (diferença = ☐ mm)

ABERTURA OCULAR

MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (anos)

MELHOR RESPOSTA MOTORA

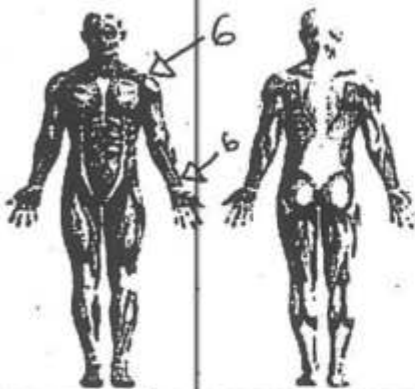
| | | | | | |
|----------------------|---|---|---|---------------------------------|---|
| Espontânea | 4 | Consciente / Palavras apropriadas, sorriso social, fixa e segue objetos | 5 | Obedece aos comandos | 6 |
| A solicitação verbal | 3 | Confuso / Chora, mas é consolável | 4 | Localiza a dor | 5 |
| Ao contínuo estímulo | 2 | Palavras inapropriadas / Irritado (persistente) | 3 | Retira o Membro | 4 |
| Nenhuma | 1 | Sons Incompreensíveis / Inquieto | 2 | Flexão anormal (decorticação) | 3 |
| | | Nenhuma / Nenhuma | 1 | Extensão Anormal (decerebração) | 2 |
| | | | | Nenhuma | 1 |

EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☒ Não () Sim: _____
 MEDICAMENTOS: ☒ Não () Sim: _____
 IMUNIZAÇÃO: ☒ Não () Sim: _____
 PATOLOGIA: ☒ Não () Sim: _____
 ALIMENTOS INGERIDOS: ☒ Não () Sim: _____

LOCAL DA LESÃO

Identifique o local com o número correspondente ao lado →



- | | |
|------------------------|---------------------------------|
| 1 Abrasão | 19 Fratura Óssea Fechada |
| 2 Amputação | 20 Fratura Óssea Aberta |
| 3 Avulsão | 21 Hematoma |
| 4 Contusão | 22 Ingurgitamento Nervoso |
| 5 Crepitação | 23 Laceração |
| 6 Dor | 24 Lesão Tendínea |
| 7 Edema | 25 Luxação |
| 8 Empalamento | 26 Mordedura |
| 9 Erisema subcutâneo | 27 Movimento torácico paradoxal |
| 10 Esmagamento | 28 Objeto Encravado |
| 11 Equimose | 29 Otorragia |
| 12 F. Arma Branca | 30 Paralisia |
| 13 F. Arma de Fogo | 31 Paresia |
| 14 F. Contuso | 32 Parestesia |
| 15 F. Cortante | 33 Queimadura |
| 16 F. Corto-Contuso | 34 Rinorragia |
| 17 F. Perfuro-Contuso | 35 Sinais de Isquemia |
| 18 F. Perfuro-Cortante | 36 |

OBS.:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma%) _____ % Graus de queimadura: () 1º grau () 2º grau () 3º grau

EXAMES SOLICITADOS

☒ Radiografias *axila, tórax e ombro*
☐ Ultrassonografia (FAST)
☐ Tomografia computadorizada

() Lavado peritoneal
 () Gasometria arterial
 () Tipagem sanguínea

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

| CONDUTAS E PROCEDIMENTOS | CÓDIGO | ASSINATURA E CARIMBO |
|--------------------------------|--------|----------------------|
| 1 3º comente | | |
| 2 SF (uniparado) | | |
| 3 Soro Ringer Lactato 500ml | | |
| 4 Drogas: 1g + AD EV | | |
| 5 Ringer 100mg AD EV | | |
| 6 fraxil 100mg por 100ml forte | | |
| 7 | | |
| 8 | | |
| 9 | | |
| 10 | | |

Mayone M. A.
MÉDICA
CRM - PB 8355

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicito parecer da _____

Solicito parecer da _____

DESTINO DO PACIENTE

DATA *14/02/17*
 SAÍDA
 HORAS: _____

() Centro cirúrgico

() Transferência (unidade de saúde)

() Internado (setor)

Alta hospitalar

() Decisão médica

() A pedido

() A reavalia

() Desistência

() Óbito () Até 48 hs.

() Após 48 hs.

() Família

() JIML

() SVO

Dr. Alberto Rodrigues Oliveira
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
CRM - PB 22211 EOI 7798

F. Torquato
Ortopedia

Dr. Coimbra Batista
Ortopedia e Traumatologia
CRM - PB 12483

ASSIN



Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena

ACOLHIMENTO, 0 - CNES: 123312 - Tel:

Boletim de Atendimento: 858466

GOVERNO
DA PARAIBA

Identificação do paciente

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| ID
930871 | Nome
JOSE ANTONIO ALVES NOBREGA | Sexo
Masculino |
| Data de nascimento
19/12/1985 | Idade
29 anos 7 meses 27 dias | Estado civil
Religião
Prontuário |
| Mãe
MARLUCE ALVES DA NOBREGA | Pal
ELIAS PEREIRA DE ARAUJO | |
| Escolaridade | Responsável (Parentesco)
N INFORMADO | |
| DDD Móvel | Fone Móvel | DDD Fixo
Fone Fixo |
| Tipo documento | Número documento | Nº Cns |
| Local de procedência
MANGABEIRA | Tipo
BAIRRO | UF
PB |
| Email | Naturalidade
JOAO PESSOA | CBO/R |

Endereço

| | | | |
|-----------------|--|----------------------|------------------------------|
| CEP
58055000 | Município de residência
JOAO PESSOA | UF
PB | Logradouro
Josefa Taveira |
| Número
626 | Complemento | Bairro
Mangabeira | |

Admissão

| | | |
|---|--|---------------------|
| Data e Hora Prevista
15/08/2015 13:10:07 | Número da pulseira
351876 | Convênio
SUS |
| Especialidade
CLINICA GERAL | Clinica
CLINICA TRAUMA E GERAL | |
| Classificação de risco
VERMELHA | Origem do paciente
RESIDENCIA | |
| Caráter de atendimento
URGENCIA | Motivo do atendimento
ACIDENTE DE MOTOCICLETA | Detalhe do acidente |

Indicadores e Transporte

| | | | |
|----------------------------|---------------------------------|---------------------------|---------------|
| Caso policial
Não | Plano de saúde
Não | Veio de ambulância
Não | Trauma
Não |
| Meio de transporte
SAMU | Quem transportou
N INFORMADO | | |

Sinais Vitais

| | | |
|--------------|-------|-------------|
| PA
X mmHg | Pulso | Temperatura |
|--------------|-------|-------------|

Exames complementares

| | | | | | | |
|------------|------------|-----------|--------|------------|---------|---------------------|
| Raio X [] | Sangue [] | Urina [] | TC [] | Liquor [] | ECG [] | Ultrasonografia [] |
|------------|------------|-----------|--------|------------|---------|---------------------|

Dados clínicos

Diagnóstico

Atendido por
IZABEL AMELIA BARBALHO PORPINO RAMALHO

CID

Tempo
08min 38seg



HOSPITAL
DE SÃO PAULO

HEETSSEL

AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM

B.E./PRONTUÁRIO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

DATA:

PROCEDÊNCIA:

☐ Domicílio ☐ Ambulância de resgate ☒ Ambulância SAMU ☐ Polícia

TIPO DE ACIDENTE:

☒ Moto ☒ Automóvel ☐ Ônibus ☐ Bicicleta ☐ Atropelamento
☐ Envenenamento ☐ Incêndio ☐ Explosão ☐ Arma de Fogo ☐ Arma branca ☐ Outros:

TIPO DE LESÃO:

☐ Fratura fechada ☐ Ferimento aberto ☐ Esmagamento ☐ Laceração ☐ Queimadura
☐ Mordedura ☐ Objeto encravado ☐ Ferimento contínuo ☐ Amputação membro ☐ Outros:

LOCAL DA LESÃO:

☐ Membros sup. ☐ Membros inf. ☐ Tronco ☐ Cabeça e pescoço ☐ Outros:

DADOS CLÍNICOS (sintomas)

DATA DE INÍCIO DOS SINTOMAS:

/ /

EXAME FÍSICO

PA: / mmHg P: bpm SpO2: Tax:

Sistema Neurológico:

Nível de Consciência:

Avaliação das pupilas:

☒ Consciente ☐ Inconsciente ☒ Orientado ☐ Desorientado
Simetria: ☐ Isocóricas ☐ Anisocóricas Tamanho: ☐ Midríase ☐ Míose

Sistema Respiratório:

☐ Ventilação invasiva ☒ Ventilação espontânea ☐ Vias aéreas pervias
☐ Traqueostomia ☐ Respiração rápida ☐ Obstrução parcial das vias aéreas
☐ Respiração ruidosa ☐ Suporte ventilatório não invasivo ☐ Obstrução total das vias aéreas

Sistema Circulatório:

☐ Pulso ausente ☐ Pele fria e úmida ☒ Perfusão tissular satisfatória
☐ Taquicardia ☐ Bradicardia ☐ Perfusão tissular comprometida
☐ Palidez ☐ Outros:

Sistema Digestório:

☐ HDA ☐ Uso de SNG ☐ Vômitos ☐ Dor à palpação superficial
☐ HDB ☐ Corpo estranho ☐ Dor à palpação profunda
Outros: ☐ Rigidez abdominal ☐ Distensão abdominal

Sistema Genito-urinário:

☐ Disúria ☐ Hematúria ☐ Oligúria ☐ Poliúria ☐ SVD ☐ Outros:

HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO:

☐ Hipertensão ☐ Diabetes ☐ Câncer ☐ Alergias ☐ Cirurgias

☐ Internações ☐ Outros:

Especificar:

USO DE MEDICAÇÃO?

☐ Sim ☐ Não Especificar:

HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO:

IMUNIZADO CONTRA O TÉTANO?

☐ Sim ☐ Não

OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Paciente consciente e orientado, sem
trauma de acidente, porém com lesão grave no membro
superior direito, com fratura da ulna e rádio.

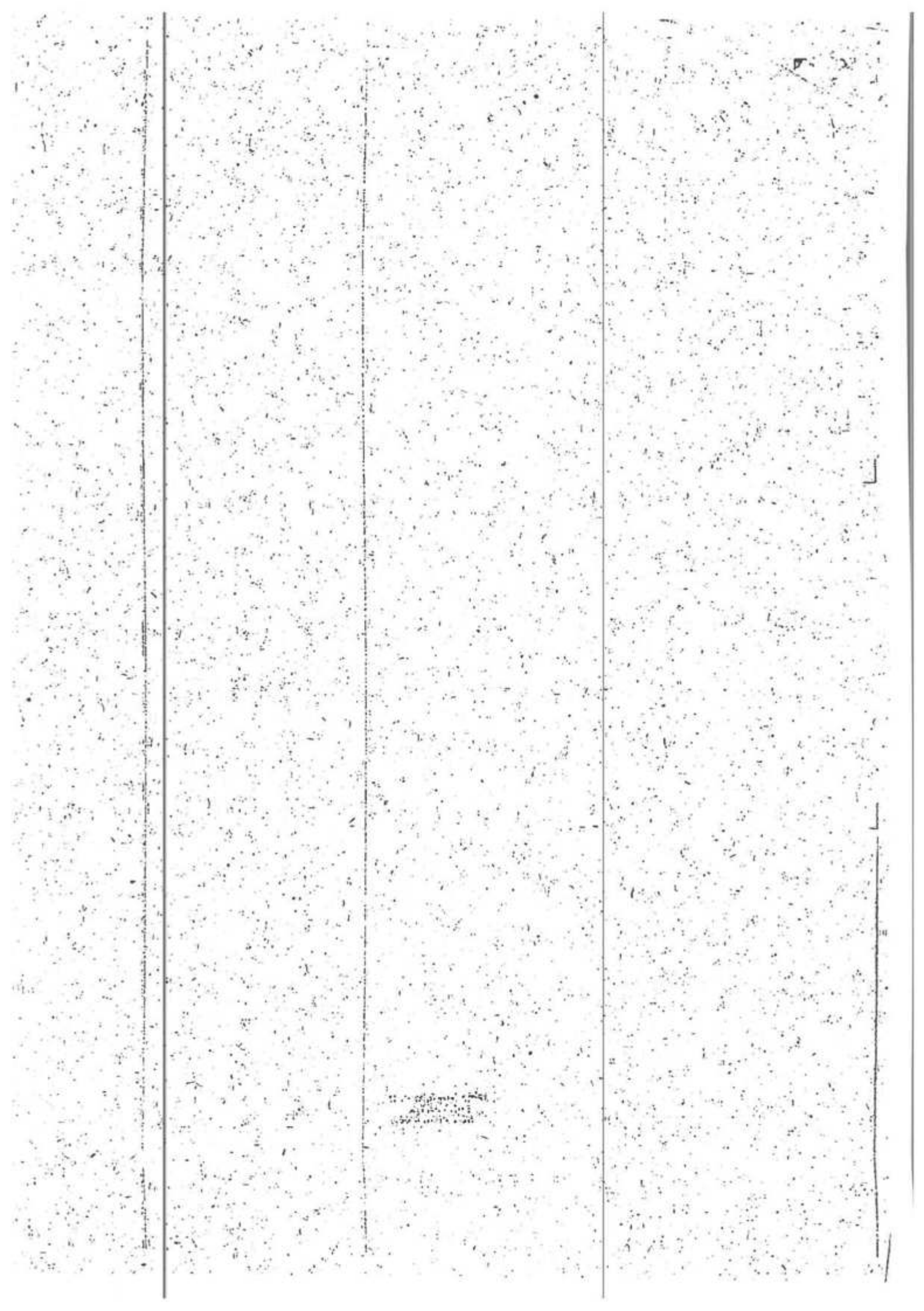
Wendy G. G. Andrade
Enfermeira
COREN-SP 424.653

DESTINO:

ENFERMEIRO:

COREM:

F(NG).ENF.022-1





03

POLICIA MILITAR DO ESTADO DA PARAIBA
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE POLÍCIA DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO - BPTRAN
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

**DADOS DO ACIDENTE**

Nº BAT
0543 - 2015

Responsável pelo Levantamento do Acidente:
Rosinaldo Oliveira de Souza

Posto/Graduação:
3º SGT/PM

Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia:
Rua Gov. Antônio da Silva Mariz

Hora
16:40

Bairro
Altiplano

Município:
João Pessoa

U F
PB

Data/Ocorrência
13/08/2015

Dia da Semana
Quinta-Feira

C/S Vítima (QT)
Com

Natureza do Acidente
Abalroamento

Tipo de pavimento
Asfalto

Condições/Via
Seca

Tempo
Bom

Envolvidos no acidente (Quantidade)
02 veículos

Controle do tráfego no local
Via de Sentido Único

CONDUTOR 01

Nome
Hallysson Lima Mendes

Sexo
Masculino

Nascimento
16/09/1975

RG
97029130401

Endereço
Rua Cantora Maria da Gloria de Vasconcelos, 87, Jardim, João Pessoa PB – Tel.(083)98601-9097

1ª Habilitação
08/06/1995

Categoria
B

Registro CNH N.º
01303941390

U.F.
CE

Ex.méd./Dia
Sim

Data Vencimento
29/10/2015

Usava cinto
Sim

Usava Capacete

Exame de Embriaguez Alcoólica
Não

Comportamento do Condutor
Permaneceu no Local

VEÍCULO 01

Marca
GM / Prisma

Espécie
Automóvel

Placa
QFQ-5240

Categoria
Particular

Município
João Pessoa

U.F.
PB

Nome do Proprietário
Hallysson Lima Mendes

Seguradora
DPVAT

Bilhete N.º
011803925382

Renavan N.º
0103284863-1

Data da Emissão
30/12/2014

Defeitos
Nada constatado

VERSÃO DO CONDUTOR 01

Condutor declarou que: Trafegava na via "A", na faixa da esquerda, no sentido Paço dos Leões / Quadramares, quando de repente deparou-se com o V2 que ao mudar de faixa atingiu na sua lateral perdendo o controle e vindo ao solo, onde após o impacto o mesmo estacionou seu veículo.

CONDUTOR 02

Nome
Jose Antonio Alves da Nobrega

Sexo
Masculino

Nascimento
19/12/1985

RG

Endereço
Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB – Tel.(083)98824-0398

1ª Habilitação

Categoria

Registro CNH N.º

U.F.

Ex.méd./Dia

Data Vencimento

Usava cinto

Usava Capacete

Exame de Embriaguez Alcoólica
Não

Comportamento do Condutor
Socorrido ao Hospital

VEÍCULO 02

Marca
Sazaki

Espécie
Ciclomotor

Placa

Categoria

Município

U.F.

Nome do Proprietário
Windsor Souza dos Santos

Seguradora
DPVAT

Chassi
LTEXCBLB1C3630

Renavan N.º

Data da Emissão

Defeitos
Nada constatado

VERSÃO DO CONDUTOR 02

Condutor entregou declaração no dia 19/08/2015 onde o mesmo informou que: Trafegava na faixa da direita e o V1 vinha em alta velocidade e afirmou que estava atrasado para uma audiência, só parou pois passou uma viatura no momento.

BOLETIM DE TRÂNSITO URBANO E RODOVIÁRIO
Cópia de Conformidade com o Original

EM: 09 / 08 / 15

ASSINATURA

CONTINUAÇÃO DO BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº 0543 - 2015

VÍTIMA 01

| | | | | |
|--------------------|--|-----------------------|-----------|------------|
| Nome | Jose Antonio Alves da Nobrega | Sexo | Masculino | Nascimento |
| Endereço | Rua Elias Pereira de Araújo, 625, Mangabeira, João Pessoa PB | | | |
| Ferimentos | | Viajava no Veículo Nº | 02 | |
| Condição da Vítima | | Conduzida Para | Hospital | |
| Condutor | | | | |

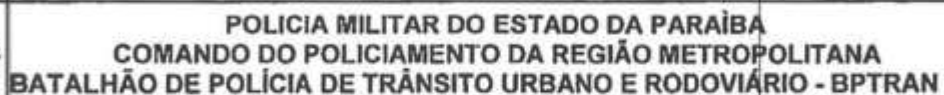
CONSTATADO

Constatado quando do levantamento que: A via "A" é de 40 km com faixa vermelho para bicicleta. O C2 foi conduzido pelo SAMU para o Trauma com ferimentos no ombro. O V2 foi removido para o pátio do BPTRAN para complemento de boletim. Foi constatado um arrastamento de 16,40 metros na via sendo da faixa da esquerda para a direita. O sítio do acidente ficou localizado na faixa da esquerda. Avarias: Arranhão do guidom nas duas portas do V1, sendo de frente para trás, e caixa de ar do V1; Guidom esquerdo e arrastamento do lado esquerdo do V2.

João Pessoa - PB, 25 de Agosto de 2015.

04 08 15
ASSINATURA

Rosinaldo Oliveira de Souza
Rosinaldo Oliveira de Souza 3º SGT PM
Responsável pelo Levantamento



AMARRACÕES

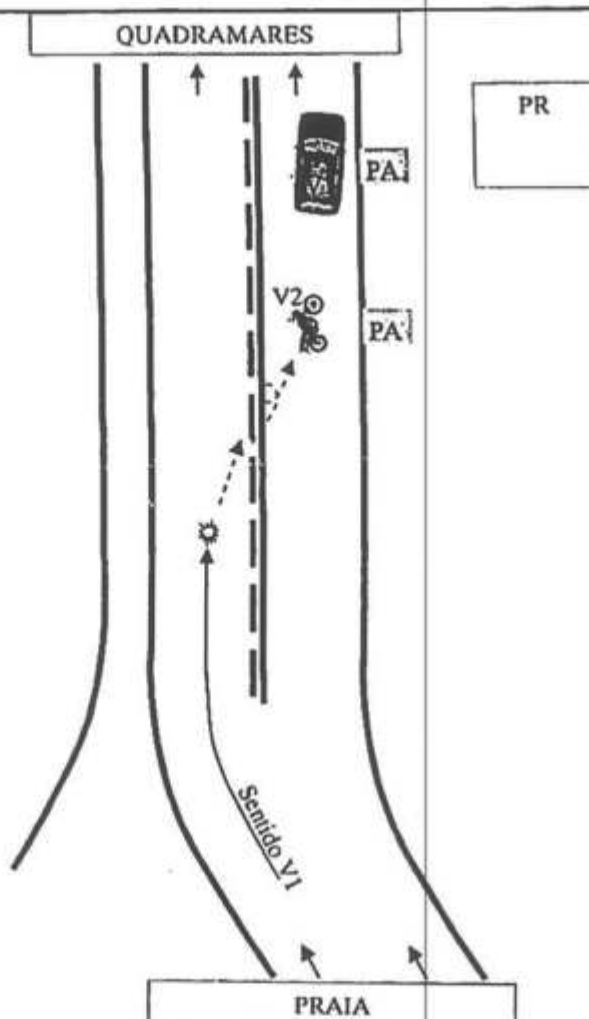
VIA "A" - Avenida Antonio da Silva Mariz 07,00metros

PR (Ponto de Referência) Max Turismo

PA (Ponto de Amarração) Guia do meio fio

V1 (Veículo 01) Eixos Dianteiro Direito 00.80 e Traseiro Direito 00.50 metros para (PA)

V2 (Veículo 02) Eixos Dianteiro Direito 01.90 e Traseiro Direito 01.70 metros para (PA)



DESENHO ILUSTRATIVO NÃO ORIENTE ESCALA

AVARIAS



v1



V2

...com o Original

04, 09, 15

SIGNATURE

Domínio Oliveira de Souza 3º Sglt PM
Responsável pelo Levantamento